



Plano de Atividades e Orçamento | 2024

ÍNDICE

I. - INTRODUÇÃO	4
1. MISSÃO	6
2. VISÃO	6
3. ATIVIDADE E POLÍTICAS	6
4. MODELO DE NEGÓCIO	8
5. RECURSOS HUMANOS	11
6. INFORMAÇÃO FINANCEIRA E DE ATIVIDADE	12
II. - A ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO	18
III. - PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO	21
1. INDICADORES DE DESEMPENHO	24
2. INDICADORES FINANCEIROS	26
3. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO	27
IV. - PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL	29
1. INVESTIMENTO	29
2. DESAGREGAÇÃO E CALENDARIZAÇÃO DO INVESTIMENTO	31
3. COBERTURA FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS (EVEF)	36
4. IDENTIFICAÇÃO DOS NOVOS INVESTIMENTOS CUJO MONTANTE TOTAL SEJA IGUAL OU SUPERIOR A 10 MILHÕES DE EUROS OU A 10% DO ORÇAMENTO DA EMPRESA PARA O ANO DE 2024	40
5. MEMÓRIA DESCRITIVA DOS NOVOS INVESTIMENTOS, PLANO FINANCEIRO PLURIANUAL, OBJETIVOS A ATINGIR E INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS	43
6. PRIORIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	60
7. FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	63
V. - RECURSOS HUMANOS	64
1. PRESSUPOSTOS DE CÁLCULO DOS GASTOS COM PESSOAL	64
2. EVOLUÇÃO DO HEADCOUNT DE RH	65
3. JUSTIFICAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE NOVOS TRABALHADORES	68

4.	EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE RH	73
5.	BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.....	75
VI.	- INFORMAÇÃO FINANCEIRA	76
1.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2024.....	76
1.1	ADEQUAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA À ATIVIDADE DA AGDA – ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, S.A.	76
1.2	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL.....	78
1.3	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL.....	83
1.4	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL.....	87
2.	PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS PARA O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO.....	90
3.	ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO 2024 A 2026	91
3.1	ALÍNEA A) CRESCIMENTO DO VOLUME DE NEGÓCIOS E MAXIMIZAÇÃO DAS RECEITAS MERCANTIS.....	92
3.2	ALÍNEA B) EVOLUÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL (EBIT).....	94
3.3	ALÍNEA C) EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO	95
3.4	ALÍNEA D) EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE DO ATIVO (ROA).....	96
3.5	ALÍNEA E) EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE DOS RH	97
3.6	ALÍNEA F) EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO (ROE).....	98
3.7	ALÍNEA G) EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DE NOVOS INVESTIMENTOS	99
3.8	ALÍNEA H) EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (ARREARS)	100
3.9	EFICIÊNCIA OPERACIONAL	101
3.10	FROTA AUTOMÓVEL.....	108
4.	ENDIVIDAMENTO	110
VII.	- CONTRATO PROGRAMA / CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO / CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO.....	112
VIII.	- QUADRO SÍNTESE COM AS AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS.....	114
IX.	- CONCLUSÕES	115
X.	- ANEXOS.....	116

I. – INTRODUÇÃO

A região do Alentejo, em particular o Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Alentejo Central, é reconhecidamente uma região com graves carências de abastecimento de água para consumo humano em termos de qualidade e quantidade, sujeita a frequentes episódios continuados de Seca, em particular na zona mais a sul do Sistema, nos concelhos de Castro Verde, Mértola, Almodôvar, Ourique e Odemira, originado pela escassez dos recursos de água existentes na região. O território abrangido pela empresa é considerado como um dos mais quentes do País encontrando-se parte em situação de “seca moderada”, mas na sua grande maioria, em situação de “seca severa” (IPMA, novembro de 2023), agravado pelo facto dos anos de 2022 e 2023 serem considerados os anos mais quentes da região, em particular o mês de julho de 2023, que foi o mês mais quente desde que há registos. Mantêm-se ainda os problemas ao nível do tratamento de águas residuais urbanas, agora concentrados num conjunto significativo de pequenas, mas extensas, instalações de tratamento, após ultrapassados os antecedentes com processos em fase de contencioso comunitário por incumprimento da Diretiva da Águas Residuais Urbanas.

Em 25 de setembro de 2009 foi assinado entre o Estado Português e 21 Municípios do Alentejo um contrato de Parceria Pública que visando a conceção, construção e exploração de um Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAlentejo), envolvendo as componentes abastecimento de água para consumo humano e tratamento de águas residuais urbanas, ambas na vertente “em alta” e por um período de 50 anos, pretendia solucionar os problemas de escassez e de qualidade de água que até então assolavam a região, porém, o contexto socioeconómico do período 2010 a 2016, posteriormente a Pandemia por COVID-19 e atualmente a crise energética em resultado da guerra na Europa, tem vindo a atrasar o desenvolvimento e implementação das soluções preconizadas.

No âmbito desse contrato foi criada, como entidade gestora da Parceria, a empresa AgdA - Águas Públicas do Alentejo, SA, também designada por AgdA, atualmente com um capital social de € 10.422.795,00 (dez milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e noventa e cinco euros) repartidos entre a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (51%) e a AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo (49%), à qual foi cometida, através de um contrato de gestão celebrado entre os Parceiros e a Sociedade, não só a responsabilidade pela execução de um vasto programa de investimentos em infraestruturas e equipamentos, mas também a exploração e a gestão dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais urbanas pelo período de 50 anos de vigência da Parceria.

Formalmente constituída em setembro de 2009, a AgdA inicia a sua atividade operacional em 1 de julho de 2010, integrando gradualmente os sistemas de abastecimento de água e de saneamento “em alta” dos 20 municípios que atualmente integram a Parceria.

No que diz respeito ao ano de 2024 e seguintes, importa ter presente que o orçamento plurianual foi elaborado tendo em consideração os pressupostos de atividade e de investimento previstos no contrato de gestão e respetivo aditamento, bem como na proposta de revisão do estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF) para o quinquénio de 2021 a 2025 e remanescente período da Parceria, já em fase de aprovação. Também importa destacar a entrada em vigor do novo regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano (Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto), com implicações a nível do esforço de monitorização e disponibilização da informação, bem como do universo de parâmetros e valores paramétricos mais exigentes a considerar na avaliação da qualidade da água.

Importa ainda ter presente que os anos de 2022 e 2023 foram fortemente marcados pelo contexto geopolítico internacional com fortes repercussões ao nível nacional quer pela variação da taxa de inflação, aumento do custo de financiamento e principalmente pelo aumento do custo de energia, havendo necessidade de estabelecer uma comparabilidade ao nível de indicadores uma vez que o contexto degradará a situação económica e financeira.

Tendo em conta o acima referido, o Plano de Atividades e Orçamento 2024 assenta nos pressupostos da revisão do EVEF, em fase de aprovação, que suportará os contratos de Parceria e de Gestão, e que inclui a atualização do plano de investimento que se prevê vir a realizar no triénio 2024/2026, a consolidação do quadro de pessoal pela integração total da atividade de saneamento de águas residuais e pelos seus efeitos nos respetivos encargos relativamente à aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho.

Em termos comparativos, tendo em conta as Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos, será utilizado o ano de 2023 e, far-se-á a explanação da trajetória dos valores da atividade em 2021 e 2022 quando se justifique, conforme indicado nas diretrizes do Despacho n.º 324/2023-SET.

I. MISSÃO

No âmbito da sua Missão, a AgdA procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAALENTEJO), em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

Proporcionar aos clientes, os serviços de suporte comuns que são necessários ao seu funcionamento, de forma eficiente e a preços competitivos, potenciando a obtenção de economias de escala, disponibilizando soluções tecnologicamente avançadas, incorporando boas práticas de gestão e contribuindo decisivamente para a prossecução dos objetivos da empresa nas diferentes áreas de atuação.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

2. VISÃO

A AgdA pretende ser reconhecida como empresa de referência, pela qualidade, continuidade e eficiência dos serviços que presta, numa região com necessidades especiais, devidas essencialmente a problemas de escassez de recursos hídricos e à dispersão populacional.

3. ATIVIDADE E POLÍTICAS

A AgdA assume o compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentado dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e colocará, nos vários níveis da sua organização, todo o empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com os seus clientes, acionistas, trabalhadores, fornecedores e comunidade.

Na sua atividade, assume como princípio incontornável a criação de condições para a cobertura integral dos gastos com o serviço prestado, com vista à eficiência, e prosseguirá com a sua função estruturante na área onde desenvolve a sua atividade, a região do Alentejo, contribuindo para a gestão adequada dos recursos disponíveis na região e para a requalificação ambiental do território.

Conhecedora dos problemas ainda não resolvidos no setor do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais e consciente das suas responsabilidades no cumprimento das metas nacionais e comunitárias, a AgdA desenvolve a sua atividade no sentido de contribuir ativamente para serem atingidas as metas 87% e 80% de atendimento nas componentes abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, respetivamente, estabelecidas no Aditamento ao Contrato de Gestão, relativamente ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

Na sua gestão, a empresa cumpre as orientações fixadas na legislação e aplicáveis às empresas do Setor Empresarial do Estado, bem como as recomendações emanadas pelos acionistas.

A Empresa cumpre igualmente as disposições relativas aos princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado, constantes do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Na sua atividade, assume os seguintes objetivos:

- Assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante da especificidade do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo;
- Aumentar a eficiência dos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais urbanas com o objetivo de reduzir os gastos associados;
- Garantir a disponibilidade dos meios financeiros para investimento;
- Assegurar a sustentabilidade económica e financeira da entidade gestora do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo;
- Contribuir ativamente para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente.

4. MODELO DE NEGÓCIO

Compete à empresa, enquanto Entidade Gestora da Parceria, a exploração e gestão dos serviços de águas, abrangendo a captação, o tratamento, a adução e o fornecimento aos municípios de água para consumo público, bem como a recolha, tratamento e a rejeição de águas residuais descarregadas pelos municípios nas respetivas redes de drenagem.

Compete-nos ainda a conceção, o projeto e a construção das infraestruturas e das instalações necessárias à exploração e à gestão dos Serviços de Águas relativos ao SPPIA Alentejo, bem como a reparação, renovação, manutenção e aquisição, de acordo com as exigências técnicas.

A maior circularidade do nosso setor, integrando instrumentos económicos corretos para potenciar a promoção da reutilização de águas residuais em moldes adequados aos diferentes contextos e a gestão das lamas de ETA e ETAR assente na valorização destes subprodutos e sua reintrodução na cadeia de valor, tendem a integrar o modelo de negócio das entidades gestoras.

Também a integração das águas pluviais irá assistir a importantes desenvolvimentos, como é patente no sentido da política pública, sinalizada também na designação do novo Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e de Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030) para o período 2021-2030, ainda em fase de aprovação.

Também a aposta no aumento da eficiência e produção de energia, potenciada pelo *nexus* água-energia será uma das prioridades.

É, pois, com importantes mudanças, mesmo de paradigma no pensamento e na abordagem, que nos temos vindo a preparar para responder aos desafios sociais que enfrentamos e que no triénio de 2024-2026 daremos continuidade.

A carteira variada de eficiência e diversificação de origens e de vários níveis de serviços de águas, determinados em consulta com as comunidades, impõe novas competências em várias áreas, como as novas tecnologias de engenharia e ciências ambientais e sociais, economia, marketing, política, atendimento ao cliente, saúde, consulta e pesquisa aplicada.

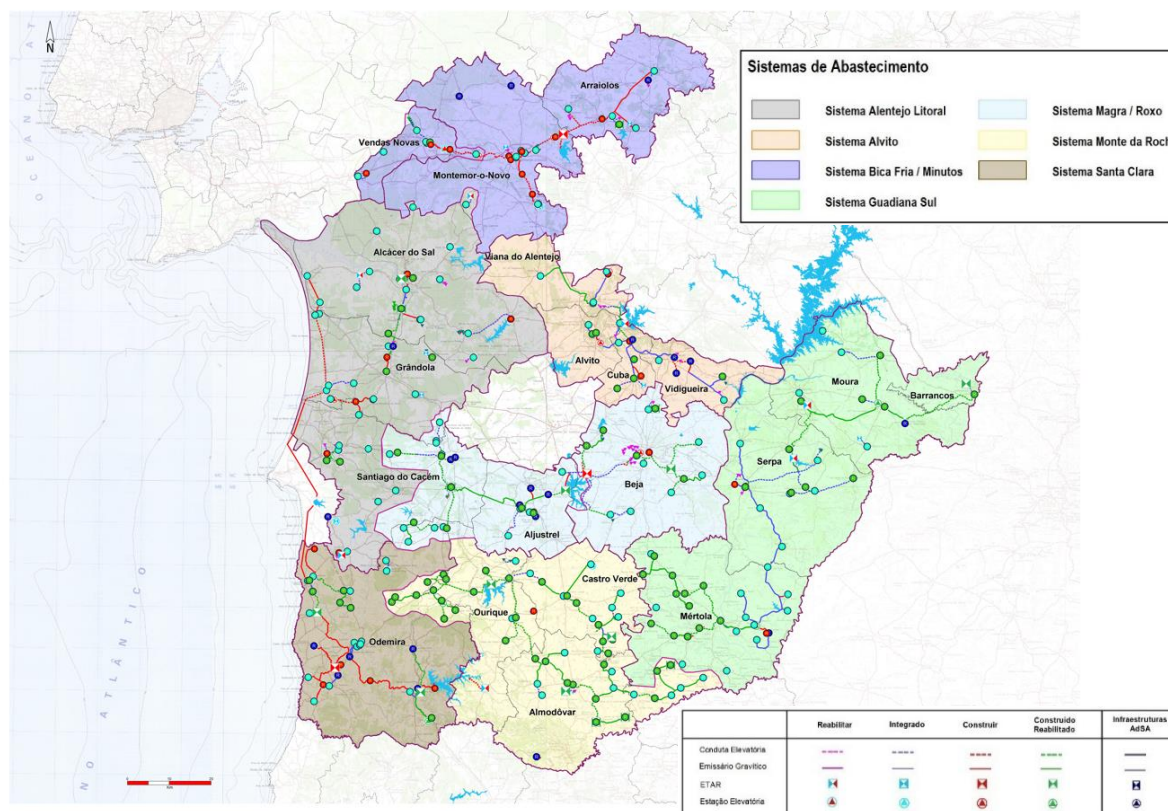
É, pois, cientes destes desenvolvimentos decorrentes dos fenómenos associados às alterações climáticas e dos objetivos de descarbonização que permitirão orientar decisões de gestão, assim como um conjunto de propostas que os parceiros se encontram a discutir.

Na sequência da aposta no estabelecimento de parcerias com as atividades económicas, foi identificada a oportunidade de alargamento da atividade ao fornecimento de água bruta, otimizando e rentabilizando infraestruturas existentes.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

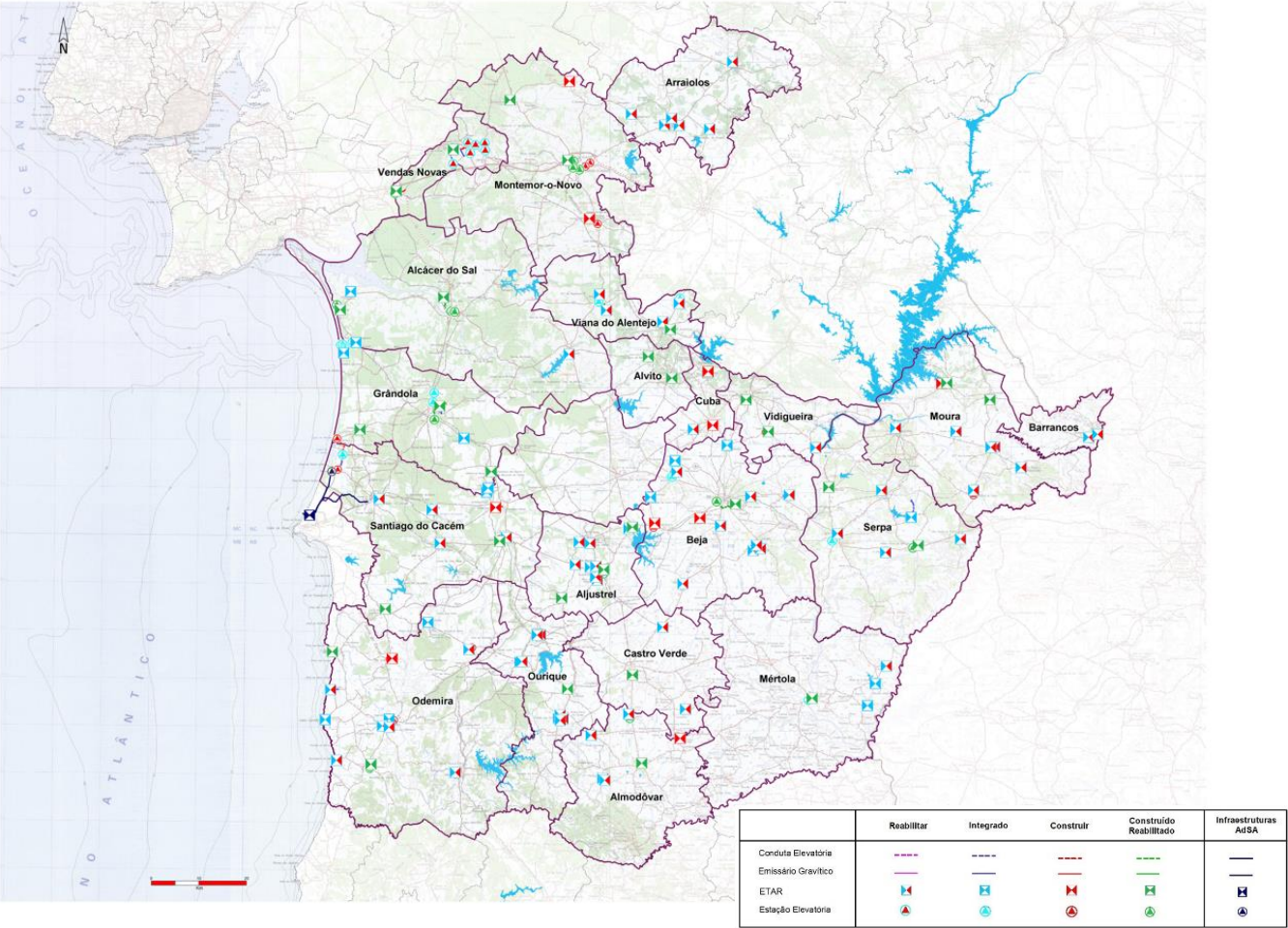
Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja efetuado o fornecimento para abastecimento de água, em alta, a aglomerados com mais de 100 habitantes residentes e sedes de freguesia e ainda a aglomerados com mais de 50 e menos de 100 habitantes residentes, mas que não distem mais de 500 metros dos troços de condutas adutoras.

Face à dimensão do território, dispersão dos aglomerados urbanos e localização e natureza das principais origens de água, a solução técnica adotada assenta numa estrutura de 7 sistemas de abastecimento de água: Bica Fria / Minutos, Alvito, Guadiana Sul, Magra / Roxo, Monte da Rocha, Santa Clara e Alentejo Litoral. Constitui também uma característica a inclusão de um vasto conjunto de reservatórios de distribuição de água, que representam a grande maioria dos pontos de entrega aos utilizadores do sistema de parceria.



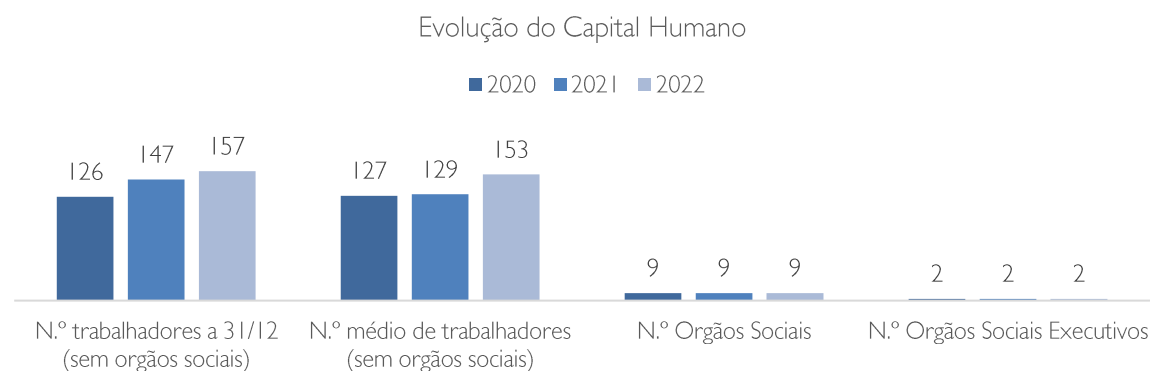
SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja assegurado pela alta a recolha e tratamento das águas residuais geradas no SPPIAALENTEJO em aglomerados cujas projeções populacionais estimem mais de 300 habitantes residentes em 2025, tendo a solução técnica adotada sido estruturada em 126 sistemas.

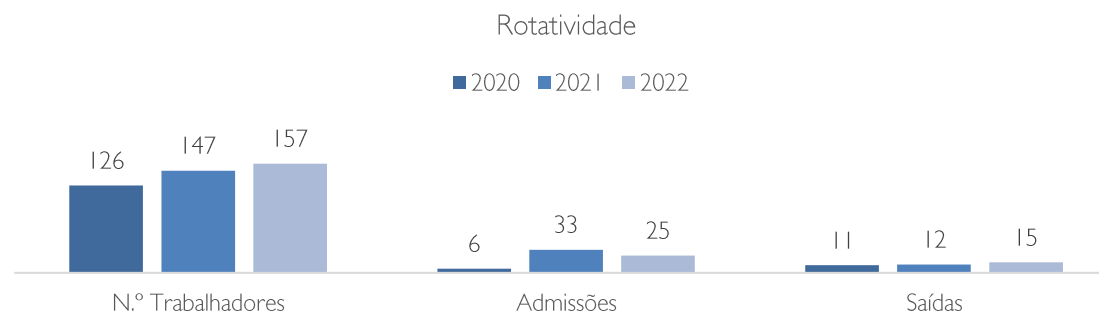


5. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2022, a equipa da AgdA era constituída por 157 trabalhadores aos quais devem ser acrescidos 5 funções em fase de recrutamento e de 9 órgãos Sociais, dos quais 3 pertencem à Mesa de Assembleia Geral (Presidente, Vice-presidente e Secretário), 1 Fiscal Único e 5 Administradores, dos quais 1 era Presidente Não Executivo, 1 era Vice-Presidente Executivo, 1 era Vogal Executivo e 2 eram Vogais Não Executivos.



A empresa tem apresentado elevados níveis de rotatividade do quadro de pessoal em resultado da fraca competitividade remuneratória o que, em grande medida, tem vindo a condicionar uma evolução positiva de indicadores de atividade.



Em Plano de Atividades e Orçamento 2023 foi justificada e aprovada a admissão de 18 novas funções, passando a equipa a ser constituída por 180 trabalhadores efetivos acrescido de 9 órgãos Sociais, dos quais 3 pertencem à Mesa de Assembleia Geral (Presidente, Vice-presidente e Secretário), 1 Fiscal Único e 5 Administradores, dos quais 1 é Presidente Executivo, 2 são Vogais Executivos e 2 são Vogais Não Executivos.

Para 2024, tendo em conta a integração total da atividade de saneamento, a empresa perspetiva a necessidade de admissão de 29 trabalhadores, maioritariamente de categoria técnica e técnica operativa, alinhando integralmente as previsões orçamentais com o previsto na revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira.

6. INFORMAÇÃO FINANCEIRA E DE ATIVIDADE

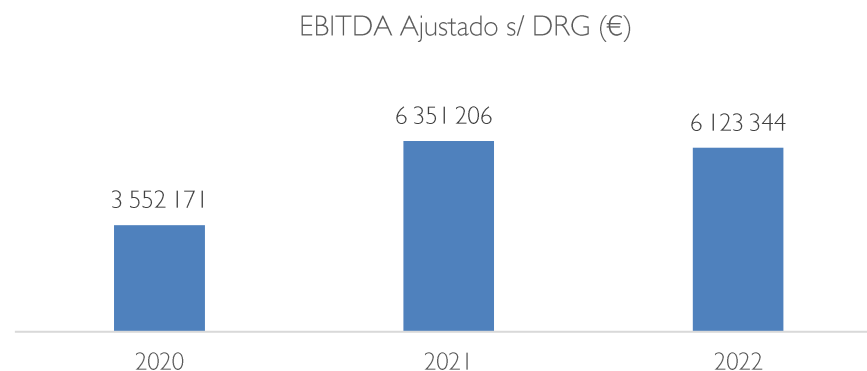
A informação financeira da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. a 31 de dezembro de 2022 está vertida no Relatório e Contas 2022 publicado em https://www.agda.pt/images/RC_AgdA_2022.pdf.

Apresenta-se de seguida alguma informação que resume a situação financeira e de atividade a dezembro de 2022 bem como a sua comparabilidade com os exercícios de 2021 e 2020.

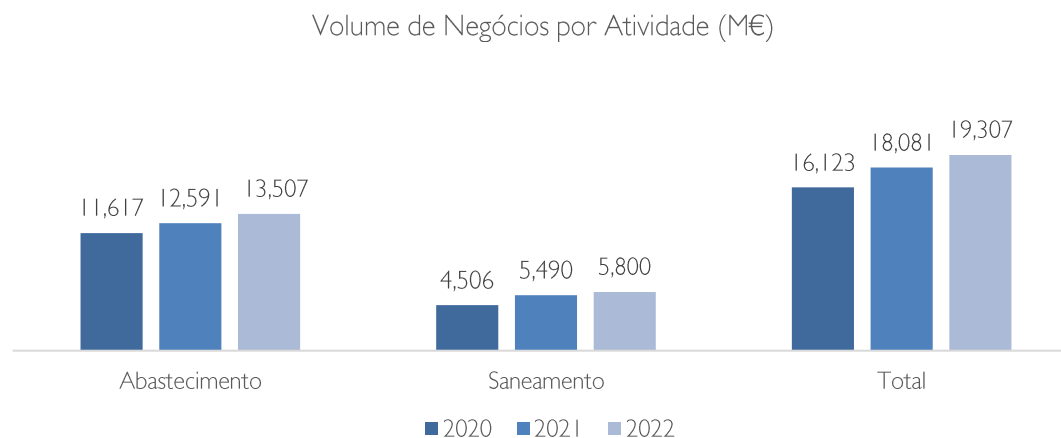
A AgdA encerrou o exercício de 2022 com um resultado líquido de 618 mil euros, ao mesmo nível do ano transato. A ligeira redução associada à remuneração do capital acionista em 2022 a 6,40%, ligeiramente abaixo (0,25 pp) dos 6,65% aplicados em 2021. Nos termos do contrato de gestão a remuneração Acionista é calculada com a rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de um máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social.



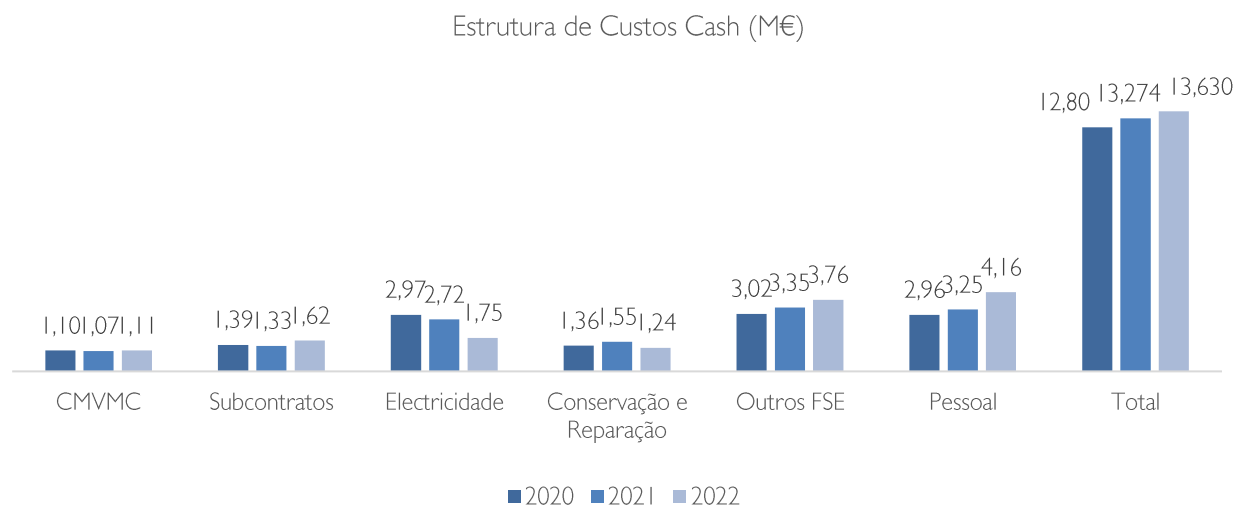
O EBITDA, ajustado do desvio de recuperação de gastos (superavit), ascendeu a 6,1 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 3,59% relativamente ao ano anterior.



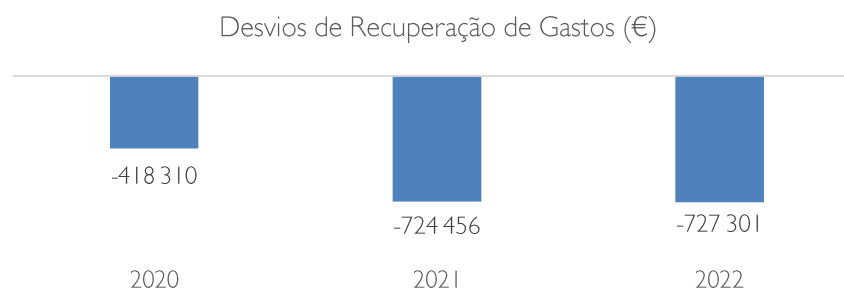
O volume de negócios, expurgado do rédito de construção de ativos, ao abrigo da norma IFRIC 12 e do desvio de recuperação de gastos, ascendeu a 19,3 milhões de euros, ou seja mais 6,78% relativamente ao ano anterior.



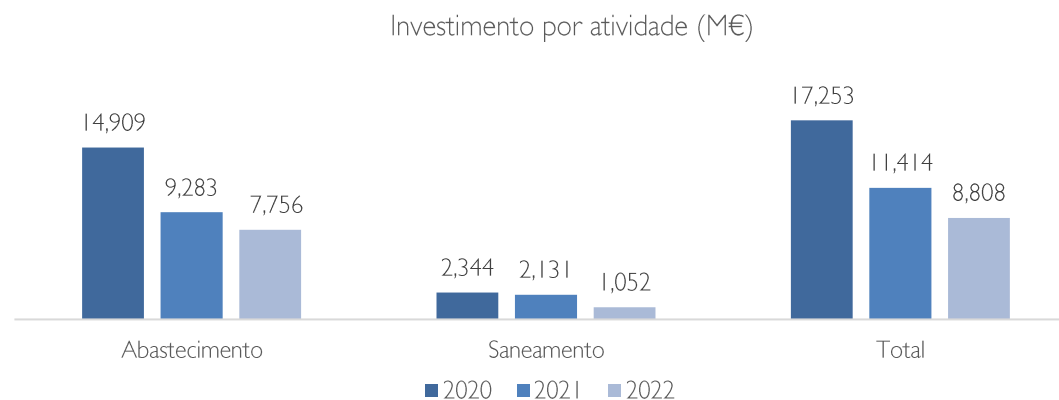
O conjunto de gastos de exploração aumentou 356 mil euros em 2022, passando de 13,3 milhões de euros para 13,6 milhões de euros. A circunstância de ainda nos encontrarmos em fase de execução de investimentos que visam o alargamento e a melhoria da qualidade do serviço prestado antecipam uma margem de crescimento de encargos e volume de negócios, com especial incidência nos serviços de saneamento.



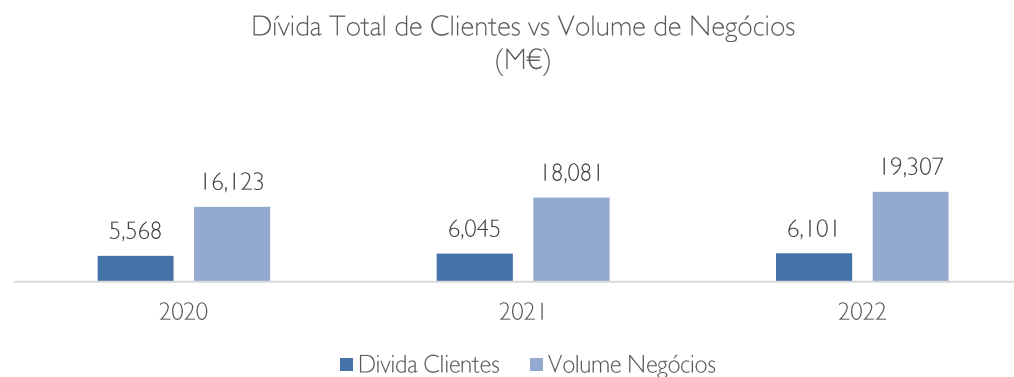
O desvio de recuperação de gastos, correspondente à diferença entre a remuneração acionista e o resultado líquido gerado pela respetiva atividade, foi superavitário em 727,3 mil euros, circunstância a que não foi alheia a redução do encargo suportado com energia em 2022 situação que se irá inverter em 2023 e 2024.



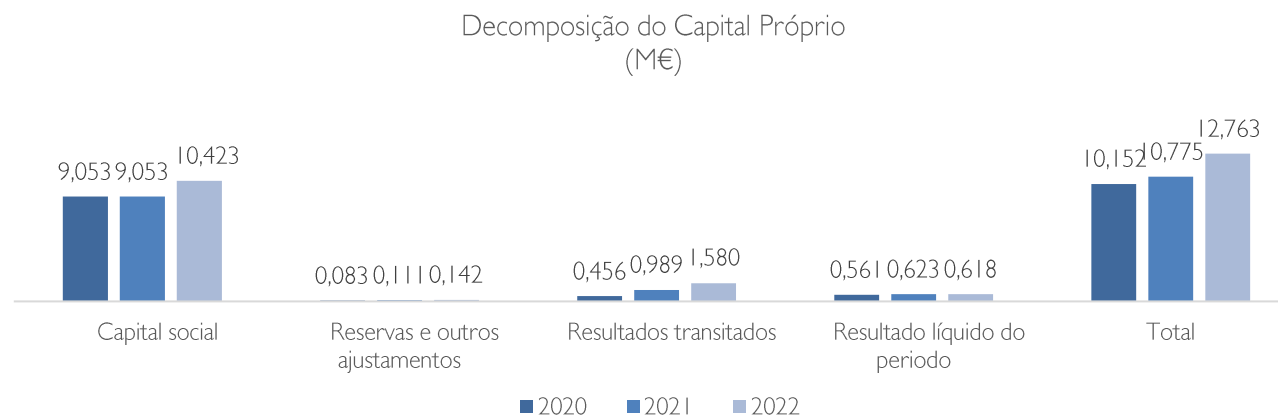
O ativo líquido total aumentou cerca de 8,0 milhões de euros, como resultado das variações conjugadas do ativo corrente (+4,2 milhões de euros) e do ativo não corrente (+3,8 milhões de euros), este último justificado pelo aumento do Ativo Intangível decorrente da execução de investimento programados cujo valor ascendeu a 8,8 M€.



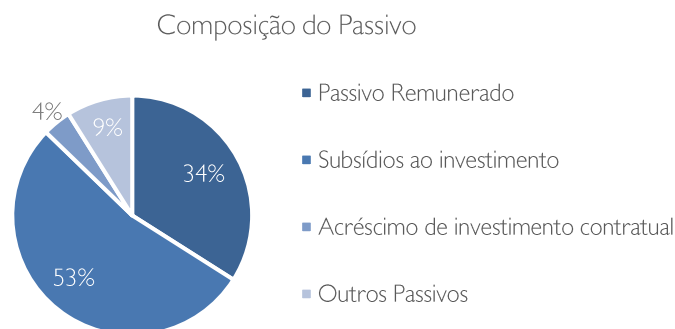
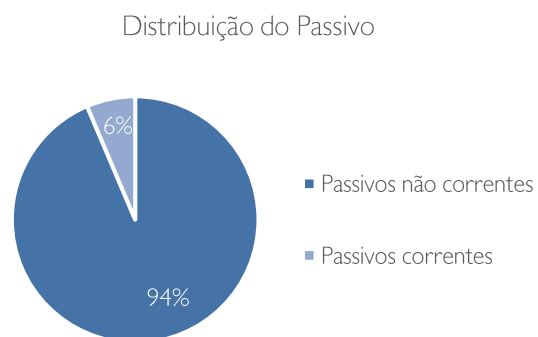
O aumento em ativos correntes justifica-se maioritariamente pelo aumento de outros ativos correntes designadamente pelo reconhecimento do direito a receber de fundos comunitários pela execução de despesa de investimento comparticipada, que ascende a 31 de dezembro de 2022 ao valor de 3,9M€. A carteira de crédito junto de clientes registou uma ligeira subida, associada essencialmente ao aumento do volume de negócios que evoluiu 6,78%.



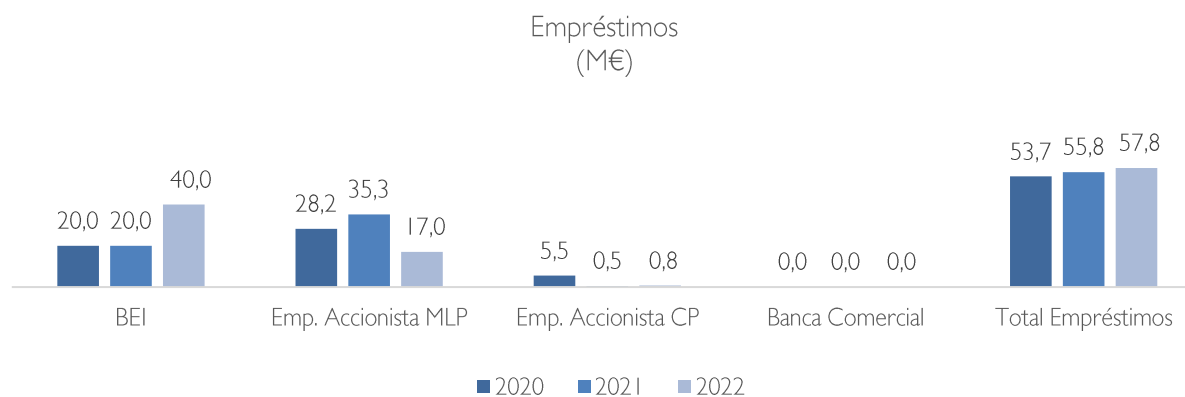
O capital próprio aumentou 2,0 milhões de euros no exercício, para cerca 12,8 milhões de euros, por via do resultado líquido do exercício de 2022, resultante das decisões dos acionistas de não distribuição de dividendos e aumento do capital social de 1,370 milhões de euros, parcialmente realizado em 0,699 milhões de euros uma vez que a quota parte do Acionista AMGAP, no valor de 0,671 milhões de euros, apenas foi depositada em 3 de janeiro de 2023.



O passivo total aumentou 3,64%, passando para 171,3 milhões de euros, decorrente essencialmente do aumento da parcela não remunerada em 3,6 milhões de euros. O passivo não corrente, no valor de 160,4 milhões de euros, representa 93,61% do total do passivo sendo composto essencialmente por: (i) empréstimos (no valor de 57,0 milhões de euros) (ii) subsídios ao investimento (no valor de 91,2 milhões de euros); e (iii) acréscimos de gastos de investimento contratual (no valor de 6,6 milhões de euros).



O valor de passivo remunerado ascende a 57,8 milhões de euros, ao que acresce o valor de 0,4 milhões de euros de encargos financeiros estimados, tendo-se verificado um aumento em 2022 em resultado da necessidade de assegurar a componente nacional dos investimentos realizados.



II. - A ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO

A atividade das empresas operacionais do Grupo Águas de Portugal (AdP), às quais foi confiada a prestação de um serviço público, mormente as concessionárias e gestoras de sistemas multimunicipais, encontra-se parametrizada por diplomas legais que balizam os termos gerais de prestação do serviço público¹, termos e condições plasmados nos contratos de Concessão, de Parceria e de Gestão outorgados com o Estado, em que a tarifa, e os demais instrumentos tarifários, através do mecanismo do desvio de recuperação de gastos ao longo do prazo da parceria, asseguram o cumprimento daqueles termos e condições, para efeitos de cumprimento do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que consagra o regime jurídico do setor público empresarial.

A AgdA, enquanto empresa responsável pela exploração e gestão dos serviços de água relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAlenentejo), em regime de parceria pública, tem por missão a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional, em que as tarifas, através do mecanismo do desvio de recuperação de gastos ao longo do prazo da parceria, asseguram o cumprimento dos compromissos de serviço público acordados em contratos de parceria e em contratos de gestão, com base em cobertura de serviço, de qualidade de serviço, desempenho ambiental, produtividade e eficiência de gestão, apontando para metas temporais para a consecução das principais iniciativas de carácter estratégico, designadamente a redução de perdas de água e a convergência tarifária.

Paralelamente, a atividade operacional da empresa no domínio da prestação dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais encontra-se regulamentada pelas disposições do Regulamento das Relações Comerciais - Regulamento n.º 594/2018, publicado no Diário da República n.º 170, 2.ª Série, de 4 de setembro de 2018 - que procede, entre outras matérias, à definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

Em qualquer dos modelos de gestão de sistemas de abastecimento de água para consumo público e/ou de saneamento de águas residuais, os contratos de concessão outorgados com o Estado ou os contratos de parceria e gestão celebrados com o Estado e os Municípios, assentam num princípio tarifário de cobertura de encargos eficientes (modelo regulatório de custo de serviço), assegurando a estabilidade tarifária ao longo do período da concessão, balanceado, através do mecanismo de recuperação de gastos, os encargos

¹ Cfr. Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que consagra o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, com a densificação prevista no Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, ambos com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, que estabelecem o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público e o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, respetivamente.

tarifários suportados e o respetivo ressarcimento por via tarifária. No caso dos SMM, a legislação e o contrato de concessão definem regras próprias de geração e recuperação dos desvios de recuperação de gastos, cujo valor é anualmente validado pela entidade reguladora. No caso das Parcerias, os contratos de parceria e gestão definem as regras a observar quanto aos desvios de recuperação de gastos, cujo valor é anualmente validado pela comissão de parceria.

Os estudos de viabilidade económica e financeira são parte integrante dos referidos contratos são revistos periodicamente nos termos dos respetivos contratos e legislação, permitindo integrar circunstâncias imprevistas, rever a prioridade dos investimentos propostos assim como assegurar a correta evolução da trajetória tarifária e dos mecanismos dos desvios de recuperação de gastos. Assim, nestas operações, podem verificar-se períodos de gastos necessários sem a respetiva cobertura tarifária, e outros em que de forma inversa se verá a recuperação de encargos já incorridos ou em que se efetua a reintegração da recuperação antecipada de encargos, sem que isso seja sinónimo de menor eficiência na operação. Neste último caso, por exemplo, dependendo dos superávits gerados antecipadamente, podem verificar-se até períodos de resultados negativos por forma a assegurar a regra de equilíbrio do modelo económico subjacente aos contratos.

As orientações estratégicas gerais e específicas² reforçam este enquadramento, nomeadamente, com o seu enfoque no “Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética” e na contribuição “para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades”.

É neste quadro que se enquadram os objetivos da empresa com:

- i) a evolução do resultado operacional, através do rácio GO/VN,
- ii) evolução da qualidade da água fornecida e das águas residuais, assim como
- iii) dos projetos no âmbito da neutralidade energética e económica circular.

² Em anexo I

Foram definidos os seguintes indicadores de desempenho:

			Ano 2024		Ano 2025		Ano 2026	
Tipo	Objetivo	Cálculo	Escala	Peso	Escala	Peso	Escala	Peso
Objetivos Setoriais (alínea b) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021)								
Sectorial	Qualidade da Água Fornecida	AQA	1. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA>=99,00%	10,00%	1. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA>=99,00%	10,00%	1. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA>=99,00%	10,00%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR	1. AQAR <90,00% 2. 90,00% <= AQAR <=95,00% 3. AQAR > 95,00%	10,00%	1. AQAR <90,00% 2. 90,00% <= AQAR <=95,00% 3. AQAR > 95,00%	10,00%	1. AQAR <90,00% 2. 90,00% <= AQAR <=95,00% 3. AQAR > 95,00%	10,00%
	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	3. N.º Ações executadas face ao previsto >=90,00% 2. N.º Ações executadas face ao previsto <= 80,00% <90,00% 1. N.º Ações executadas face ao previsto < 80,00%	10,00%	3. N.º Ações executadas face ao previsto >=90,00% 2. N.º Ações executadas face ao previsto <= 80,00% <90,00% 1. N.º Ações executadas face ao previsto < 80,00%	10,00%	3. N.º Ações executadas face ao previsto >=90,00% 2. N.º Ações executadas face ao previsto <= 80,00% <90,00% 1. N.º Ações executadas face ao previsto < 80,00%	10,00%
Objetivos estratégico (alínea a) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021)								
Estratégico	Eficiência de Gestão	PRC = [(GV+FSE+GP)/VN] Variação face ao PAO proposto	3. var < -0,10 pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 1. var > +0,10pp	20,00%	3. var < -0,10 pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 1. var > +0,10pp	20,00%	3. var < -0,10 pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 1. var > +0,10pp	20,00%
	Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	3. Nr dias n < Nr dias n-l 2. Nr dias n = Nr dias n-l 1. Nr dias n > Nr dias n-l	10,00%	3. Nr dias n < Nr dias n-l 2. Nr dias n = Nr dias n-l 1. Nr dias n > Nr dias n-l	10,00%	3. Nr dias n < Nr dias n-l 2. Nr dias n = Nr dias n-l 1. Nr dias n > Nr dias n-l	10,00%
	Água para Reutilização	Evolução face ao ano anterior	3. ApR >=102,50% 2. 97,50% >= ApR <102,50% 1. ApR < 97,50%	5,00%	3. ApR >=102,50% 2. 97,50% >= ApR <102,50% 1. ApR < 97,50%	5,00%	3. ApR >=102,50% 2. 97,50% >= ApR <102,50% 1. ApR < 97,50%	5,00%
	Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	5,00%	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	5,00%	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	5,00%
	Plano de Eficiência Energetica	Evolução face ao ano anterior em atividade comparável	3. X <97,00% 2. 97,00% <= X <100,00% 1. X>=100,00%	5,00%	3. X <97,00% 2. 97,00% <= X <100,00% 1. X>=100,00%	5,00%	3. X <97,00% 2. 97,00% <= X <100,00% 1. X>=100,00%	5,00%

Importa referir que o peso dos indicadores cumpre com o definido na Portaria 317-A/2021 sendo alocado aos objetivos individuais dos Administradores com funções executivas o peso de total de 25% a que se acrescerá os restantes indicadores setoriais e estratégicos.

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função Acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato e a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização.

A avaliação será realizada em função do grau de concretização dos objetivos conforme quadro seguinte:

Modo de avaliação		
Desadequado	<1,8	
Adequado	1,8<= Avaliação <2,5	
Superado	>=2,5	

III. - PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO

A atual década é considerada a mais crítica de sempre na relação água-energia-alimentação, a nossa ambição de maior autonomia alimentar pressiona os recursos hídricos, sendo tal particularmente evidente no Alentejo, a par da dinâmica de desenvolvimento a que se assiste na sub-região do Alentejo Litoral.

A instabilidade geopolítica e a adversidade macroeconómica mais recentes concorrem com um evento pandémico global sem precedentes, que embora mitigado, ainda persiste, o que a par da evolução climática configuram a combinação para uma “tempestade perfeita”.

A preocupante e acentuada escalada da incerteza torna, mesmo urgente, organizações mais ágeis, em especial, nas entidades gestoras de infraestruturas críticas e serviços essenciais, como o nosso caso. Este requisito concorre com as exigências crescentes de governo societário, bem como de transparência e reporte com um número acrescido de partes interessadas.

Os anos de 2022 e 2023 são assinalados como anos de continuidade da situação de Seca em Portugal, circunstância que constitui um importante teste à estratégia que tem vindo a ser implementada no Alentejo, singular no território Continental, a que não é alheia a circunstância de também constituir um *hotspot* para o impacto das alterações climáticas. Importa destacar que em determinadas partes do território abrangidas pelo Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAlentejo) têm sido verificadas, nos últimos anos, condições que induzem a uma antecipação do clima projetado pelos modelos climáticos para meados do século, considerados no âmbito do Roteiro Nacional para a Adaptação 2100 (Agência Portuguesa do Ambiente). Esta situação, para além das implicações a curto prazo, evidencia a necessidade de assumir condições mais secas para o futuro, obrigando a uma avaliação de risco associada à continuidade da prestação dos serviços.

Apesar de muito cientes que o atual desempenho não é uma garantia absoluta para o futuro, tal não impede que encaremos com confiança, e com necessidade acrescida de monitorização e proatividade, os desafios que enfrentamos.

Esta circunstância impõe que, à resolução das situações de maior urgência no abastecimento de água às populações e de contencioso ambiental no tratamento de águas residuais, sucedam, como previsto, intervenções noutras partes do território, igualmente relevantes e prementes, por idênticos motivos. Acrescem a estas, as novas exigências derivadas do novo regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo (Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto).

À semelhança de anos anteriores, foram exatamente em sistemas de abastecimento de água ainda não intervencionados e com histórico de frágil fiabilidade, que vieram a implicar o maior esforço com transporte de água por autotanque no presente ano, como sucedeu com aglomerados dos concelhos de Alcácer do Sal, Arraiolos e Vendas Novas. As nossas prioridades estendem-se aos concelhos de Arraiolos, Alcácer do Sal, Grândola e Odemira, este último caso, que de forma inesperada entrou na agenda das preocupações, confirmando a elevada incerteza que caracteriza os nossos tempos e a necessidade continuada de esforços destinados a aumentar a segurança hídrica e no qual se perspectivam avultados investimentos.

Parte destes concelhos coincidem com bacias hidrográficas que mais preocupação inspiram a nível nacional no presente e face às repercussões dos fenómenos associados às alterações climáticas (Sado e Mira³). Refira-se que no âmbito do estudo “Avaliação das disponibilidades hídricas atuais e futuras e aplicação do índice de escassez WEI+” (Agência Portuguesa do Ambiente, 2021) o referido índice de escassez atinge valores preocupantes de “escassez severa” e “escassez extrema” nas bacias hidrográficas do Sado e do Mira, respetivamente.

São aliás as sub-regiões onde se inserem estes concelhos que constituem a prioridade de intervenção para o último terço do plano inicial de investimentos em infraestruturas, cuja execução se tem prolongado de forma significativa, em consequência dos constrangimentos que vieram a ser impostos na sequência da crise financeira, cujos desenvolvimentos recentes tornam mais evidente a importância da sua concretização para evitar a imposição de acrescidos encargos e constrangimentos às populações e atividades económicas.

O ritmo e a oportunidade destas intervenções estão fortemente associados à garantia e previsibilidade do seu cofinanciamento, de acordo com os compromissos políticos subjacentes à constituição da parceria, evidenciados nas várias versões atualizadas do estudo de viabilidade económica e financeira, de onde são retiradas as tarifas a praticar. Num momento em que entram na fase decisiva as conversações relativas à 2.ª revisão quinquenal (2021-2025), e se consolidam as prioridades de alocação dos fundos comunitários do PT 2030, urge contemplar este compromisso, em linha com o efetuado no passado com os sistemas multimunicipais e sistemas intermunicipais. Também o limiar de materialidade dos investimentos deve merecer uma atenção, de modo que não agrave os atrasos na execução das intervenções, num momento de grande incerteza climática em que se acentuam as preocupações ambientais e se perspetiva a elevação das exigências comunitárias neste domínio com riscos de novos contenciosos.

As intervenções previstas num setor de serviços de infraestruturas sendo centrais, são apenas instrumentais de algo mais abrangente. Neste sentido, é cada vez mais urgente contrariar de forma mais efetiva a erosão na exploração e gestão destes sistemas, num momento em que são requeridas novas competências e aumentam as necessidades de maior especialização, indispensáveis para responder à complexidade e exigência na antecipação e na mitigação de um vasto leque de fenómenos, mas também às oportunidades da agenda da descarbonização e economia circular.

³ Para além do Guadiana.

É neste contexto que, e sem prejuízo de alguns passos, se aposta em mais um avanço na concretização da necessária valorização remuneratória dos trabalhadores destes serviços essenciais, que suportado na informação do diagnóstico de recursos humanos desenvolvido no Grupo AdP para todas as empresas, torna cada vez mais evidente e incompreensível a diferenciação negativa face a trabalhadores em funções públicas em domínios como a insalubridade e penosidade e a urgência de concluir a revisão do Acordo Coletivo de Trabalho, quando se encontra mais do que demonstrada a virtude da aposta de décadas num modelo assente na especialização e gestão do tipo empresarial.

A elevada rotação de trabalhadores é também uma forte preocupação da empresa e o reflexo da incapacidade de atração e retenção de quadros, mas também já de cansaço, apesar das limitadas ofertas de trabalho no território, circunstância que se repercute de forma muito negativa e a vários níveis no nosso desempenho diário, como na atempada implementação de um conjunto de iniciativas estruturantes em curso, destinadas a responder ao aumento crescente de exigências, em especial de transparência e contratação, mas também de desempenho ambiental, onde a pressão das comunidades é cada vez mais evidente.

A sustentabilidade é aliás patente no nosso percurso e nas versões de trabalho já disponíveis da atualização do estudo de viabilidade económica e financeira em discussão pelos parceiros Estado e Municípios, para o que muito contribui o reforço da aposta nos domínios da eficiência e produção de energia e da valorização orgânica de lamas, ou seja, as oportunidades da agenda da descarbonização e da economia circular.

Num projeto fortemente beneficiário e promotor de novas parcerias e no alargamento das existentes, e onde os tempos vão tornar mais prováveis situações de contingência, vamos continuar a diligenciar no sentido de uma clarificação da regulação da nossa relação com entidades gestoras de empreendimentos de fins múltiplos e equiparados, e naturalmente, na resolução do único processo de contencioso existente em termos da justa repartição dos encargos.

Em linha com a revisão do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (EVEF), o ano de 2024 marcará ainda a integração total da atividade de saneamento até então subcontratada. A subcontratação tem-se revelado problemática para a empresa, desde logo pela dificuldade na própria contratação e do acompanhamento dos contratos a par com as exigências da região com elevada dispersão de infraestruturas e ausência de quadros especializados, observando-se por vezes o incumprimento contratual que resulta na deterioração da qualidade de serviço público prestado aos utilizadores, bem como na degradação acentuada das infraestruturas. Importa também avaliar a solução do ponto de vista económico e financeiro uma vez que se tem revelado num sobrecusto da atividade de saneamento.

A opção pela integração total da atividade, parcialmente iniciada em 2022/2023, contribuirá para a consolidação económica e financeira da empresa, pese embora seja prevista a necessidade de contratação de 29 novos trabalhadores e 16 viaturas. Estima-se que a integração venha a gerar poupanças na estrutura de gastos operacionais na ordem dos 800 mil euros anuais o que representa cerca de 45% do valor atualmente contratado. Tal situação será possível pela supressão da margem comercial, bem como pelo facto de os

trabalhadores previstos contratar serem na sua maioria técnicos e técnicos operativos, suprimindo-se a gestão associada ao contrato uma vez que a AgdA tem essa equipa constituída.

É assim num contexto de aposta e de confiança na evolução na resolução de parte dos principais constrangimentos que ainda persistem e têm limitado o nosso desempenho, que elaborámos e apresentamos a presente proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2024.

I. INDICADORES DE DESEMPENHO

Para o acompanhamento e monitorização da atividade a Empresa dispõe de um conjunto vasto de indicadores de desempenho, parcialmente com origem na legislação vigente para o setor, outros com origem nos contratos de Parceria e de Gestão e ainda outros identificados pelos parceiros. A fixação de objetivos e metas permitem a avaliação do cumprimento legal, de atividade e de gestão.

No quadro seguinte são identificados os indicadores de desempenho, bem como os objetivos e as metas para monitorização e acompanhamento.

Principais Desafios e Prioridades	Descrição do Objetivo	Indicadores	Fórmula de cálculo	Meta
Sustentabilidade Ambiental	Qualidade de Serviço AA04ab	Qualidade da Água Fornecida	AA04ab	99,50%
Sustentabilidade Ambiental	Qualidade de Serviço AR21ab	Qualidade das Águas Residuais	AR21ab	85%
Adequação do serviço ao utilizador	Cobertura potencial de Serviço AA	Cobertura de Serviço AA	Pop Pot Ser / Pop Abrangida	87%
Adequação do serviço ao utilizador	Cobertura potencial de Serviço AR	Cobertura de Serviço AR	Pop Pot Ser / Pop Abrangida	80%
Adequação do serviço ao utilizador	Ocorrência de falhas no abastecimento AA03a	Falhas no abastecimento	AA03a	0,05 por ponto de entrega / ano
Adequação do serviço ao utilizador	Ocorrência de colapsos estruturais em coletores AR10ab	Ocorrência de Inundações	AR10ab	200 por m2/ano n.º/ano
Adequação do serviço ao utilizador	Resposta a reclamações escritas AA	Resposta a reclamações escritas AA	Reclamações respondidas dentro do prazo / reclamações respondidas	100%
Adequação do serviço ao utilizador	Resposta a reclamações escritas AR	Resposta a reclamações escritas AR	Reclamações respondidas dentro do prazo / reclamações respondidas	100%
Sustentabilidade da gestão do serviço	Cash-cost AA	Cash-cost AA	GO/m3 fornecido	0,46€/m3
Sustentabilidade da gestão do serviço	Cash-cost AR	Cash-cost AR	GO/m3 tratado	0,46€/m3
Sustentabilidade Ambiental	Água Não Faturada AA08ab	Eficiência na utilização dos recursos hídricos	AA08ab = dAA60b / dAA48ab x 100	5%

Principais Desafios e Prioridades	Descrição do Objetivo	Indicadores	Fórmula de cálculo	Meta
Sustentabilidade Ambiental	Plano de ação para afliências indevidas dAR98ab	Influências Indevidas	dAR98ab	
Sustentabilidade Ambiental	Produção de água para reutilização (%) ARI8ab	Água para Reutilização	ARI8ab	
Sustentabilidade da gestão do serviço	Eficiência de Gestão	Eficiência de Gestão	$PRC = (GV + FSE + GP) / VN$	Redução face ao PAO Redução face ao anterior
Sustentabilidade da gestão do serviço	Dívida Comercial de Devedores Municipais	Dívida Comercial de Devedores Municipais	$\text{dívida vencida de } n / \text{dívida vencida de } n-1$	Redução face ao anterior
Sustentabilidade da gestão do serviço	Limite ao Endividamento	Limite ao Endividamento	$\text{Stock dívida } n / \text{stock dívida } n-1$	Limite 2% aumento
Sustentabilidade da gestão do serviço	Respeito pelos Prazos Médios de Pagamento	Respeito pelos PMP	RCM 34/2008	< 45 dias
Sustentabilidade da gestão do serviço	Rentabilidade	Rentabilidade	$(RL - DRG) / PAO$	Aumento
Sustentabilidade da gestão do serviço	Cumprimento do Plano de Manutenção	Plano de Manutenção	N.º de Ações excetuadas / ações em plano	superior a 80%
Sustentabilidade da gestão do serviço	Redução do consumo energético	Implementação de medidas de redução do consumo energético em atividade comparável;	$(KWh/m^3 \text{ de } n) / (KWh/m^3 \text{ de } n-1)$ (em infraestruturas com 12 meses de atividade e sem investimento adicional)	Reduzir consumo energético em atividade comparável
Sustentabilidade da gestão do serviço	Aumentar o n.º de melhorias que resultem em eficiência energética implementadas	N.º melhorias que resultem em eficiência (elétrica / processos / tempos)	N.º de melhorias implementadas	≥ 4

2. INDICADORES FINANCEIROS

O quadro seguinte apresenta os indicadores financeiros para o período 2024 a 2026:

Demonstrações financeiras					
				Unid:	1 000
Balço	2022	2023	2024	2025	2026
Ativo (total)	184 070	196 654	203 137	224 430	246 644
não corrent.	166 119	179 302	187 767	208 797	231 490
corrente	17 951	17 352	15 370	15 633	15 155
CP (total)	12 763	14 354	16 972	19 663	21 508
rest.trans.	1 580	0	0	0	0
Passivo (total)	171 306	182 299	186 165	204 767	225 137
não corrent.	160 368	167 667	173 208	187 092	202 336
corrente	10 938	14 633	12 957	17 675	22 801
Demonstração de resultados	2022	2023	2024	2025	2026
Volume de Negócios (incl. ICs)	19 307	20 248	26 502	29 833	30 656
% de crescimento		5%	31%	13%	3%
Gastos com Pessoal	-4 522	-4 848	-5 746	-6 633	-7 013
% de crescimento		7%	19%	15%	6%
Fornecimentos e serviços externos	-8 598	-10 672	-12 263	-10 739	-10 593
% de crescimento		24%	15%	-12%	-1%
EBITDA	5 613	7 517	8 895	10 641	11 942
% de crescimento		34%	18%	20%	12%
EBIT	1 623	2 970	2 736	3 696	4 202
% de crescimento		83%	-8%	35%	14%
Resultado líquido	618	681	736	860	974
% de crescimento		10%	8%	17%	13%
Eficiência operacional	2022	2023	2024	2025	2026
GO/VN	72,44%	71,22%	62,05%	61,60%	60,78%

3. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Tendo por objetivo a prossecução dos objetivos estratégicos definidos pelos acionistas da empresa para as atividades de Abastecimento e de Saneamento de Águas residuais, a AgdA dispõe de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo dos quais se destacam pela sua importância económicos e financeiros:

a) EVEF – Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro

O documento é elaborado quinquenalmente, como obrigatoriedade do próprio contrato de gestão, e para o horizonte da parceria, revisitando pressupostos, encargos, investimentos e estabelecendo as tarifas para o quadro de sustentabilidade económica e financeira da parceria. Periodicamente é efetuada a avaliação do estado de realização e acompanhamento financeiro da execução com as previsões em EVEF sendo o acompanhamento analisado pela Administração e pela Comissão de Parceria.

b) PAI – Plano Anual de Investimentos

O documento é elaborado anualmente para um horizonte de três anos e consiste numa previsão de todos os investimentos que se preveem realizar para esse período, tendo por base a sustentabilidade económica, a continuidade de serviço e melhoria da qualidade da água. A realização dos projetos é controlada por meio do sistema SAP e o acompanhamento é efetuado regularmente pelos administradores com funções executivas e mensalmente pelo Conselho de Administração.

c) PAC – Plano Anual de Compras

O documento é elaborado anualmente para um horizonte de dois anos e consiste numa previsão de todos os procedimentos de compras de bens e serviços que dão suporte ao orçamento anual e que se preveem realizar para esse período tendo por base a sustentabilidade económica, a continuidade de serviço e melhoria da qualidade da água. O Plano Anual de Compras permite planear com maior rigor e antecipar a elaboração de procedimentos no âmbito do Código da Contratação Pública, sendo a execução da despesa controlada através do sistema SAP e o acompanhamento efetuado regularmente pelos administradores com funções executivas e mensalmente pelo Conselho de Administração.

d) Orçamento Anual

É elaborado anualmente, com a participação de todos os segmentos da organização, um orçamento de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na Empresa. As aquisições de bens e serviços previstas em orçamento são controladas através de mecanismos de controlo interno incorporados no Sistema SAP, em termos de autorizações que traduzem a delegação de competências em vigor na Empresa.

A avaliação da execução do Plano de Investimentos, Plano de Compras e o Orçamento anual é feito trimestralmente, sendo elaborados Relatórios de Controlo de Gestão e Relatórios de Execução Trimestral que monitorizam um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais. Anualmente é ainda feita a avaliação do cumprimento dos objetivos de gestão, constando o atingimento do relatório anual de prestação de contas e Relatório de Governo Societário, que é disponibilizado publicamente no *site* da AgdA.

IV. - PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

O plano de investimento para os anos de 2024, 2025 e 2026 vai ao encontro da solução técnica constante do contrato de gestão e do EVEF da Parceria, bem como dos desenvolvimentos efetuados na revisão do EVEF para o quinquénio 2021-2025 e seguinte, que se encontram em fase de aprovação, e que incluem os contributos de trabalhos desenvolvidos desde 2020.

I. INVESTIMENTO

Os investimentos programados para 2024, 2025 e 2026 para as infraestruturas e equipamentos associados ao abastecimento de água correspondem à realização dos investimentos programados no qual se inclui a construção de novas infraestruturas e a reabilitação de existentes e têm como objetivo garantir a fiabilidade do abastecimento de água “em alta” tanto em termos de quantidade como em qualidade, sendo de salientar a urgência e imprescindibilidade da sua execução face a situações de escassez de recursos nalgumas origens, vulnerabilidade das mesmas e degradação acentuada da qualidade de água bruta nalgumas origens superficiais e subterrâneas acentuadas nos últimos anos pelo agravamento da situação de seca hidrológica.

Na componente de tratamento de águas residuais os investimentos programados correspondem aos investimentos necessários para responder a situações graves e persistentes de incumprimentos ambientais, com sérios riscos de evolução e reincidência de contencioso comunitário por manifesto incumprimento da Diretiva de Águas Residuais Urbanas, agora, no essencial, ao nível de aglomerados mais pequenos, sem prejuízo da necessidade de completar as intervenções em ETAR que se encontravam em processos de contencioso comunitário.

O quadro seguinte contempla o investimento na construção e remodelações previstas em infraestruturas para os anos de 2024, 2025 e 2026.

Investimento	Real	Estimativa	Orçamento	Previsão	Previsão	Variação	Variação	Variação	Variação
<i>Unidade: milhões de euros</i>	2022	2023	2024	2025	2026	E23 / R22	O24/ E23	P25 / O24	P26 / P25
Investimento em Abastecimento de Água									
Empreitada	7,169	9,326	3,817	22,309	26,167	30%	-59%	484%	17%
Estudos	0,077	0,534	0,554	0,018	0,078	592%	4%	-97%	325%
Fiscalização	0,365	0,257	0,173	0,893	1,177	-30%	-33%	417%	32%
Terrenos	0,130	0,062	0,038	0,223	0,262	-53%	-38%	484%	17%
Assessorias /outros	0,015	0,046	0,038	0,223	0,262	219%	-18%	484%	17%
Total Investimento em Abastecimento de Água	7,756	10,225	4,621	23,666	27,946	32%	-55%	412%	18%
Investimento em Saneamento de Águas Residuais									
Empreitada	0,973	3,639	4,184	10,594	6,585	274%	15%	153%	-38%
Estudos	0,010	0,571	0,638	0,014	0,067	5479%	12%	-98%	371%
Fiscalização	0,068	0,145	0,161	0,353	0,296	114%	11%	119%	-16%
Terrenos	0,000	0,018	0,023	0,104	0,066	100%	29%	355%	-37%
Assessorias /outros	0,001	0,019	0,023	0,104	0,066	1596%	23%	355%	-37%
Total Investimento em Saneamento de Águas Residuais	1,052	4,391	5,028	11,169	7,080	317%	15%	122%	-37%
TOTAL	8,808	14,616	9,649	34,835	35,026	66%	-34%	261%	1%

Nota: Não inclui capitalização de encargos

2. DESAGREGAÇÃO E CALENDARIZAÇÃO DO INVESTIMENTO

O quadro seguinte desagrega e calendariza o investimento previsto para o ano de 2024 e seguintes, integrados no Plano de Investimentos do SPPIA Alentejo.

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Ano de Início	Realização até Dez 22 Real	Realização até Dez 23 Previsão	Realização Triénio			Realização após 2026	Valor global previsto
					2024	2025	2026		
Investimento em Abastecimento de Água (Milhões de Euros)									
1	Reforço da Fiabilidade de Adução a Aljustrel	2024	0,000	0,000	0,169	1,031	0,000	0,000	1,200
2	Reabilitação das Captações e Centro Produtor da Horta dos Banhos (Serpa)	2025	0,000	0,000	0,000	0,375	0,000	0,000	0,375
3	ETA de S. Teotónio (Odemira)	2025	0,000	0,000	0,000	1,719	6,201	1,080	9,000
4	Captação e conduta de Santa Clara para Odemira	2025	0,000	0,000	0,000	4,851	14,889	1,260	21,000
5	Adução a Boavista Pinheiros (SAA Odemira) e Zambujeira do Mar (Via ETA de S. Teotónio) e Reabilitação de adutoras em Odemira (Lote 1) e Adução Fataca via S. Teotónio e Brejão (Via ETA de S. Teotónio) (Lote 2)	2025	0,000	0,000	0,000	2,205	2,795	0,000	5,000
6	Reabilitação do sistema autónomo da Sonega	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,150	0,150
7	Remodelação dos sistemas autónomos de Alcácer do Sal (Zona Interior)	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,450	0,450
8	Adução a Vale do Guizo	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,300	0,300
9	Remodelação dos sistemas autónomos de Alcácer do Sal (Zona Litoral) - Comporta	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,100	0,100
10	Telegestão 2ª fase	2024	0,000	0,000	0,490	2,470	0,000	0,000	2,960
11	Adução a Grândola 2ª Fase	2024	0,000	0,000	0,339	0,961	0,000	0,000	1,300
12	Reforço da Fiabilidade de Adução a Beja	2023	0,000	1,217	1,417	0,000	0,000	0,000	2,634
13	SAA Minutos	2024	0,000	0,000	0,086	3,540	1,079	0,000	4,704
14	Expansão em Mértola Noroeste 2.ª Fase	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,002	1,698	1,700
15	Reabilitação 18 reservatórios	2025	0,000	0,000	0,000	2,017	0,000	0,000	2,017
16	Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética	2024	0,000	0,000	0,960	2,840	1,200	7,000	12,000
17	Reabilitação do Sistema Produtor Herdade de Frades	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,115	0,115

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Ano de Início	Realização até Dez 22 Real	Realização até Dez 23 Previsão	Realização Triénio			Realização após 2026	Valor global previsto
					2024	2025	2026		
18	Cisterna do Roxo	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,400	0,400
19	Intervenção Barragem Enxoé	2023	0,000	0,293	0,357	0,000	0,000	0,000	0,650
20	Empreitada ligação Edia-Monte da Rocha	2025	0,000	0,000	0,000	0,300	0,000	0,000	0,300
21	Projetos de Execução/Base dos Sistemas de AA	2023	0,000	0,010	0,012	0,012	0,000	0,000	0,034
22	Projeto de Montes Velhos e Aljustrel	2022	0,003	0,027	0,000	0,003	0,000	0,000	0,030
23	Projeto Sistema de S. Teotónio	2023	0,000	0,049	0,012	0,000	0,011	0,000	0,101
24	Projeto Adução a Beja	2023	0,000	0,045	0,008	0,000	0,000	0,003	0,076
25	Projeto Projetos de Expansão a Mértola Noroeste	2023	0,000	0,024	0,000	0,003	0,000	0,000	0,027
26	Projeto Lote C - SAA de Grândola, Alcácer, Santiago do Cacém e Odemira	2023	0,000	0,068	0,160	0,000	0,000	0,000	0,228
27	Projeto Lote A - Alvito Cuba Viana e Vidigueira	2022	0,049	0,082	0,082	0,000	0,000	0,000	0,164
28	Projeto Lote B - Sistemas de Minutos e Bica Fria	2022	0,025	0,074	0,149	0,000	0,000	0,025	0,248
29	Projeto Estudo prévio e projeto de execução de Odemira	2024	0,000	0,000	0,065	0,000	0,000	0,000	0,065
30	Projeto Cisterna do Roxo	2024	0,000	0,000	0,060	0,000	0,000	0,000	0,060
31	Projeto Ligação EFMA - Monte da Rocha	2023	0,000	0,014	0,002	0,000	0,000	0,000	0,015
32	Projeto Reabilitação das Barragens do Enxoé e Monte Clétigo	2023	0,000	0,055	0,006	0,000	0,000	0,000	0,061
33	Projeto Adução a Alcarias e Conceição	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,018	0,002	0,020
34	Projeto Sistema Autónomo de São Barnabé	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,014	0,002	0,015
35	Projeto Adução a Santana da Serra	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,036	0,004	0,040
36	Apoio às expropriações dos terrenos para construção dos Sistemas de AA	2023	0,000	0,026	0,019	0,112	0,131	0,231	0,519
37	Assessorias para a implementação dos Sistemas de AA	2023	0,000	0,006	0,019	0,112	0,131	0,231	0,499
38	Aquisição de terrenos para construção dos Sistemas de AA	2023	0,000	0,062	0,038	0,223	0,262	0,463	1,048
39	Fiscalização ETA Alvito	2023	0,000	0,080	0,015	0,000	0,000	0,000	0,095

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Ano de Início	Realização até Dez 22 Real	Realização até Dez 23 Previsão	Realização Triénio			Realização após 2026	Valor global previsto
					2024	2025	2026		
40	Fiscalização Reforço Adução a Beja	2023	0,000	0,044	0,072	0,000	0,000	0,000	0,116
41	Fiscalização Reforço da Fiabilidade de Adução a Aljustrel	2024	0,000	0,000	0,008	0,046	0,000	0,000	0,054
42	Fiscalização Reabilitação das Captações e Centro Produtor da Horta dos Banhos (Serpa)	2025	0,000	0,000	0,000	0,017	0,000	0,000	0,017
43	Fiscalização ETA de S. Teotónio (Odemira)	2025	0,000	0,000	0,000	0,077	0,279	0,049	0,405
44	Fiscalização Captação e conduta de Santa Clara para Odemira	2025	0,000	0,000	0,000	0,218	0,670	0,057	0,945
45	Fiscalização Adução a Boavista Pinheiros (SAA Odemira) e Zambujeira do Mar (Via ETA de S. Teotónio) e Reabilitação de adutoras em Odemira (Lote 1) e Adução Fataca via S. Teotónio e Brejão (Via ETA de S. Teotónio) (Lote 2)	2025	0,000	0,000	0,000	0,099	0,126	0,000	0,225
46	Fiscalização Reabilitação do sistema autónomo da Sonega	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,007	0,007
47	Fiscalização Remodelação dos sistemas autónomos de Alcácer do Sal (Zona Interior)	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,020	0,020
48	Fiscalização Adução a Vale do Guizo	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,013	0,014
49	Fiscalização Adução a Grândola 2ª Fase	2024	0,000	0,000	0,015	0,043	0,000	0,000	0,059
50	Fiscalização Reabilitação SAA Arraiolos (R Arraiolos, Sistema produtor de Monte Porto, Nova Conduta Igreja)(Reabilitação captação Gafanhoeira)(Reabilitação captação Vimieiro)	2025	0,000	0,000	0,000	0,051	0,016	0,000	0,068
51	Fiscalização Reabilitação SAA Montemor-o-Novo (EE Cavaleiro, Conduta Amoreira da Torre, Reservatório do Castelo, Sistema de Captações) e Adução ao Escoural	2024	0,000	0,000	0,004	0,108	0,032	0,000	0,144
52	Fiscalizaçãoreabilitação 18 reservatórios	2025	0,000	0,000	0,000	0,091	0,000	0,000	0,091
53	Fiscalização Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética	2024	0,000	0,000	0,043	0,128	0,054	0,315	0,540
54	Fiscalização Reabilitação do Sistema Produtor Herdade de Frades	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,005	0,005
55	Fiscalização Cisterna do Roxo	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,018	0,018
56	Fiscalização Intervenção Barragem Enxoé	2023	0,000	0,013	0,016	0,000	0,000	0,000	0,029
57	Fiscalização Empreitada ligação Edia-Monte da Rocha	2025	0,000	0,000	0,000	0,014	0,000	0,000	0,014
Total Investimento em Abastecimento de Água			0,077	2,190	4,621	23,666	27,946	13,996	72,469

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Ano de Início	Realização até Dez 22 Real	Realização até Dez 23 Previsão	Realização Triénio			Realização após 2026	Valor global previsto
					2024	2025	2026	2026	
Investimento em Saneamento de Águas Residuais (Milhões de Euros)									
1	ETAR e sistema interceptor de Cuba	2022	0,198	2,660	0,232	0,000	0,000	0,000	2,892
2	Sistema Intercetor de Melides e reabilitação da EEAR4	2024	0,000	0,000	0,300	1,200	0,000	0,000	1,500
3	Reabilitação da ETAR de Moura	2025	0,000	0,000	0,000	2,380	2,495	0,125	5,000
4	ETAR de Ciborro (Montemor-o-Novo)	2024	0,000	0,000	0,521	1,509	0,070	0,000	2,100
5	ETAR Ermidas do Sado (Santiago do Cacém)	2023	0,000	1,028	1,894	0,178	0,000	0,000	3,100
6	ETAR e Sistema Intercetor do Escoural (Montemor-o-Novo)	2024	0,000	0,000	0,097	1,235	0,668	0,000	2,000
7	Remodelação SAR - ETAR Albernoa, Lancheira, Montes Velhos, Rio de Moinhos, Sete, SAR de SP Gafanhoeira, Igrejainha, Entradas / ETAR Sabóia, Almogrove, Cavaleiro, Zambujeira, SAR Boavista Pinheiros, SAR Odemira	2024	0,000	0,000	0,005	2,390	2,300	0,000	4,694
8	Reabilitação SAR Vendas Novas (Sistema Elevatório de Vendas Novas)	2025	0,000	0,000	0,000	1,002	0,998	0,000	2,000
9	Edifícios Administrativos (ETAR Montemor)	2025	0,000	0,000	0,000	0,500	0,000	0,000	0,500
10	Novo Emissário para Ermidas Sado	2023	0,000	0,129	0,786	0,000	0,000	0,000	0,915
11	Sistema interceptor de Grândola -Troço em falta, SI Alvalade, SI Cercal, SI Santiago	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,054	1,008	1,063
12	ApR ETAR Beja	2024	0,000	0,000	0,350	0,200	0,000	0,000	0,550
13	Projetos de Execução/Base dos Sistemas de AR	2022	0,010	0,014	0,012	0,012	0,000	0,000	0,038
14	Projeto Edifício de exploração de Montemor-o-Novo	2023	0,000	0,020	0,000	0,002	0,000	0,000	0,022
15	Lote 1 - Projeto Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - GRUPO 2	2023	0,000	0,012	0,092	0,000	0,000	0,012	0,115
16	Projeto Lote 1: Sistemas de Transporte de Águas Residuais de Alcácer do Sal e Vendas Novas	2024	0,000	0,000	0,111	0,000	0,000	0,012	0,123
17	Projeto Lote 2: Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Odemira	2023	0,000	0,053	0,015	0,000	0,000	0,008	0,075
18	Projeto Lote 3: Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Almodôvar e Ourique	2023	0,000	0,069	0,020	0,000	0,000	0,010	0,099
19	Projeto Lote 4: Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Cuba, Viana do Alentejo e Vidigueira.	2023	0,000	0,085	0,024	0,000	0,000	0,012	0,121
20	Projeto Lote 5: Sistemas de Tratamento de Águas Residuais de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Viana do Alentejo	2023	0,000	0,067	0,019	0,000	0,000	0,010	0,096
21	Projeto Estudo e Projeto para Sistema de Transporte de Águas Residuais Rejeitadas de Ermidas do Sado	2023	0,000	0,022	0,002	0,000	0,000	0,000	0,024

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Ano de Início	Realização até Dez 22 Real	Realização até Dez 23 Previsão	Realização Triénio			Realização após 2026	Valor global previsto
					2024	2025	2026		
22	Projeto Estudos e Projetos para Reabilitação dos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Aljustrel, Arraiolos, Barrancos, Beja e Castro Verde	2023	0,000	0,179	0,022	0,000	0,000	0,022	0,224
23	Lote 2 - Projeto Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - GRUPO 2	2023	0,000	0,015	0,117	0,000	0,000	0,015	0,146
24	Projeto Sistema interoceptor de Melides e reabilitação da EEAR4	2024	0,000	0,000	0,063	0,000	0,007	0,000	0,070
25	Lote 3 - Projeto Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - GRUPO 2	2023	0,000	0,018	0,141	0,000	0,000	0,018	0,176
26	Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - GRUPO 3 (Remodelação da ETAR de Messejana; ETAR, Intercetor e EE SAR de Semblana e Graça de Padrões; ETAR e sistema interoceptor de Brunheiras / Foros do Galeado (Odemira))	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,045	0,005	0,050
27	Projeto SI de Montemor - fase 2	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,015	0,000	0,015
28	Consultoria área expropriações	2023	0,000	0,009	0,011	0,052	0,033	0,154	0,259
29	Fiscalização ETAR Cuba	2022	0,011	0,104	0,012	0,000	0,000	0,000	0,117
30	Fiscalização ETAR Moura	2025	0,000	0,000	0,000	0,107	0,112	0,006	0,225
31	Fiscalização ETAR Cíborro	2024	0,000	0,000	0,023	0,068	0,003	0,000	0,095
32	Fiscalização ETAR Ermidas Sado	2023	0,000	0,046	0,085	0,008	0,000	0,000	0,139
33	Fiscalização ETAR Escoural	2024	0,000	0,000	0,004	0,056	0,030	0,000	0,090
34	Fiscalização Grupo C	2025	0,000	0,000	0,000	0,047	0,103	0,000	0,150
35	Fiscalização SAR Vendas Novas	2025	0,000	0,000	0,000	0,045	0,045	0,000	0,090
36	Fiscalização Edifício ETAR Montemor	2025	0,000	0,000	0,000	0,023	0,000	0,000	0,023
37	Fiscalização Novo Emissário Ermidas Sado	2023	0,000	0,006	0,035	0,000	0,000	0,000	0,041
38	Fiscalização SI Grândola - Troço em falta	2026	0,000	0,000	0,000	0,000	0,002	0,045	0,048
39	Assessorias para a implementação dos Sistemas de AR	2023	0,000	0,009	0,011	0,052	0,033	0,154	0,259
40	Terrenos	2023	0,000	0,018	0,023	0,104	0,066	0,308	0,518
Total de Investimento em Saneamento de Águas Residuais			0,220	4,563	5,028	11,169	7,080	1,922	29,763
TOTAL de Investimento			0,297	6,753	9,649	34,835	35,026	15,919	102,232

3. COBERTURA FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS (EVEF)

Os investimentos previstos realizar no triénio 2024 a 2026 encontram-se previstos no Contrato de Parceria e no Contrato de Gestão e respetivos aditamentos. Os contratos são suportados no Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro que se encontra anexo a estes, sendo este objeto de revisão quinquenal conforme previsto no respetivo contrato. Atualmente encontra-se em fase de conclusão e aprovação a segunda revisão, porém o investimento previsto integra já as linhas orientadoras e pressupostos para o quinquénio de 2021 a 2025 e seguintes.

Pelo acima exposto, os investimentos previstos em Plano de Atividades e Orçamento de 2024 encontram-se contemplados nos documentos contratuais da Parceria, mostrando-se economicamente sustentáveis.

Importa referir que parte do investimento planeado para 2024 corresponde a empreitadas já contratualizadas e com financiamento garantido em operações do POSEUR e COMPETE/REACT, prevendo-se ainda que as restantes venham a ser financiadas a 70% por fundos comunitários, conforme pressuposto subjacente aos contratos de parceria e de gestão e respetivos aditamentos.

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Valor global previsto	Realização 2024 Estimativa	Fontes de Financiamento				Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Fundos Comunitários		Auto-Financiamento	Endividamento		sim/não	Se não: diligências para aprovação?
				Programa	(%)	(%)	(%)	sim/não		
Investimento em Abastecimento de Água (Milhões de Euros)										
I	Reforço da Fiabilidade de Adução a Aljustrel	1,200	0,169	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
I0	Telegestão 2ª fase	2,960	0,490	a candidatar	70%	30%	0%	Sim	Sim	
I1	Adução a Grândola 2ª Fase	1,300	0,339	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
I2	Reforço da Fiabilidade de Adução a Beja	2,634	1,417	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
I3	SAA Minutos	4,704	0,086	a candidatar	70%	30%	0%	Sim	Sim	
I6	Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética	12,000	0,960	a candidatar	70%	30%	0%	Sim	Não	(*)
I9	Intervenção Barragem Enxoé	0,650	0,357	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
21	Projetos de Execução/Base dos Sistemas de AA	0,034	0,012	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	
23	Projeto Sistema de S. Teotónio	0,042	0,012	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Valor global previsto	Realização 2024 Estimativa	Fontes de Financiamento				Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Fundos Comunitários		Auto-Financiamento	Endividamento		sim/não	Se não: diligencias para aprovação?
				Programa	(%)	(%)	(%)	sim/não		
24	Projeto Adução a Beja	0,056	0,008	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
26	Projeto Lote C - SAA de Grândola, Alcácer, Santiago do Cacém e Odemira	0,228	0,160	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	
27	Projeto Lote A - Alvito Cuba Viana e Vidigueira	0,164	0,082	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	
28	Projeto Lote B - Sistemas de Minutos e Bica Fria	0,248	0,149	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	
29	Projeto Estudo prévio e projeto de execução de Odemira	0,065	0,065	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
30	Projeto Cisterna do Roxo	0,060	0,060	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
31	Projeto Ligação EFMA - Monte da Rocha	0,015	0,002	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
32	Projeto Reabilitação das Barragens do Enxoé e Monte Clétigo	0,061	0,006	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
36	Apoio às expropriações dos terrenos para construção dos Sistemas de AA	0,519	0,019	-	0%	100%	0%	Não	Sim	
37	Assessorias para a implementação dos Sistemas de AA	0,499	0,019	-	0%	100%	0%	Não	Sim	
38	Aquisição de terrenos para construção dos Sistemas de AA	1,048	0,038	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	
39	Fiscalização ETA Alvito	0,095	0,015	-	0%	100%	0%	Não	Sim	
40	Fiscalização Reforço Adução a Beja	0,116	0,072	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
41	Fiscalização Reforço da Fiabilidade de Adução a Aljustrel	0,054	0,008	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
49	Fiscalização Adução a Grândola 2ª Fase	0,059	0,015	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
51	Fiscalização Reabilitação SAA Montemor-o-Novo (EE Cavaleiro, Conduta Amoreira da Torre, Reservatório do Castelo, Sistema de Captações) e Adução ao Escoural	0,144	0,004	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
53	Fiscalização Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética	0,540	0,043	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
56	Fiscalização Intervenção Barragem Enxoé	0,029	0,016	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
Total Investimento em Abastecimento de Água		29,523	4,621							
Investimento em Saneamento de Águas Residuais (Milhões de Euros)										

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Valor global previsto	Realização 2024 Estimativa	Fontes de Financiamento				Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Fundos Comunitários		Auto-Financiamento	Endividamento		sim/não	Se não: diligências para aprovação?
				Programa	(%)	(%)	(%)	sim/não		
1	ETAR e sistema interceptor de Cuba	2,892	0,232	REACT-EU	69%	31%	0%	Não	Sim	
2	Sistema interceptor de Melides e reabilitação da EEAR4	1,500	0,300	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
4	ETAR de Ciburro (Montemor-o-Novo)	2,100	0,521	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	
5	ETAR Ermidas do Sado (Santiago do Cacém)	3,100	1,894	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	
6	ETAR e Sistema Intercetor do Escoural (Montemor-o-Novo)	2,000	0,097	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	
7	Remodelação SAR - ETAR Albernoa, Lancheira, Montes Velhos, Rio de Moinhos, Sete, SAR de SP Gafanhoeira, Igreja, Entradas / ETAR Sabóia, Almogrove, Cavaleiro, Zambujeira, SAR Boavista Pinheiros, SAR Odemira	4,694	0,005	a candidatar	70%	30%	0%	Sim	Não	(*)
10	Novo Emissário para Ermidas Sado	0,915	0,786	REACT-EU	93%	7%	0%	Não	Não	(*)
12	ApR ETAR Beja	0,550	0,350	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
13	projetos de Execução/Base dos Sistemas de AR	0,038	0,012	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	
15	Lote 1 - Projeto Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - GRUPO 2	0,115	0,092	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
16	Projeto Lote 1: Sistemas de Transporte de Águas Residuais de Alcácer do Sal e Vendas Novas	0,123	0,111	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
17	Projeto Lote 2: Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Odemira	0,075	0,015	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
18	Projeto Lote 3: Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Almodôvar e Ourique	0,099	0,020	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
19	Projeto Lote 4: Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Cuba, Viana do Alentejo e Vidigueira	0,121	0,024	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
20	Projeto Lote 5: Sistemas de Tratamento de Águas Residuais de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Viana do Alentejo	0,096	0,019	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
21	Projeto Estudo e Projeto para Sistema de Transporte de Águas Residuais Rejeitadas de Ermidas do Sado	0,024	0,002	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	

Código	Desagregação do Investimento <i>Unidade: milhões de euros</i>	Valor global previsto	Realização 2024 Estimativa	Fontes de Financiamento				Investimento Relevante ⁽¹⁾	Previsto no EVEF aprovado	
				Fundos Comunitários		Auto-Financiamento	Endividamento		sim/não	Se não: diligências para aprovação?
				Programa	(%)	(%)	(%)	sim/não		
22	Projeto Estudos e Projetos para Reabilitação dos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Aljustrel, Arraiolos, Barrancos, Beja e Castro Verde	0,224	0,022	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
23	Lote 2 - Projeto Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - GRUPO 2	0,146	0,117	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
24	Projeto Sistema interceptor de Melides e reabilitação da EEAR4	0,070	0,063	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
25	Lote 3 - Projeto Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - GRUPO 2	0,176	0,141	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Não	(*)
28	Consultoria área expropriações	0,259	0,011	-	0%	100%	0%	Não	Sim	
29	Fiscalização ETAR Cuba	0,117	0,012	REACT-EU	69%	31%	0%	Não	Sim	
31	Fiscalização ETAR Cíborro	0,095	0,023	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	
32	Fiscalização ETAR Ermidas Sado	0,139	0,085	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	
33	Fiscalização ETAR Escoural	0,090	0,004	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	
37	Fiscalização Novo Emissário Ermidas Sado	0,041	0,035	REACT-EU	93%	7%	0%	Não	Não	(*)
39	Assessorias para a implementação dos Sistemas de AR	0,259	0,011	a candidatar	70%	30%	0%	Não	Sim	
40	Terrenos	0,518	0,023	-	0%	100%	0%	Não	Sim	
Total de Investimento em Saneamento de Águas Residuais		20,577	5,028							
TOTAL de Investimento		50,100	9,649							

(*) os investimentos encontram-se integrados na revisão do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro em avaliação final e aprovação pela Comissão de Parceria e Acionistas.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS NOVOS INVESTIMENTOS CUJO MONTANTE TOTAL SEJA IGUAL OU SUPERIOR A 10 MILHÕES DE EUROS OU A 10 % DO ORÇAMENTO DA EMPRESA PARA O ANO DE 2024

No quadro seguinte são identificados os Novos Investimentos (que se iniciam em 2024) incluídos em Plano de Investimentos, com cobertura no EVEF, de valor igual ou superior a 10 milhões de euros ou superior a 10% do orçamento da empresa para o ano de 2024. Para o cálculo do valor foi considerado o valor do investimento previsional para 2024 e o orçamento de exploração (CMVMC + FSE + GP + OGO), cujo total se cifra em 29,070 milhões de euros. Deste facto são apresentados no quadro abaixo os Novos Investimentos de valor superior a 2,907 milhões de euros.

Código	Descrição do Investimento	Atividade	Valor Total	Execução 2024-2026
10	Telegestão 2ª fase	Abastecimento e Saneamento	2,960	2,960
13	Sistemas de Abastecimento de Água de Minutos	Abastecimento de Água	4,704	4,704
16	Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética	Abastecimento e Saneamento	12,000	5,000
7	Remodelação de Sistemas de tratamento de Águas Residuais (SAR) Grupos B e C - ETAR Albernoa, Lancheira, Montes Velhos, Rio de Moinhos, Sete, SAR de SP Gafanhoeira, Igreja, Entradas / ETAR Sabóia, Almogrove, Cavaleiro, Zambujeira, SAR Boavista Pinheiros, SAR Odemira	Saneamento	4,694	4,694

O quadro seguinte desagrega o valor dos Novos Investimentos por exercícios:

Investimentos	Notas	2023	2023	1ºT2024	2ºT2024	3ºT2024	4ºT2024	2024	2025	2026
		PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Telegestão 2ª fase		- €	- €	- €	- €	- €	490 000 €	490 000 €	2 470 000 €	- €
Financiamento comunitário a candidatar		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
VAL estimado (em €)	2 960 000 €									
SAA de Minutos		219 000 €	- €	- €	- €	- €	85 500 €	85 500 €	3 540 000 €	1 078 500 €
Financiamento comunitário a candidatar			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
VAL estimado (em €)	4 704 000 €									

Investimentos	Notas	2023	2023	1ºT2024	2ºT2024	3ºT2024	4ºT2024	2024	2025	2026
		PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Plano de Eficiência energética		- €	- €	- €	- €	240 000 €	720 000 €	960 000 €	2 840 000 €	1 200 000 €
Financiamento comunitário a candidatar		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
VAL estimado (em €)	12 000 000 €									
Remodelação de SAR		- €	- €	- €	- €	- €	4 694 €	4 694 €	2 389 992 €	2 299 538 €
Financiamento comunitário a candidatar		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
VAL estimado (em €)	4 694 224 €									
Total investimento		219 000 €	- €	- €	- €	240 000 €	1 300 194 €	1 540 194 €	11 239 992 €	4 578 038 €
Total financiamento		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Considera-se Investimento relevante ou “com expressão material” o investimento que não figura no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa total prevista seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento da empresa para o ano de 2024, conforme previsto nas IPG 2024, calculado da seguinte forma:

Cálculo do valor dos Investimentos Relevantes		Valor(M€) 2024
Investimento		9,649
CMVMC		1,250
FSE (*)		12,263
GP (*)		5,746
OGPO		0,162
Total		29,070
10% do Orç de Investimento + Orç de Exploração		2,907

(*) Ao valor dos FSE e Gastos com Pessoal foi retirado o efeito das Capitalizações

Constituindo esta entidade gestora o instrumento de implementação do empreendimento resultante da parceria pública-pública entre o Estado e 20 Municípios, e estando em causa, em particular neste ciclo de investimentos, intervenções em infraestruturas de menor dimensão muito dispersas pelo território, solicitamos que o conceito de investimento relevante ou com expressão material se aplique ao universo de intervenções que integram o compromisso contratual do Estado e dos 20 Municípios, constantes do plano inicial de investimentos em infraestruturas, com consequente desconsideração para o limiar de endividamento de 2% nos termos da Lei do OE 2023.

Para além do compromisso público, também a maior dispersão e multiplicidade de intervenções de menor valor com sérias dificuldades acrescidas de agregar para enquadrar na definição dos novos investimentos com expressão material, agravada em simultâneo pelo aumento do limiar decorrente de fatores não controláveis como a energia, contribuem para fundamentar o presente pedido, à semelhança do que sucede com as intervenções constantes dos planos de valorização orgânica de lamas e de neutralidade, ou com os previstos no Plano de Recuperação e Resiliência.

A este respeito alerta-se que a combinação do exposto com o quadro económico e financeiro adverso que atravessamos, o sucessivo adiamento e atual ausência de expetativas formais de abertura de Avisos para o Portugal 2030, a par da ausência de um quadro de previsibilidade de abertura de Avisos, esteve subjacente à suspensão temporária da assunção de novos compromissos para a execução dos investimentos previstos desde 2009, circunstância que encaramos com natural preocupação porquanto implica o protelar uma situação de elevada exposição a contencioso ambiental, num momento em que assistimos a uma acréscimo de exigências e uma maior pressão das comunidades com as matérias ligadas ao ambiente e à saúde pública, e se discute um aumento das exigências, com consequente exposição a contencioso ambientais a nível comunitário por parte do Estado português.

5. MEMÓRIA DESCRITIVA DOS NOVOS INVESTIMENTOS, PLANO FINANCEIRO PLURIANUAL, OBJETIVOS A ATINGIR E INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

O Plano de Investimentos tem como finalidade a resolução de problemas há muito identificados na região do SPPIAALENTEJO. A sua execução tem por objetivo garantir a fiabilidade do abastecimento “em alta” tanto em termos de quantidade como em qualidade, sendo de salientar a urgência e imprescindibilidade da sua execução face a situações de escassez de recursos em algumas origens, vulnerabilidade das mesmas e degradação acentuada da qualidade de água bruta nalgumas origens superficiais e subterrâneas. Na componente de tratamento de águas residuais os investimentos programados correspondem aos investimentos necessários para a consolidação da resolução de situações de contencioso comunitário e de efetivo incumprimento da legislação comunitária e nacional, que tem culminado no incremento do número de processos de contraordenação.

O retorno económico e financeiro de cada um dos projetos de investimento não é diretamente ou individualmente aferível uma vez que são desenvolvidos e realizados no âmbito dos contratos de parceria celebrados entre o Estado Português e o conjunto de Municípios, no estrito cumprimento da respetiva missão: conceber, construir, explorar e gerir um sistema integrado, o SPPIAALENTEJO, compostos por vários sistemas, num quadro global de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, uma vez que está subjacente à parceria a promoção do desenvolvimento e coesão e solidariedade de todo o vasto território, que remetem para mecanismos de subsidiação cruzada característico destes serviços de infraestruturas críticas essenciais. A sustentabilidade económica e financeira dos investimentos relevantes e de quaisquer outros se encontra assegurada de forma global nos próprios contratos de parceria e de gestão, suportados no EVEF que os acompanha e onde estão previstos os investimentos e as respetivas formas de financiamento, bem como as tarifas e os rendimentos tarifários que, num regime de “*cost-plus*” com incentivos à eficiência, permitirão assegurar a sua sustentabilidade.

Assim, seguidamente, será apresentada a memória descritiva dos Novos Investimentos bem como os objetivos que se pretendam alcançar com a sua execução:

📌 **Telegestão 2ª Fase, no valor de 2,960 milhões de euros**

A empresa está organizada segundo 8 áreas de gestão: Bica Fria / Minutos; Alvito; Litoral; Santa Clara; Monte da Rocha; Magra / Roxo e Guadiana Sul, e ainda em 4 centros operacionais: CO Centro; CO Este; CO Sul; CO Noroeste, sendo que em cada CO são geridas todas as infraestruturas abrangidas na sua área territorial, seja em água de abastecimento seja em águas residuais.

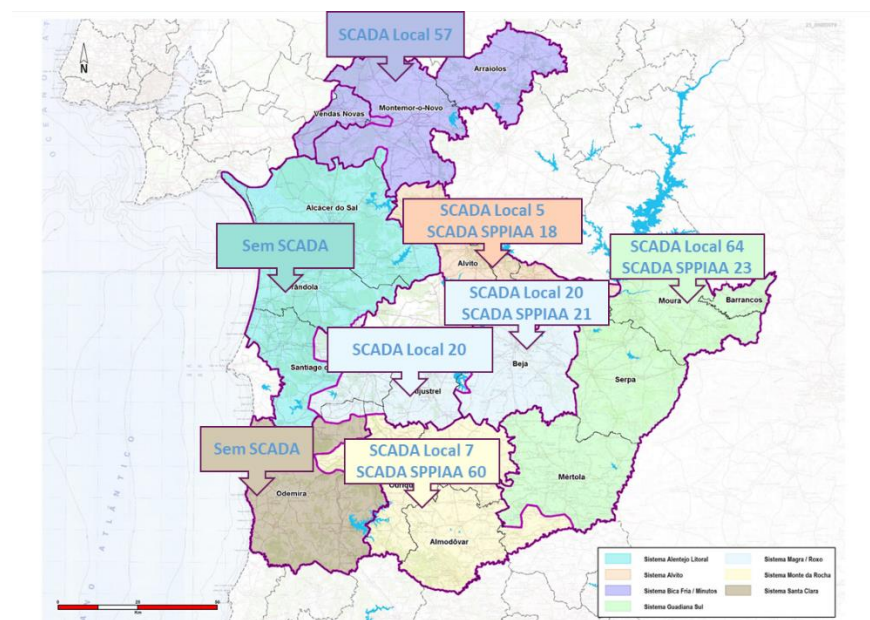
Assim, cada área de gestão e cada CO, necessita de dispor de um sistema de Supervisão de Controlo e de Aquisição de Dados (SCADA, na sigla inglesa), que lhe permita, de forma centralizada, ter conhecimento permanente e em tempo real, do estado de funcionamento das infraestruturas críticas em cada sistema, seja de água de abastecimento, seja de águas residuais.

Este conhecimento permite acompanhar remotamente o funcionamento das infraestruturas, evitando deslocações frequentes às mesmas, e efetuar uma gestão otimizada, com economia de recursos humanos e energéticos, e aumento da garantia da qualidade de serviço.

Ao longo do tempo, têm vindo a ser desenvolvidos e montados sistemas locais e parcelares de SCADA associados às novas infraestruturas que vão sendo construídas, numa estratégia de implementar desde logo a aquisição de dados, associados às novas infraestruturas, e o seu armazenamento e tratamento posterior, nos Centros Operacionais.

Na situação presente, e em particular no que diz respeito à componente água, muita aquisição de dados já está executada e os respetivos dados disponibilizados, ainda que de uma forma transitória, nos servidores que iam sendo instalados nas várias empreitadas de construção de infraestruturas, faltando agora dar corpo, de forma estruturada, a todo o edifício de Supervisão e Controlo Geral do SPPIAA.

Na figura seguinte, é dada nota dos vários Sistemas de Supervisão que estão já montados.



Como se indica, alguns sistemas são de caráter local, instalados em servidores locais, associados a empreitadas específicas, e outros, pelo contrário, já estão integrados no Sistema Geral do SPPIAAlentejo. São ainda indicadas algumas áreas onde não existem sistemas de Supervisão e Controlo, indicados com a referência “sem SCADA”, na figura acima.

- DATA Center Magra – Principal;
- DATA Center Enxoé – Disaster Recovery.
- ii. Centros de Comando dos Sistemas de Abastecimento de Água:
 - CC Magra;
 - CC Roxo;
 - CC Alvito;
 - CC Enxoé;
 - CC Monte da Rocha;
 - CC Almogrove;
 - CC Montemor;
 - CC Grândola.
- iii. Centros de Comando dos Sistemas de Águas Residuais:
 - CC Centro;
 - CC Este;
 - CC Sul;
 - CC Noroeste.

Indicadores a considerar

- Nº de sistemas de aquisição de dados a integrar no SCADA Geral SPPIAA – Objetivo: 496 instalações de Sistemas de Abastecimento de Água e 38 de Sistemas de Águas Residuais;
- Nº de CC a desenvolver – Objetivo: 8 CC em Sistemas de Abastecimento de Água e 4 de Sistemas de Águas Residuais;
- Nº de DATA Center a implementar – Objetivo: 2 DATA center.

➤ **Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) de Minutos - SAA de Arraiolos e de Montemor-o-Novo, no valor de 4,7 milhões de euros**

Os sistemas de Abastecimento de Água de Arraiolos e de Montemor-o-Novo, incluem-se no designado Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Minutos, e destinam-se a servir os concelhos do mesmo nome. É um sistema que tem por origens várias captações subterrâneas, sem grande garantia de disponibilidades e ainda não interligadas entre si, o que confere uma grande fragilidade a este sistema.

Uma solução integrada, mais robusta, integrando outras origens mais fiáveis, subterrâneas e superficiais, está em desenvolvimento, mas no curto prazo é necessário tomar medidas mitigadoras, urgentes, que passam por melhorar os sistemas de captação de águas subterrâneas existentes, em particular no que à cidade de Montemor-o-Novo e à vila de Arraiolos diz respeito.

A situação em Arraiolos era particularmente preocupante, o que levou a que fosse já reforçado o sistema de captações com um novo furo, que se espera, no médio prazo, possa colmatar as insuficiências até então verificadas, não conferindo, no entanto, uma solução definitiva que garanta a continuidade das operações.

Para além das sedes de concelho, é ainda igualmente preocupante a situação da povoação de Escoural, no concelho de Montemor-o-Novo, servida por um sistema autónomo, com captações de muito baixa produtividade, e que recentemente, face ao período de seca que atravessamos, já se está a manifestar episodicamente insuficiente para suprir as necessidades da população, tendo sido procuradas localmente captações alternativas, mas sem sucesso.

Neste contexto, esta operação pretende dar resposta a estas principais preocupações, constituindo uma 1.ª fase de uma intervenção mais profunda que se lhe seguirá, mas na qual esta fase se integrará. As intervenções foram estruturadas em 2 componentes, que seguidamente se apresentam:

Sistema de Abastecimento de Água de Montemor-o-Novo

Neste concelho, a cidade de Montemor-o-Novo apresenta uma grande fragilidade no seu sistema de abastecimento. Ainda que possua 3 centros produtores (Cavaleiro; Amoreira da Torre e Senhora da Visitação), as baixas produtividades ou a falta de qualidade, em alguns, bem como a falta de interligação entre eles, não permite uma verdadeira resiliência no abastecimento à cidade, o que está a ter graves consequências na garantia do abastecimento às populações.

Neste projeto está incluído: a reabilitação da Estação Elevatória do Centro Produtor de Cavaleiro; uma nova conduta adutora do Centro Produtor de Amoreira da Torre; a reabilitação do reservatório do Castelo e a reabilitação das captações subterrâneas.

Está ainda prevista a construção de uma adutora ao Escoural, para suprir os graves problemas de falta de água existentes, face à fraca produtividade das captações locais, reforçando-as com uma ligação aos centros produtores de Montemor-o-Novo.

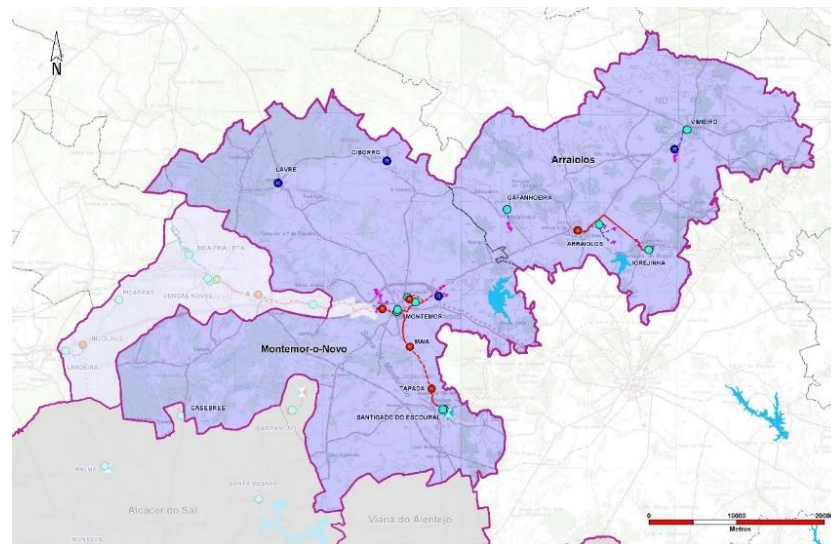
Sistema de Abastecimento de Água de Arraiolos

Neste sistema, e no imediato, pretende-se reabilitar o Centro Produtor de Monte Porto, complementado com a interligação ao Centro Produtor de Vale Melão, ambos origens para abastecimento da sede de concelho, e ainda à povoação de Igreja.

Em paralelo, duas intervenções muito importantes, sendo uma a construção de um novo reservatório em Arraiolos, destinado a substituir um muito antigo, em precárias condições de segurança infraestrutural, para que ele possa ser demolido, face ao estado de degradação em que se encontra. Ainda nesta componente, e não menos importante, será renovada a conduta adutora para Igreja, uma vez que até aqui esta conduta tem servido para aduzir alguma água de Monte Porto para Igreja, de forma a complementar as captações locais, mas que progressivamente se está a tornar a única fonte de abastecimento, face à drástica redução do contributo das origens locais, por força da redução da sua produtividade, sendo que a atual conduta adutora já não tem capacidade para permitir caudais superiores, face ao seu reduzido diâmetro e classe de resistência dos materiais, estando em risco o abastecimento a Igreja, já com necessidade episódica de transporte de água por autotanque durante os períodos de maior consumo.

Ainda neste concelho, também será efetuada a reabilitação dos sistemas autónomos de abastecimento de Gafanhoeira e Vimieiro, que apresentam patologias várias e não estão a conseguir suprir as necessidades das populações servidas, com a necessária garantia de qualidade de serviço.

Na figura seguinte apresentam-se assinaladas as várias infraestruturas a intervir, nesta 1ª fase.



Podemos, portanto, referir que o atual sistema de Minutos é um sistema com várias fragilidades, seja pela sua antiguidade e consequente degradação, ausência de fiabilidade, e com infraestruturas dispersas e não integradas, o que não confere às populações abrangidas a garantia de fiabilidade de qualidade e disponibilidade de água dentro dos padrões definidos pela legislação nacional e pelos contratos que suportam a atividade da empresa. A intervenção permitirá criar as condições mínimas necessárias para a resolução dos atuais problemas mitigando o risco de interrupção do serviço num território com particulares carências de origens, em que apenas a implementação de soluções integradas poderá contribuir para a resolução dos problemas de garantia de qualidade e fiabilidade.

Importa reiterar que a solução descrita se encontra definida na solução técnica que suporta os Contratos de Parceria e de Gestão, encontrando-se garantida a sustentabilidade das intervenções. Contribui ainda para o atingimento dos indicadores definidos nos referidos contratos pelos parceiros Municípios e Estado aquando da sua delegação da gestão da atividade à AgdA através dos referidos contratos.

Indicador a considerar:

População residente (censos de 2011), com melhoria da garantia de abastecimento de água:

- Montemor e Escoural - Objetivo 10.165 habitantes
- Arraiolos, Vimieiro, Gafanhoeira e Igreja Nova - Objetivo 5.460 habitantes

📌 Implementação do Plano de Eficiência Energética, no valor de 12 milhões de euros

As características de uma empresa como a AgdA, que tem como missão a captação, tratamento e adução de água para Abastecimento Público, e a recolha, tratamento e rejeição de Águas Residuais Urbanas, conduzem a uma atividade altamente consumidora de energia, por força da potência necessária utilizar nas suas múltiplas infraestruturas de tratamento e transporte.

No caso particular da AgdA, a dispersão territorial em que atua e a escassez de recursos hídricos que o caracterizam, exigem acrescidos gastos energéticos com o transporte a longas distâncias dos volumes de água necessários para abastecer as populações, com recurso a múltiplos sistemas de bombeamento.

Assim se entende os elevados consumos energéticos que lhe estão associados, que se traduzem por consumos anuais de 24 019 769 kWh em 2022 e 24 402 977 kWh em 2023.

É neste contexto que surge a necessidade de intervir neste setor, tendo sido desenvolvido para a AgdA um Programa de Neutralidade Energética que tem por objetivo a redução dos consumos energéticos nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e outras, e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo.

Este Programa integra-se no Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP, também designado por Programa ZERO, que tem o objetivo de atingir a neutralidade energética do Grupo AdP até 2030, sendo um elemento essencial para que sejam alcançadas as metas de neutralidade energética nas operações do Grupo AdP.

O Programa Zero pretende responder à estratégia nacional nesta matéria, plasmada nos vários documentos de Política Pública, já aprovados, entre os quais se destaca:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

Os objetivos de neutralidade energética (e, por consequência, de redução de emissões de GEE), será conseguida através de dois tipos de medidas absolutamente complementares:

- Por via da redução dos consumos energéticos, através de implementação de diferentes medidas de eficiência energética, e
- Por via do aumento da produção de energia 100% renovável, através da realização de investimentos de produção de energia elétrica verde, com especial enfoque para a eólica e a solar.

A execução dos investimentos que integram este Programa não está dependente da execução de outras infraestruturas e/ou investimentos complementares, pelo que a entrada em produtivo ocorrerá logo após a conclusão dos trabalhos envolvidos.

Em face do exposto, fica devidamente justificada a premência para a concretização das ações/medidas constantes do Programa ZERO, quer para a empresa, quer para o Grupo Águas de Portugal.

Complementarmente, o desenvolvimento do Programa possibilita uma redução dos custos energéticos da empresa, em resultado dos custos evitados com a aquisição de energia da rede elétrica nacional versus os custos de produção de energia 100% renovável, e de autossuficiência energética e independência face às oscilações que se verificam de forma continuada no mercado de energia.

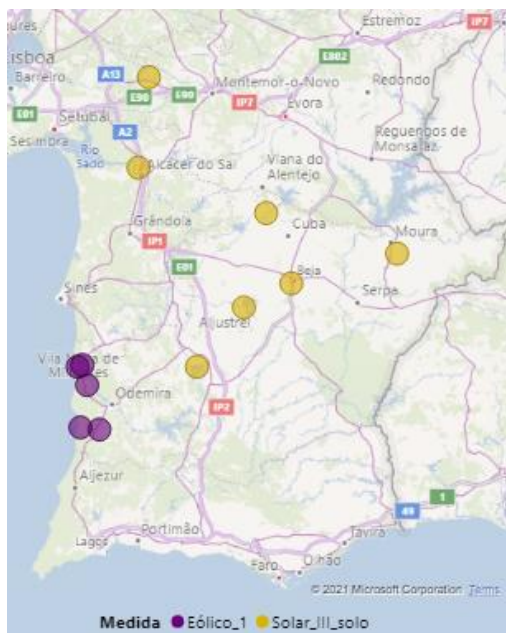
O Programa de Neutralidade Energética está estruturado em dois períodos complementares:

- Período (P1), entre 2024 e 2025, e
- Período (P2), com início em 2026 e término em 2030.

O desenvolvimento do Programa ZERO na AgdA integra as ações que se listam na tabela seguinte, com a indicação dos valores de potência instalada em eficiência energética e produção renovável desagregada pelos dois períodos de investimento (2024 a 2025 e 2026 a 2030).

Medidas	Descrição	Potência Instalada (kW)		
		Período 1	Período 2	Total
Eficiência energética		0	0	0
Biogás		0	0	0
Eólico (fase 1)	5 aerogeradores	920	0	920
Eólico (fase 2)	1 aerogerador	0	1 080	1 080
Hídrica (AA)		0	0	0
Hídrica (AR)		0	0	0
Hídrica (convenc.)		0	0	0
Solar III (solo)	7 centrais (2,1 ha)	1 575	0	1 575
Solar III (flutuante)		0	0	0
Solar IV (solo)	(12,6 ha)	3 027	7 064	10 091
Solar IV (flutuante)		0		0
Total		5 522	8 144	13 666

Com a distribuição territorial indicada na figura seguinte:



Na tabela seguinte apresentam-se os valores estimados de redução de consumo de energia em resultado da implementação das ações/medidas de eficiência energética e os valores estimados de produção de energia elétrica 100% renovável, desagregados pelos dois períodos de investimento (2024 a 2025 e 2026 a 2030).

Medidas	Produção de Projeto* (kWh/ano)		
	Período 1	Período 2	Total
Eficiência energética	2 149 424	0	2 149 424
Biogás	0	0	0
Eólico (fase 1)	2 401 200	0	2 401 200
Eólico (fase 2)	0	2 484 000	2 484 000
Hídrica (AA)	0	0	0
Hídrica (AR)	0	0	0
Hídrica (convenc.)	0	0	0

Medidas	Produção de Projeto* (kWh/ano)		
	Período 1	Período 2	Total
Solar III (solo)	2 784 730	0	2 784 730
Solar III (flutuante)	0	0	0
Solar IV (solo)	5 351 747	12 487 409	17 839 156
Solar IV (flutuante)	0		0
Total	12 687 100	14 971 409	27 658 509

Na tabela seguinte identificam-se os custos evitados, no primeiro ano de plena atividade e desagregado pelos dois períodos de investimento (2024 a 2025 e 2026 a 2030), e o acumulado até ao final da Parceria.

Custos evitados (EUR)	Período 1 [em 2026]	Período 2 [em 2031]	Acumulado até 2059		
			Período 1	Período 2	Total
Auto-consumo na infraestrutura produtora	857 028	696 386	30 246 948	21 971 179	52 218 126
Auto-consumo via CER na empresa	0	115 853	0	2 220 477	2 220 477
Auto-consumo CER	14 989	0	470 574	15 187	485 761
Total	872 017	812 239	30 717 522	24 206 843	54 924 364

O desenvolvimento do Programa ZERO na AgdA conduzirá a um conjunto de proveitos, por via da venda de energia elétrica sobrança à CER (e disponibilizada a outras empresas do Grupo AdP) ou à rede elétrica nacional, que se estima da ordem dos 15,1 milhões de euros até ao final da Parceria.

Na tabela seguinte identificam-se os proveitos, no primeiro ano de plena atividade e desagregado pelos dois períodos de investimento (2024 a 2025 e 2026 a 2030), e o acumulado até ao final da Parceria.

Proveitos (EUR)	Período 1 [em 2026]	Período 2 [em 2031]	Acumulado até 2059		
			Período 1	Período 2	Total
Venda para CER	28 191	162 698	988 931	6 183 683	7 172 614
Venda à rede	57 199	188 336	2 006 527	5 942 055	7 948 583
Total	85 390	351 034	2 995 459	12 125 738	15 121 197

Apresenta-se seguidamente os principais resultados do Programa ZERO, traduzidos em resultados de exploração, pay-back e TIR, no primeiro ano de plena atividade e desagregado pelos dois períodos de investimento (2024 a 2025 e 2026 a 2030), e o acumulado até ao final da Parceria.

Resultado de exploração (EUR)	Período 1 [em 2026]	Período 2 [em 2031]
Pay-back (anos)	7,1	5,8
TIR (%)	13,0%	16,8%
Total	857 983	1 010 732

Pode-se assim concluir que este projeto, para além de contribuir para a concretização da estratégia nacional nesta matéria, ainda constitui uma mais-valia financeira para a empresa, e com consequências diretas de economia, para o valor tarifário a aplicar aos municípios da parceria.

Indicadores a considerar:

- Potência instalada – Objetivo 13 666 kW
- Energia anual produzida – Objetivo 27 658 509 kWh/ano

➤ Reabilitação de Sistemas de tratamento de Águas Residuais (SAR) Grupos B e C, no valor de 4.7 milhões de euros

Os Grupos B e C são compostos pelas seguintes infraestruturas:

- Grupo B - ETAR Albernoa, Lancheira, Montes Velhos, Rio de Moinhos, Sete, SAR de SP Gafanhoeira, Igreja, Entradas;
- Grupo C - ETAR Sabóia, Almogrove, Cavaleiro, Zambujeira, SAR Boavista Pinheiros, SAR Odemira.

O tratamento das águas residuais, tendo em vista a sua descarga no meio recetor após tratamento, cumprindo o normativo aplicado, é uma imposição contratual que a AgdA tem de cumprir.

Uma vez concluídas ou em fase de conclusão, as intervenções de construção e reabilitação das ETAR dos maiores centros urbanos e as abrangidas pela Diretiva das Águas Residuais Urbanas, ou por contencioso nacional ou comunitário, carecem agora de intervenção as ETAR de menor dimensão, bem como a reabilitação de ETAR que se apresentam deficitárias, tendo por objetivo a resolução de todos os problemas de tratamento ainda existentes, ou de drenagem de efluentes abrangidos pelos sistemas em Alta.

Efetivamente, verifica-se ainda a existência de vários problemas e fragilidades em pequenas infraestruturas de saneamento, seja pela sua antiguidade e consequente degradação, incumprimentos pela desadequação de sistemas de tratamento e que, portanto, não conferem às populações abrangidas e aos meios recetores, a garantia de fiabilidade de serviço definidos pela legislação nacional e pelos contratos que suportam a atividade da empresa.

Este programa tem por objetivo assegurar a operacionalidade de um conjunto de ETAR que por motivos vários apresentam vários episódios de incumprimento das normas de descarga ou, em alguns casos, custos acrescidos de exploração por ineficácia ou ausência de etapas de tratamento.

A intervenção permitirá criar as condições necessárias para a resolução dos problemas mitigando o risco de incumprimento do serviço prestado, nos locais abrangidos.

Do conjunto mais vasto de intervenções a realizar, nesta operação estão abrangidas, face à sua prioridade, algumas ETAR que carecem de reabilitação urgente das suas obras de entrada, no que a gradagem, desarenamento e desgorduramento diz respeito, e ainda na instalação de caudalímetros, para que possam ser devidamente geridas. Tal é o caso do Grupo B.

No Grupo C incluem-se um conjunto de ETAR do concelho de Odemira que necessitam urgentemente de reabilitação, registando-se neste concelho o maior número de incumprimentos registados na área de intervenção da AgdA.

Intervenções do Grupo B (ETAR Albernoa, Lancheira, Montes Velhos, Rio de Moinhos, Sete, SAR de SP Gafanhoeira, Igreja, Entradas)

O grupo B, como referido, integra ETAR que carecem de um adequado órgão de Pré-Tratamento. Nestes casos, a ausência ou o mau funcionamento dessa componente do tratamento conduz a que materiais grosseiros, areias e em alguns casos gorduras, entrem para as etapas seguintes de tratamento induzindo problemas vários, desde assoreamento precoce de lagoas, no caso das ETAR de Lagunagem, a desgaste rápido de equipamentos eletromecânicos e entupimentos, no caso das areias, ou a inibição dos tratamentos nos reatores biológicos no caso de teores elevados de lamas e gorduras, em ETAR com equipamentos eletromecânicos.

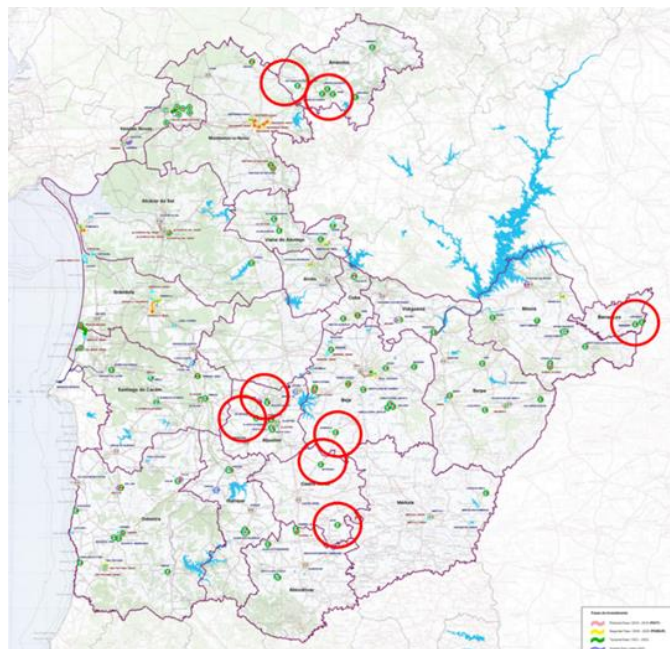
Também nestas ETAR se verifica a ausência, ou mau funcionamento, de caudalímetros, que possam medir os caudais afluentes, indispensáveis para o controlo da própria ETAR, matéria que nestas intervenções será igualmente corrigida.

Várias são as situações das ETAR do Grupo B, sendo que a urgência nas intervenções e a similitude das mesmas, aconselharam a criar um pacote integrado para as mesmas.

Os locais e populações residentes, servidas por cada uma delas, são listadas na tabela seguinte:

Concelho	Localidade	População residente (census 2011)
Aljustrel	Montes Velhos	1 140
Aljustrel	Rio de Moinhos	721
Arraiolos	São Pedro da Gafanhoeira	440
Arraiolos	Igrejinha	867
Arraiolos	Lancheira	570
Beja	Albernoa	1 100
Castro Verde	Entradas	628
Castro Verde	Sete	254

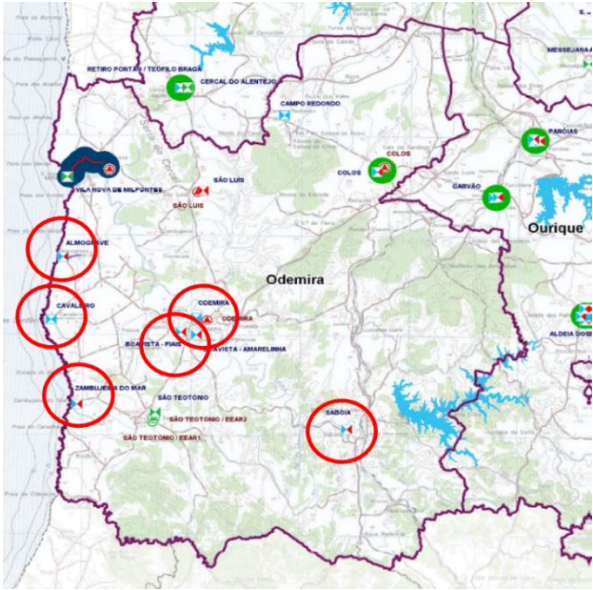
Na figura seguinte apresenta-se a sua localização geográfica:



Intervenções do Grupo C (ETAR Sabóia, Almogrove, Cavaleiro, Zambujeira, SAR Boavista Pinheiros, SAR Odemira)

Relativamente ao lote C, trata-se de um conjunto de ETAR, todas do município de Odemira, que apresentam patologias várias que as impedem de tratar adequadamente as águas residuais afluentes, necessitando de reabilitações várias.

Como se evidencia pela figura seguinte, 3 das ETAR estão localizadas na orla costeira, sofrendo da influência turística da zona, com uma população flutuante na época estival da ordem de 3 a 4 vezes a população residente. Este acréscimo de população durante o período estival exige um funcionamento acrescido das infraestruturas, devendo ser assegurados bons rendimentos da sua operação, que é fortemente condicionado pela degradação rápida das mesmas face ao efeito de corrosão conjugado do ar do mar e dos aerossóis do esgoto, sobretudo nos equipamentos eletromecânicos, o que exige uma intervenção rápida e efetiva, sob pena de graves impactos sobre os ecossistemas costeiros, em particular na qualidade das águas balneares.



Já quanto às outras 3 ETAR, duas delas estão associadas à sede do concelho: Odemira e Boavista, carecendo, tanto uma como a outra, de reabilitação para melhorar a sua capacidade de tratamento face aos crescentes volumes afluentes por força da população imigrante existente na zona.

Por último, a ETAR de Sabóia, pela sensibilidade da zona onde descarrega os efluentes tratados e o seu desempenho atual, exige igualmente uma reabilitação adequada e urgente.

A população associada a este lote, apresenta-se na tabela seguinte:

Concelho	Localidade	População residente (census 2011)
Odemira	Almogrove	1 356
Odemira	Cavaleiro	327
Odemira	Zambujeira do Mar	824
Odemira	Odemira	3 110
Odemira	Boavista dos Pinheiros	1 661
Odemira	Sabóia	518

Importa reiterar que a solução descrita está definida na solução técnica que suporta os Contratos de Parceria e de Gestão, encontrando-se garantida a sustentabilidade das intervenções. Contribui ainda para o atingimento dos indicadores definidos nos referidos contratos.

Indicador a considerar:

- População Residente (censos de 2011), com melhoria de serviço de Tratamento de Águas Residuais. – Objetivo 13 516 habitantes residentes

6. PRIORIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Atendendo à criticidade dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais do SPPIAALENTEJO, quer em termos de qualidade da água para abastecimento e dos efluentes rejeitados quer em termos de fiabilidade, os investimentos em curso e previstos realizar no triénio 2024 a 2026 encontram-se parcialmente candidatados e aprovados pelo POSEUR e pelo REACT-EU, importando realçar também o início da elegibilidade do próximo quadro comunitário de apoio, para além de outros instrumentos financeiros orientados para a recuperação e resiliência, onde se inserem grande parte das intervenções previstas, incluindo o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo, previsto no Despacho n.º 444/2020, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, da Ministra da Agricultura e da Secretária de Estado do Turismo, ainda em fase de aprovação. A este respeito referir que foi prevista uma taxa média de comparticipação comunitária de 70%, pressuposto subjacente aos contratos de parceria e de gestão e respetivos aditamentos.

Importa referir que nas operações já contratualizadas com o REACT-EU, encontram-se definidas as metas para cada projeto, sendo de destacar a melhoria dos sistemas em termos de quantidade e qualidade, bem como o aumento de cobertura e disponibilidade de serviço, sendo imprescindível a sua execução face a situações de escassez de recursos e degradação da qualidade em algumas das origens que suportam os sistemas de abastecimento de água. É ainda de referir que os investimentos em infraestruturas de saneamento correspondem a investimentos necessários para resolução de situações de contencioso ou pré-contencioso comunitário, ou de efetivo risco de incumprimento da Diretiva de Águas Residuais Urbanas, para além dos sérios riscos de contencioso ambiental a nível nacional como atesta o importante histórico, circunstância particularmente crítica, reforçada com as preocupações neste domínio após a situação de pandemia. atual situação de pandemia veio reforçar as preocupações neste domínio.

Para o planeamento do investimento, foi elaborada uma análise de risco para priorização cuja metodologia avalia as consequências da não realização dos investimentos e a probabilidade de essas virem a ocorrer.

Relativamente às consequências, consideram-se as seguintes dimensões:

- Qualidade da água (tratamento AA);
- Quantidade de água
- Impacto ambiental (tratamento e descargas AR);
- Continuidade de serviço (falhas de serviço AA/AR);
- Eficiência (energia, controlo de perdas e afluências indevidas, processos internos);
- Condição de infraestruturas;
- Proteção e segurança dos trabalhadores e terceiros;

- Reputação;
- Cumprimento legal;

No que diz respeito à probabilidade, a escala de avaliação é a seguinte:

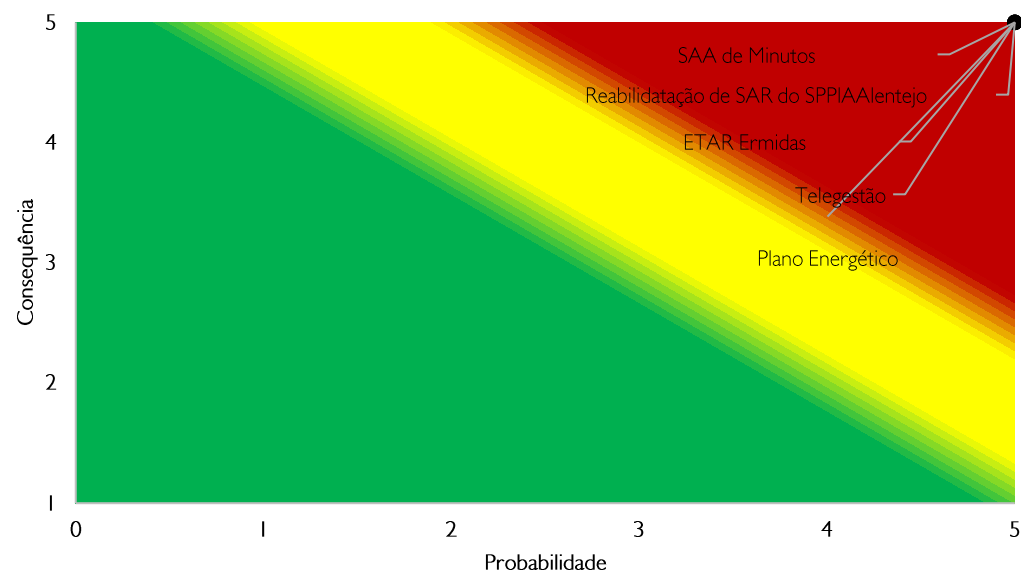
P (Provisões)	FL (Futuro – Longo Prazo)	FC (Futuro – Curto Prazo)	A (Atual)	AP (Atual Prioritário)
1	2	3	4	5
(∞)	≥ 3 anos	[1 a 3 anos[	[Atual/ < 1 ano[	[Atual/ < 1 ano[, identificado como prioritário

Atendendo ao facto do plano de investimentos para o triénio de 2024 a 2026 ser elevado, foram selecionados os cinco maiores investimentos da AgdA no triénio, designadamente: Sistema de Abastecimento de Água de Minutos; Implementação do Plano de Produção e Eficiência Energética; Reabilitação de Sistemas de Tratamento de Águas Residuais de Albernoa, Lancheira, Montes Velhos, Rio de Moinhos, Sete, São Pedro da Gafanhoeira, Igrejinha, Entradas, Sabóia, Almogrove, Cavaleiro, Zambujeira, Boavista Pinheiros; Construção da ETAR Ermidas do Sado; e 2ª fase da Telegestão do SPPIAAlenentejo para os quais a seguir se apresenta a matriz de análise de risco para priorização.

Código	Designação do investimento	Designação reduzida	Estimativa da população servida	Estimativa do valor total da empreitada	Motivo - Justificação do investimento	Implicações	Temporalidade do impacto	Impacto	Probabilidade	Consequência	Risco
13	Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética	Plano Energético	224 735	12,000	Transição Energética focada no objetivo da neutralidade carbónica	Eficiência	Atual prioritária	Afeta todo o Sistema	5	5	25
13	SAA Minutos	SAA Minutos	22 131	4,704	Capacidade instalada insuficiente - O investimento tem por objetivo a resolução dos problemas de qualidade identificados como críticos na área abrangida pelo Sistema de Minutos	Qualidade e Quantidade de Água	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5	25
7	Remodelação SAR - ETAR Albernoa, Lancheira, Montes Velhos, Rio de Moinhos, Sete, SAR de SP Gafanhoeira, Igrejinha, Entradas / ETAR Sabóia, Almogrove, Cavaleiro,	Reabilitação de SAR de pequenos aglomerados do SPPIAAlenentejo	12 077	4,694	Capacidade instalada insuficiente - O investimento tem por objetivo a resolução dos problemas de qualidade identificados como críticos na área abrangida em pequenos aglomerados do SPPIAAlenentejo	Impacto Ambiental	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5	25

Código	Designação do investimento	Designação reduzida	Estimativa da população servida	Estimativa do valor total da empreitada	Motivo - Justificação do investimento	Implicações	Temporalidade do impacto	Impacto	Probabilidade	Consequência	Risco
	Zambujeira, SAR Boavista Pinheiros, SAR Odemira										
5	ETAR Ermidas do Sado (Santiago do Cacém)	ETAR Ermidas	1 647	3,100	Capacidade instalada insuficiente - O investimento tem por objetivo a resolução dos problemas de qualidade identificados como críticos na área abrangida pela ETAR	Impacto Ambiental	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5	25
10	Telegestão 2ª fase	Telegestão	224 735	2,960	Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Supervisão e Controlo Geral do SPPIAALENTEJO	Eficiência	Atual prioritária	Afeta todo o Sistema	5	5	25

Análise de risco dos investimentos da AgdA



7. FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

O quadro seguinte contempla o financiamento do investimento previsto para o triénio de 2024 a 2026, no âmbito do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

Financiamento do Investimento <i>Unidade: M€</i>	Real	Estimativa	Orçamento	Previsão	Previsão	Variações			
	2022	2023	2024	2025	2026	O24 / R22	O24 / EF23	P25 / O24	P26 / P25
BEI	4,372	0,000	0,000	8,619	0,000	-100%	0%	100%	-100%
Banca Comercial / Acionista	0,000	7,128	0,000	0,000	9,637	-100%	-124%	-100%	100%
Fundos Comunitários	3,066	6,578	7,768	24,384	24,518	208%	44%	158%	1%
Autofinanciamento	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0%	0%	0%	0%
Capital Próprio	1,370	0,910	1,881	1,831	0,871	37%	107%	-3%	-52%
TOTAL	8,808	14,616	9,649	34,835	35,026	10%	-34%	261%	1%

É expectável que o investimento orçamentado para o ano 2024 e seguintes seja financiado pela obtenção de fundos comunitários já contratualizados com o POSEUR e com o REACT – EU, bem como os que se esperam vir a candidatar no âmbito do quadro comunitário em curso, pela recuperação de créditos vencidos, pela gestão centralizada da tesouraria do Grupo AdP, dos empréstimos da banca comercial e consequente otimização às necessidades das suas empresas e pelo aumento do Capital Social previsto na revisão do EVEF da Parceria no período em referência.

Endividamento Financeiro Total (bruto) <i>Unidade: M€</i>	Real	Estimativa	Orçamento	Previsão	Previsão	Variações			
	2022	2023	2024	2025	2026	O24 / R22	O24 / EF23	P25 / O24	P26 / P25
BEI	40,000	40,000	40,000	60,000	60,000	0%	0%	50%	0%
Banca Comercial	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0%	0%	0%	0%
Financiamento Grupo AdP	18,235	25,992	24,830	5,651	11,104	36%	-4%	-77%	96%
TOTAL	58,235	65,992	64,830	65,651	71,104	11%	-2%	1%	8%

V. - RECURSOS HUMANOS

No presente capítulo, será apresentada, conforme determina o Despacho 324/2023-SET, a informação relacionada com a evolução de Recursos Humanos da Empresa.

É ainda incluída a informação relacionada com os pressupostos e justificações desta evolução e de cálculo dos respetivos gastos, por forma a permitir uma mais clara leitura do impacto financeiro das situações descritas e que será abordado e aprofundado no capítulo VI.

I. PRESSUPOSTOS DE CÁLCULO DOS GASTOS COM PESSOAL

A proposta de PAO 2024 teve em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- ✓ Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- ✓ Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- ✓ Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- ✓ Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- ✓ Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- ✓ Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- ✓ Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro.
- ✓ Lei 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- ✓ Acordo Coletivo de Trabalho para trabalhadores do Grupo Águas de Portugal, publicado no boletim do Trabalho e Emprego n.º 41 de 8 de novembro de 2018;
- ✓ Despacho do SET-252/2022, de 18 de agosto;
- ✓ Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro;
- ✓ Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro;
- ✓ Despacho do SET-324/2023, de 3 de agosto.

As regras de progressão e evolução na carreira constam do anexo III do ACT, o qual regula as promoções salariais, (evolução vertical) e de progressões salariais (evolução horizontal).

A progressão na carreira é automática, com base nos créditos salariais atribuídos na sequência da avaliação de desempenho, e a promoção depende de decisão de gestão.

2. EVOLUÇÃO DO HEADCOUNT DE RH

Nos quadros seguintes apresenta-se a evolução dos recursos humanos entre 2024 e 2026, conforme determina o Despacho 324/2023-SET, no âmbito do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAlentejo), encontrando-se esta suportada na revisão do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, em fase de aprovação.

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2022	Situação a 31/12/2023	Situação a 01.01.2024			Movimentos de Pessoal - 2024						Situação a 31/12/2024
			Idade média	# de trabalhadores com 60 ou mais anos	# de trabalhadores em idade de reforma	Saídas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Autorizações de recrutamento concedidas em 2023	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2024 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
		(1)				(2)		(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)	9	9	nd	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Cargos de direção (s/ OS)	6	6	48	0	0	0	0	1	0	0	0	7
Técnica Superior C	1	1	69	1	1	1	0	0	1	0	0	1
Técnica Superior B	32	31	42	0	0	0	0	4	3	0	0	38
Técnica Superior A	7	7	28	0	0	0	0	2	0	0	1	10
Técnica C	8	8	40	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Técnica B	22	24	41	0	0	0	0	3	1	0	2	30
Técnica A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnica Operativa C	2	2	61	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Técnica Operativa B	64	57	46	2	0	0	0	0	0	0	0	57
Técnica Operativa A	15	21	39	0	0	0	0	7	2	0	26	56
Total	166	166		5	1	1	0	17	7	0	29	218

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2022	Situação a 31/12/2023	Situação a 31/12/2024	Movimentos de Pessoal - 2025					Situação a 31/12/2025
				Saídas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2025 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
		(1)	(7) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)	(2)		(4)	(5)	(6)	= '2024 - (2) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)	9	9	9	0	0	0	0	0	9
Cargos de direção (s/ OS)	6	6	7	0	0	0	0	0	7
Técnica Superior C	1	1	1	0	0	0	0	0	1
Técnica Superior B	32	31	38	0	0	0	0	0	38
Técnica Superior A	7	7	10	0	0	0	0	1	11
Técnica C	8	8	8	0	0	0	0	0	8
Técnica B	22	24	30	0	0	0	0	0	30
Técnica A	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnica Operativa C	2	2	2	0	0	0	0	0	2
Técnica Operativa B	64	57	57	1	0	1	0	0	57
Técnica Operativa A	15	21	56	0	0	0	0	3	59
Total	166	166	218	1	0	1	0	4	222

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2022	Situação a 31/12/2023	Situação a 31/12/2024	Situação a 31/12/2025	Movimentos de Pessoal - 2026					Situação a 31/12/2026
					Saídas esperadas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2026 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
		(1)	(7) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)	= '2024 - (2) + (4) + (5) + (6)	(2)		(4)	(5)	(6)	= '2025 - (2) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)	9	9	9	9	0	0	0	0	0	9
Cargos de direção (s/ OS)	6	6	7	7	0	0	0	0	0	7
Técnica Superior C	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1
Técnica Superior B	32	31	38	38	0	0	0	0	0	38
Técnica Superior A	7	7	10	11	0	0	0	0	0	11
Técnica C	8	8	8	8	0	0	0	0	0	8
Técnica B	22	24	30	30	0	0	0	0	0	30
Técnica A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnica Operativa C	2	2	2	2	0	0	0	0	0	2
Técnica Operativa B	64	57	57	57	0	0	0	0	0	57
Técnica Operativa A	15	21	56	59	0	0	0	0	3	62
Total	166	166	218	222	0	0	0	0	3	225

3. JUSTIFICAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE NOVOS TRABALHADORES

SUBSTITUIÇÕES NO PERÍODO DE 2024 A 2026

Para os anos de 2024 a 2026 apenas estão consideradas as substituições de trabalhadores por aposentação, sendo certo que, ocorrerão também situações imponderáveis de cessação ou interrupção de contratos de trabalho por razões não imputáveis à empresa pelo que deverá ser delegado no seu Conselho de Administração a competência para autorizar a substituição de todos os trabalhadores nesta situação, desde que:

- i. Sejam imprescindíveis à continuidade da atividade da empresa;
- ii. Seja garantido que os contratos realizados ao abrigo desta delegação de competências não gerem mais gastos do que aqueles em que a empresa incorreria se o contrato original se mantivesse.

AUMENTO DO NÚMERO TOTAL DE TRABALHADORES ATIVOS EM 2024

Seguindo a estratégia definida na revisão do EVEF, em fase de aprovação, é previsto que com o término do contrato de *outsourcing* em novembro de 2024, a AgdA passe a prestar o serviço diretamente aos utilizadores do sistema, pelo que será necessário garantir a afetação ao quadro de pessoal da empresa aos recursos atualmente disponíveis na prestação de serviços, garantindo-se desta forma a internalização total da atividade de saneamento.

Importa reiterar que, conforme referido na estratégia para o período e, em linha com a revisão do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (EVEF), o ano de 2024 marcará ainda a integração total da atividade de saneamento até então subcontratada. A subcontratação tem-se revelado muito problemática para a empresa, desde logo pela dificuldade na própria contratação e do acompanhamento dos contratos a par com as exigências da região com elevada dispersão de infraestruturas e ausência de quadros especializados, observando-se por vezes o incumprimento contratual que resulta na deterioração da qualidade de serviço público prestado aos utilizadores, bem como na degradação acentuada das infraestruturas. Importa também avaliar a solução do ponto de vista económico e financeiro, uma vez que se tem revelado num sobrecusto da atividade de saneamento com reduzida eficácia tendo em conta o elevado número de incumprimentos legais registados sistematicamente por problemas operacionais da entidade contratada.

A opção pela integração total da atividade, parcialmente iniciada em 2022/2023, contribuirá para a consolidação económica e financeira da empresa, bem como se prevê uma melhoria significativa da qualidade de serviço por uma orientação e responsabilização direta dos trabalhadores prevendo-se para o efeito a contratação de 29 novos trabalhadores e 16 viaturas, que corresponde à estrutura operacional atualmente contratada. Estima-se que a integração venha a aumentar a eficácia operacional e ainda a gerar poupanças na

estrutura de gastos na ordem dos 800 mil euros anuais o que representa cerca de 45% do valor atualmente contratado. Tal situação será possível pela supressão da margem comercial, bem como pelo facto de os trabalhadores previstos contratar serem na sua maioria técnicos e técnicos operativos, suprimindo-se a gestão associada ao contrato uma vez que a AgdA tem essa equipa constituída.

Para o efeito foram identificadas as necessidade de contratação de 26 técnicos operativos, 2 técnicos de controlo de qualidade e 1 técnico superior de controlo de qualidade que terão como função a operação, manutenção e controlo de qualidade de 126 ETAR e 39 Estações Elevatórias de Saneamento dispersas por 20 concelhos na região do Baixo e Centro Alentejo com uma área territorial de 15 350 quilómetros quadrados, sendo portanto a dispersão de infraestruturas e a sua complexidade uma condicionante à atividade da empresa e portanto na necessidade de adequar os recursos à região abrangida.

Pessoal	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Nº Total de Trabalhadores	166	178	189	218	223	226	29	15%
Nº de membros dos órgãos sociais	9	9	9	9	9	9	0	0%
Nº de membros cargos de direção	6	6	6	6	6	6	0	0%
Nº dos restantes trabalhadores	151	163	174	203	208	211	29	17%

Para 2024 a empresa espera ter um total de 209 trabalhadores para garantias das atividades operacionais e de suporte, a que acresce os órgãos sociais.

O número total de trabalhadores representa um acréscimo de 29 trabalhadores, já anteriormente identificados, em resultado da internalização total da atividade de saneamento a par com o término da prestação de serviços de outsourcing, que ocorrerá em outubro de 2024.

Neste contexto, será necessário proceder à contratação dos trabalhadores operacionais afetos à prestação de serviços de saneamento sendo possível otimização dos recursos afetos à gestão de contrato uma vez que a empresa já dispõe desses quadros. Conforme já amplamente abordado neste relatório, a internalização da prestação de serviços está definida na estratégia para o triénio de 2024 a 2026, a concretizar em 2024 com o fim do contrato em vigor pelo que não se procedeu à abertura de novo concurso público para a sua contratação em outsourcing tendo em conta que no ultimo procedimento efetuado apenas houve uma proposta válida, que se mostra deficitária do ponto de vista de eficácia de serviço, sendo que têm vindo a mostrar indícios de uma maior degradação do serviço ou a necessidade da própria resolução do contrato pelo que numa eventual nova contratação, não se espera a existência de propostas válidas face à inexistência de prestadores de serviço e concretamente na região abrangida ou com interesse para a deslocalização para a mesma.

A não admissão das contratações propostas condicionam o desempenho da atividade da empresa traduzindo-se por vezes em incumprimentos e perturbações nos processos de fornecimento e tratamento que podem condicionar o serviço público prestado nas condições contratuais e legais previstas.

Face ao acima exposto a AgdA solicita a necessária autorização para a contratação de **29 trabalhadores** para garantir o cumprimento das normas de segurança, qualidade e reporte nos termos suprarreferidos e que seguidamente se detalham:

i. **26 Técnicos Operativos de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais:**

Pretende-se com as funções a execução de tarefas no âmbito da operação dos sistemas de saneamento de águas residuais, nomeadamente a recolha de amostras, condução de viaturas de transporte de pessoas, equipamentos ou cisternas, a verificação do estado de funcionamento e conservação das infraestruturas, a limpeza e realização de pequenas reparações, o apoio às intervenções de manutenção dos equipamentos e das instalações, a instalação e substituição de contadores e acompanhamento das prestações de serviço e apoio à gestão dos respetivos contratos, de acordo com rotinas e procedimentos bem definidos, visando o bom funcionamento e estado de conservação dos sistemas de águas residuais.

ii. **2 Técnicos de Controlo de Qualidade de Água:**

Pretende-se com a função: i) a execução atividades no âmbito de colheitas e/ou ensaios, nomeadamente realização de colheitas; ii) a execução de ensaios de rotina; garantia da correta conservação das amostras, bem como da sua adequada receção e transporte; preparação de soluções de apoio à atividade do controlo de qualidade; iii) a execução de atividades no âmbito de gestão de equipamentos laboratoriais, nomeadamente limpeza das bancadas de trabalho e do equipamento analítico em uso no laboratório; garantia da lavagem, descontaminação e tratamento de todos os recipientes e equipamentos afetos à colheita e/ou ensaios; operacionalização das verificações internas aos equipamentos analíticos laboratoriais; iv) a execução de atividades relacionadas com a realização do planeamento atempado de todas as tarefas inerentes à normal execução da atividade laboratorial (colheitas e ensaios); validação da informação planeada, confrontando-a com a requerida nos planos em vigor (e.g., plano de controlo analítico); prestação de suporte administrativo no que respeita a redação de relatórios e, v) a execução de procedimentos e atividades associadas aos Sistemas de Gestão implementados na empresa, identificando e propondo sugestões de melhoria contínua, garantindo a otimização dos processos de trabalho e cumprindo com as normas e legislação em vigor.

iii. **1 Técnico Superior de Controlo de Qualidade de Água:**

Pretende-se com a função: i) assegurar o desenvolvimento de atividades no âmbito de análise de colheitas e/ou ensaios, gerindo o material e equipamentos afetos às atividades, nomeadamente garantia da adequada colheitas e/ou ensaios de rotina; elaboração de análises laboratoriais a efluentes e resíduos de tratamento, divulgando atempadamente os resultados analíticos; participação e avaliação do desempenho em ensaios interlaboratoriais de amostragem e ensaios de campo; preparação de soluções de apoio à atividade laboratorial; garantia da limpeza, lavagem, desinfeção (quando aplicável), preparação, monitorização e operacionalidade do material analítico e equipamentos, podendo realizar

manutenção de 1º nível; garantia e/ou operacionalização da lavagem, descontaminação e tratamento de todos os recipientes e equipamentos afetos a ensaios; ii) • assegure o desenvolvimento de atividades no âmbito de inspeções, nomeadamente no que respeita a atividades afetas à qualidade das colheitas e/ou ensaios, nomeadamente controlo de qualidade das amostragens e/ou ensaios e ensaios de campo, assegurando a sua elaboração e validação; a atividades afetas à revisão das análises técnicas, não conformidades e dos processos laboratoriais, nomeadamente gestão das constatações do laboratório; garantia da avaliação da eficácia das ações implementadas e do fecho das mesmas; controlo de qualidade analítica, analisando a ocorrência de desvios à mesma, identificando as causas e propondo soluções; tratamento adequado e atempado de trabalho não conforme e de não conformidades em atividades da sua responsabilidade, identificando as causas, definindo e implementando correções/ ações corretivas, bem como analisando o impacto sobre o trabalho efetuado; elaboração dos procedimentos técnicos de amostragem e de ensaios de campo, assegurando a revisão dos procedimentos e ensaios da sua responsabilidade; iii) Assegure o desenvolvimento de atividades de planeamento e gestão laboratorial, nomeadamente elaboração do planeamento de todas as tarefas inerentes à normal execução da atividade laboratorial (colheitas e ensaios) no âmbito dos planos definidos (e.g., controlo analítico), inserindo a respetiva informação na plataforma designada para o efeito (elaboração de relatórios de desempenho da área, identificando problemas, propondo soluções e ações de melhoria; garantia da disponibilidade para a execução de análises com carácter urgente; supervisionamento de colaboradores sob a sua responsabilidade (e.g., pares, estagiários), avaliando o seu desempenho e satisfação; iv) Assegure o desenvolvimento de atividades administrativas nomeadamente elaboração e emissão de boletins com os resultados obtidos; garantia do correto fornecimento, disponibilidade, controlo de receção e qualidade, conferência, armazenamento e preparação das matérias-primas e subsidiárias; registo informático de todas as análises e resultados efetuadas no laboratório de processo; garantia da atualidade de todos os documentos internos e externos relativos a ensaios; emissão imediata de alertas, quando detetadas situações que violem requisitos legais estabelecidos no âmbito do controlo de qualidade da água; v) assegure a execução e contribui para os procedimentos e atividades associadas aos Sistemas de Gestão implementados na empresa, identificando e propondo sugestões de melhoria contínua, garantindo a otimização dos processos de trabalho e cumprindo com as normas e legislação em vigor.

AUMENTO DO NÚMERO TOTAL DE TRABALHADORES ATIVOS EM 2025 E 2026

Em Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro foi ainda prevista a criação de dois centros de compostagem, com efetiva redução de encargos nos FSE, nomeadamente no transporte e deposição de Lamas. Na sequência da implementação do Plano de Lamas de ETAR do Grupo AdP foi efetuado um estudo, com o objetivo de encontrar a opção mais favorável para a gestão de lamas produzidas nas ETAR da AgdA. Tendo em conta as particularidades locais em que a AgdA se insere, considerou-se que a solução mais adequada para a gestão de lamas seria através de compostagem, para posterior utilização agrícola.

Para além do já referido, a opção pelo processo de compostagem das lamas apresenta um significativo conjunto de mais-valias, nomeadamente:

- Otimização da gestão e valorização das lamas de outras ETAR do Sistema através da sua compostagem conjunta nas infraestruturas projetadas;

- Redução nas emissões de CO2 associadas ao transporte das lamas a destino final;
- Produção de um produto diferenciado alargando o leque de utilizações e com maior potencial de valorização;
- Desclassificação das lamas enquanto resíduo, pela sua transformação num produto (composto);
- Contribuição para as metas nacionais associadas à neutralidade carbónica e à economia circular;
- Produção de um composto em zonas próximas das áreas agrícolas com potencial da sua utilização.

Para o efeito e prossecução da estratégia definida será necessário proceder à contratação de 1 técnico superior e 3 técnicos operativos devidamente previstos no referido documento.

É ainda previsto para 2026 o alargamento dos sistemas de saneamento aos aglomerados da Carrasqueira, Mombeja, Trigaches, Cabrela, Cortiçadas do Lavre, Foros de Vale Figueira e São Cristóvão, com integração das respetivas infraestruturas de Saneamento, com um total de população potencialmente servida de 3 988 habitantes, pelo que se torna imperioso o reforço das equipas locais.

Importa referir que as novas admissões propostas contribuirão para a redução dos FSE da empresa, nomeadamente no que respeita ao *outsourcing* e transporte e deposição de lamas. Pelo contrário, o alargamento a novos sistemas de saneamento poderá conduzir a um aumento dos FSE, no entanto, esta alteração irá proporcionar um aumento do volume de negócios.

4. EVOLUÇÃO DOS GASTOS DE RH

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos gastos estimados para o triénio de 2024 a 2026 e a sua comparação com os anos de 2022 e 2023:

Pessoal	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Nº Total de Trabalhadores	166	178	189	218	223	226	29	15%
Nº de membros dos órgãos sociais	9	9	9	9	9	9	0	0%
Nº de membros cargos de direção	6	6	6	6	6	6	0	0%
Nº dos restantes trabalhadores	151	163	174	203	208	211	29	17%
Gastos totais com pessoal*	4 522 315	5 248 707	4 847 782	5 745 556	6 632 694	7 012 568	897 773	19%
Gastos com órgãos sociais**	222 161	236 796	249 711	309 887	376 332	392 095	60 176	24%
Gastos com cargos de direção	421 836	502 249	420 488	436 423	480 384	504 944	15 935	4%
Remuneração do pessoal	2 424 199	3 213 937	2 831 630	3 615 487	4 013 633	4 258 284	783 857	28%
Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	
Ajudas de custo	1 250	1 212	1 244	1 206	1 237	1 200	-38	-3%
Rescisões / Indemnizações	0	33 413	0	0	0	0	0	
Restantes encargos	1 452 869	1 261 099	1 344 710	1 382 553	1 761 108	1 856 045	37 843	3%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2023	0	174 732	48 651	526 868	526 868	526 868	478 217	983%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes	0	0	0	110 200	702 538	748 966	110 200	
(iii) Cumprimento de disposições legais	0	0	0	0	0	0	0	
(iv) Orientações expressas do acionista Estado	0	0	0	0	0	0	0	
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias	241 617	251 120	221 301	199 171	247 390	273 181	-22 130	-10%
(vi) Outras valorizações remuneratórias	0	0	0	0	0	0	0	
(vii) Rescisões por mútuo acordo	0	0	0	0	0	0	0	
Correções para efeitos de rácio								

Pessoal	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
(-) Gastos com órgãos sociais*	-222 161	-236 796	-249 711	-309 887	-376 332	-392 095	-60 176	-24%
(-) Cumprimento de disposições legais	0	0	0	0	0	0	0	
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	-241 617	-251 120	-221 301	-199 171	-247 390	-273 181	22 130	10%
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo	0	-33 413	0	0	0	0	0	
(+) Absentismo	119 530	0	115 346	0	0	0	-115 346	-100%

Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	4 178 067	4 727 378	4 492 116	5 236 498	6 008 973	6 347 293	744 382	17%
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	58%	68%	63%	69%	67%	67%	0	10%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	10%	11%	9%	8%	8%	8%	0	-11%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	5%	5%	6%	6%	6%	6%	0	6%

Com vista à aplicação do previsto no **Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública**, assinado no passado dia 24 de outubro de 2022, as empresas públicas integrantes do SEE devem continuar a assegurar uma política remuneratória. Assim aconteceu no Grupo AdP durante o ano de 2022 e 2023, através dos despachos conjuntos do SEF e SET, datados de 15 de dezembro e de 12 de maio. Em cumprimento com o referido acordo, **para 2024** e para além dos gastos correntes com pessoal, foi considerado o aumento de gastos com pessoal de **4,8%** dos gastos como pessoal de 2023.

Importa salientar que a valorização em causa, poderá ser objeto de ajustamento na empresa, quer por ter como referência um valor estimado e não real (exercício de 2023), quer por se tratar de uma percentagem média para aplicação ao grupo AdP que, mantendo os critérios de 2023, terá de resultar de acordo no âmbito dos IRCT existentes, o que poderá significar valores diferentes nas empresas, à semelhança de 2023.

Resulta do referido, que os valores estimados em sede de proposta de PAO 2024_2026, podem e serão sujeitos a ajustamentos, quando finalizados os processos negociais.

Da aplicação do previsto no Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, assinado no passado dia 24 de outubro de 2022, aos trabalhadores da AgdA resulta o aumento de gastos com pessoal a seguir discriminado, com encargos sociais, para o qual se solicita a necessária autorização nos termos do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental. Parte deste aumento de gastos, (178 424 euros) deverá ser ajustado do cálculo do GOMN na medida em que se traduz numa imposição legal de igualdade de tratamento entre os trabalhadores do Estado, em sentido lato.

Impacto das Valorizações Remuneratórias		2024
Progressões e Promoções (anexo III do ACT)		20 747
Acordo Plurianual de Rendimentos		178 424
Total		199 171

Sem prejuízo do aumento referido, os gastos com o pessoal para 2024 e seguintes representam ainda a anualização das contratações aprovadas em PAO 2023 bem como o aumento do número de trabalhadores previsto para 2024 em resultado da internalização total da atividade de saneamento, em 29 trabalhadores.

Desta necessidade resulta o seguinte aumento com os gastos com o pessoal:

Pessoal	2024	2025	2026
	Previsão	Previsão	Previsão
Informação adicional			
(i) Gastos com as contratações propostas em 2024	110 200	631 949	631 949
(ii) Gastos com as contratações previstas em 2025	0	70 589	70 589
(ii) Gastos com as contratações previstas em 2026	0	0	46 428
Total	110 200	702 538	748 966

5. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Na AgdA não existe qualquer benefício pós-emprego e não tem instituído qualquer sistema complementar de pensões.

Por essa razão não efetua o pagamento de qualquer complemento às pensões atribuídas pelo Sistema Previdencial da Segurança Social, pela CGA, I.P. ou por outro sistema de proteção social, nem mesmo de complementos integralmente financiados pelas contribuições ou quotizações dos trabalhadores, através de fundos especiais ou outros regimes complementares, nos termos da legislação aplicável.

VI. - INFORMAÇÃO FINANCEIRA

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2024

I.1 ADEQUAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA À ATIVIDADE DA AGDA – ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, S.A.

A AgdA apresenta nas suas demonstrações financeiras algumas especificidades que desvirtuam a leitura de parte dos indicadores utilizados para validar o cumprimento das orientações financeira a que o presente exercício orçamental está sujeito, nomeadamente no que respeita ao registo de Desvios de Recuperação de Gastos, IFRIC 12 e Subsídios ao Investimento.

Nos termos do Contrato de Gestão, é calculado e registado em cada ano o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) que resulta da diferença verificada entre o resultado líquido da empresa e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias para a recuperação integral dos gastos, acrescida da remuneração dos capitais próprios e reservas e dos impostos do exercício.

No Âmbito desta política contabilística, o reconhecimento do DRG em resultados constitui um rendimento operacional e por essa razão afeta o EBIT e o EBITDA, bem como todos os rácios para os quais estes indicadores concorram. Face a esta especificidade, a AgdA ajusta este indicador, recalculando o mesmo, através da dedução do DRG de cada exercício (real, estimado ou projetado) e também os rácios que dele resultem.

Adicionalmente, de acordo com a IFRIC 12 – Contratos de Concessão, aplicável também a parcerias, a construção de infraestruturas pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente / Parceiros, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal, deverá ser remunerado. No entanto, na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro, pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante, encontrando-se registados na demonstração de resultados.

Tendo em consideração que os réditos e gastos assumem igual montante não afetam qualquer indicador ou rácio.

No que respeita aos Subsídios ao Investimento, são reconhecidos quando existe uma segurança razoável do seu recebimento. Os subsídios ao investimento são registados como passivos não-correntes e são reconhecidos na demonstração de resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

Esta rubrica afeta o indicador EBITDA e os rácios para os quais este indicador concorre, pelo que a AgdA ajusta dando aos subsídios e ao investimento o mesmo tratamento contabilístico (com sinal contrário) ao que é dado às amortizações.

Assim, os indicadores ajustados são calculados de acordo com as seguintes fórmulas:

- $\text{EBIT Ajustado} = \text{EBIT} - \text{DRG (desvio de recuperação de gastos)}$
- $\text{EBITDA Ajustado} = \text{EBITDA} - \text{DRG (desvio de recuperação de gastos)} - \text{Subsídio ao Investimento}$
- $\text{ROA Ajustado} = \text{EBIT Ajustado} / \text{Ativo médio}$
- $\text{Rentabilidade dos RH Ajustado} = \text{EBIT Ajustado} / \text{n.º de trabalhadores}$

Tendo em conta as especificidades acima, a AgdA, acrescentou linhas nos quadros de apoio enviados pela DGTF, devidamente assinalados, para que a informação disponibilizada permita a análise adequada da informação. Para melhor compreensão da diferença serão sempre apresentados os indicadores originais e os ajustados.

1.2 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração da Posição Financeira Previsional da Empresa para os anos de 2024 a 2026 e comparação com os anos 2022 e 2023.

Rubricas		2022	2023	2023	2024	2025	2026
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO							
Ativo não corrente							
Ativos sob direito de uso		89 193	773 961	356 483	384 615	759 337	734 403
Ativos intangíveis		161 318 361	179 567 685	171 233 800	177 726 403	199 451 256	221 478 626
Investimentos financeiros		23 632	19 671	26 659	26 659	26 659	26 659
Clientes, contribuintes e utentes		0	0	236 149	165 304	94 456	23 608
Desvio de Recuperação de Gastos		0	7 082 805	2 241 718	2 942 336	730 916	0
Ativos por impostos diferidos		4 687 809	6 280 339	5 207 396	6 521 478	7 734 606	9 226 270
	Subtotal	166 118 995	193 724 461	179 302 205	187 766 795	208 797 230	231 489 566
Ativo corrente							
Inventários		108 147	92 929	139 328	139 978	139 468	141 132
Clientes, contribuintes e utentes		6 100 538	7 153 906	7 452 460	9 774 263	9 902 065	9 855 675
Estado e outros entes públicos		323 967	910 518	797 438	153 932	511 520	184 255
Outras contas a receber		9 143 481	1 793 296	8 107 339	4 446 794	4 224 454	4 118 843
Caixa e depósitos		2 274 488	1 006 500	855 000	855 000	855 000	855 000
	Subtotal	17 950 622	10 957 149	17 351 565	15 369 967	15 632 508	15 154 904
	Total do Ativo	184 069 617	204 681 610	196 653 770	203 136 762	224 429 738	246 644 470

Rubricas		2022	2023	2023	2024	2025	2026
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
PATRIMÓNIO LÍQUIDO							
Património / Capital		10 422 795	11 332 560	11 332 560	13 214 005	15 045 425	15 915 995
Reservas		142 067	174 508	2 340 363	3 021 714	3 757 744	4 617 589
Resultados transitados		1 580 096	2 196 471	0	0	0	0
Resultado líquido do período		618 199	774 049	681 351	736 030	859 845	974 282
Total do Património Líquido		12 763 158	14 477 589	14 354 274	16 971 749	19 663 014	21 507 866
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos		57 045 455	58 839 379	58 590 909	58 590 909	56 693 416	57 087 130
Passivo da locação		21 252	788 518	190 861	435 695	704 283	665 254
Fornecedores		1 440 485	726 313	720 243	0	0	0
Amortizações de investimento futuro		6 598 667	13 147 881	7 834 971	12 057 675	12 365 075	12 853 034
Subsídios ao Investimento		91 177 561	92 640 459	95 967 488	96 334 168	109 810 733	123 512 746
Passivos por impostos diferidos		3 294 329	6 866 038	4 362 258	5 789 422	7 518 059	7 814 741
Desvio de Recuperação de Gastos		790 232	0	0	0	0	403 092
	Subtotal	160 367 982	173 008 588	167 666 730	173 207 870	187 091 566	202 335 997
Passivo corrente							
Fornecedores		4 897 866	12 134 832	2 676 638	1 923 913	4 026 073	4 014 600
Estado e outros entes públicos		1 035 315	264 051	170 999	207 471	294 334	301 693
Financiamentos obtidos		1 189 752	4 454 545	7 401 307	6 238 927	8 957 687	14 017 199
Passivo da locação		43 071	342 005	59 159	165 192	316 494	413 274
Outras contas a pagar		3 772 472	0	4 324 663	4 421 640	4 080 569	4 053 840
	Subtotal	10 938 477	17 195 433	14 632 767	12 957 143	17 675 158	22 800 606
	Total do Passivo	171 306 459	190 204 022	182 299 496	186 165 013	204 766 724	225 136 604
Total do Património Líquido e Passivo		184 069 617	204 681 610	196 653 770	203 136 762	224 429 738	246 644 470

Relativamente à Demonstração da Posição Financeira Previsional, entende-se ser de referir que a variação verificada em ativos intangíveis diz respeito ao investimento programado e orçamentado para o triénio 2024-2026, encontrando-se a empresa a realizar um conjunto muito significativo de investimentos que visam a resolução de problemas de abastecimento de água às populações abrangidas, bem como do tratamento e rejeição de efluentes. Referir ainda que os investimentos em curso e programados dizem respeito aos investimentos previstos no Contrato de Parceria e no Contrato de Gestão e respetivos aditamentos, cuja programação inicial estava concentrada entre 2010 e 2015, mas que face ao contexto económico e financeiro verificado no período em questão e ao conjunto de importantes restrições tem-se prolongado significativamente no tempo.

Importa também destacar e explicitar os montantes previstos em empréstimos, representando um aumento para o triénio 2024-2026, situação que se justifica com a necessidade de financiamento da componente nacional dos investimentos programados, parcialmente mitigada pelo aumento de capital social previsto em 1,881 milhões de euros em 2024, 1,831 milhões de euros em 2025 e 0,871 milhões de euros em 2026.

É ainda de referir que contribui para o aumento do endividamento o atual contexto geopolítico internacional com fortes implicações a nível nacional, nomeadamente no que respeita à variação da taxa de inflação e principalmente no aumento do custo de energia do qual se espera um aumento de 2,024M€ em 2023 e para o total do triénio 2024-2026 de 6,573M€, ou seja, em média mais cerca de 121% do custo estimado em 2022 numa análise de atividade comparativa, havendo naturalmente necessidade de financiar este sobrecusto.

i. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PREVISIONAL 2024 POR TRIMESTRES

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração da Posição Financeira Previsional da Empresa para os anos de 2024 por trimestres e comparação com os anos 2022 e 2023.

Rubricas		2022	2023	2023	1ºT2024	2ºT2024	3ºT2024	4ºT2024
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO								
Ativo não corrente								
Ativos sob direito de uso		89 193	773 961	356 483	393 804	342 300	252 558	384 615
Ativos intangíveis		161 318 361	179 567 685	171 233 800	174 349 950	175 904 090	176 989 440	177 726 403
Investimentos financeiros		23 632	19 671	26 659	26 659	26 659	26 659	26 659
Clientes, contribuintes e utentes		0	0	236 149	218 437	200 725	183 013	165 304
Desvio de Recuperação de Gastos		0	7 082 805	2 241 718	3 971 442	6 259 139	4 116 850	2 942 336
Ativos por impostos diferidos		4 687 809	6 280 339	5 207 396	5 105 523	4 949 372	5 828 223	6 521 478
	Subtotal	166 118 995	193 724 461	179 302 205	184 065 815	187 682 285	187 396 744	187 766 795
Ativo corrente								
Inventários		108 147	92 929	139 328	135 949	165 843	168 776	139 978
Clientes, contribuintes e utentes		6 100 538	7 153 906	7 452 460	7 493 464	7 195 158	9 877 964	9 774 263
Estado e outros entes públicos		323 967	910 518	797 438	815 440	468 150	273 100	153 932
Outras contas a receber		9 143 481	1 793 296	8 107 339	5 211 777	4 012 191	4 304 845	4 446 794
Caixa e depósitos		2 274 488	1 006 500	855 000	855 000	855 000	855 000	855 000
	Subtotal	17 950 622	10 957 149	17 351 565	14 511 629	12 696 343	15 479 685	15 369 967
	Total do Ativo	184 069 617	204 681 610	196 653 770	198 577 444	200 378 628	202 876 429	203 136 762

Rubricas		2022	2023	2023	1ºT2024	2ºT2024	3ºT2024	4ºT2024
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
PATRIMÓNIO LÍQUIDO								
Património / Capital		10 422 795	11 332 560	11 332 560	11 332 560	11 332 560	11 332 560	13 214 005
Reservas		142 067	174 508	2 340 363	2 340 363	2 340 363	2 340 363	3 021 714
Resultados transitados		1 580 096	2 196 471	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período		618 199	774 049	681 351	180 620	361 240	543 845	736 030
Total do Património Líquido		12 763 158	14 477 589	14 354 274	13 853 543	14 034 163	14 216 768	16 971 749
PASSIVO								
Passivo não corrente								
Financiamentos obtidos		57 045 455	58 839 379	58 590 909	59 545 288	60 755 229	61 716 037	58 590 909
Passivo da locação		21 252	788 518	190 861	108 924	217 847	326 771	435 695
Fornecedores		1 440 485	726 313	720 243	720 243	720 243	720 243	0
Amortizações de investimento futuro		6 598 667	13 147 881	7 834 971	9 067 414	10 435 440	11 887 620	12 057 675
Subsídios ao Investimento		91 177 561	92 640 459	95 967 488	96 228 424	96 046 004	95 834 710	96 334 168
Passivos por impostos diferidos		3 294 329	6 866 038	4 362 258	4 658 176	4 988 506	5 342 339	5 789 422
Desvio de Recuperação de Gastos		790 232	0	0	0	0	0	0
Subtotal		160 367 982	173 008 588	167 666 730	170 328 468	173 163 269	175 827 720	173 207 870
Passivo corrente								
Fornecedores		4 897 866	12 134 832	2 676 638	2 490 876	1 484 635	1 602 349	1 923 913
Estado e outros entes públicos		1 035 315	264 051	170 999	90 652	16 319	126 605	207 471
Financiamentos obtidos		1 189 752	4 454 545	7 401 307	7 239 858	6 660 429	6 083 360	6 238 927
Passivo da locação		43 071	342 005	59 159	41 298	82 596	123 894	165 192
Outras contas a pagar		3 772 472	0	4 324 663	4 532 749	4 937 218	4 895 732	4 421 640
Subtotal		10 938 477	17 195 433	14 632 767	14 395 433	13 181 196	12 831 941	12 957 143
Total do Passivo		171 306 459	190 204 022	182 299 496	184 723 901	186 344 465	188 659 661	186 165 013
Total do Património Líquido e Passivo		184 069 617	204 681 610	196 653 770	198 577 444	200 378 628	202 876 429	203 136 762

1.3 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas Previsional para os anos de 2024 a 2026 e comparação com os anos 2022 e 2023.

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2023	2023	2024	2025	2026
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Vendas		13 506 873	13 881 149	14 114 826	17 338 229	18 286 279	18 592 984
Prestações de serviços		5 800 257	7 155 039	6 132 990	9 163 928	11 546 928	12 062 855
Rendimentos de serviços de construção		10 465 511	22 164 974	14 616 193	9 649 235	34 834 895	35 025 736
Desvio de recuperação de gastos (Défice/superavit)		-727 301	8 080 829	3 031 950	681 762	-2 211 420	-1 134 009
Trabalhos para a própria entidade		814 673	1 116 953	763 085	749 719	1 713 662	1 414 158
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 107 892	-1 128 925	-1 175 191	-1 249 715	-1 251 229	-1 299 940
Gastos de serviços de construção		-10 465 511	-22 164 974	-14 616 193	-9 649 235	-34 834 895	-35 025 736
Fornecimentos e serviços externos		-8 597 855	-14 245 569	-10 672 369	-12 263 065	-10 739 402	-10 593 205
Gastos com pessoal		-4 522 315	-5 248 707	-4 847 782	-5 745 556	-6 632 694	-7 012 568
Outros rendimentos e ganhos		563 340	471 120	344 768	381 822	64 299	68 208
Outros gastos e perdas		-116 763	-121 160	-175 652	-162 095	-134 974	-156 464
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)		5 613 017	9 960 729	7 516 625	8 895 029	10 641 449	11 942 020
Gastos / reversões de depreciação e amortização		-7 519 888	-11 838 052	-8 178 906	-11 844 126	-12 350 707	-13 023 300
Subsídios ao Investimento		3 529 847	5 869 720	3 632 591	5 684 904	5 405 214	5 283 209
Resultado operacional (EBIT)		1 622 976	3 992 397	2 970 310	2 735 807	3 695 956	4 201 929
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor		1 622 976	3 992 397	2 970 310	2 735 807	3 695 956	4 201 929
Juros e rendimentos similares obtidos		286 453	198 618	378 523	459 501	267 389	34 357
Juros e gastos similares suportados		-1 100 244	-1 813 946	-2 105 531	-2 320 676	-2 602 685	-2 867 455
Resultado antes de impostos		809 185	2 377 069	1 243 302	874 633	1 360 660	1 368 831
Imposto sobre o rendimento		-190 986	-1 603 020	-561 951	-138 602	-500 815	-394 548
Resultado líquido do período		618 199	774 049	681 351	736 030	859 845	974 282

Os gastos e os réditos apresentados na Demonstração de Resultados Previsional resultam das atividades planeadas para o triénio 2024-2026 e previstas em Contrato de Gestão, sustentado na revisão do Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, não se prevendo o lançamento de novas tarefas e atividades que careçam de quantificação e aferição para análise da respetiva sustentabilidade, para além da já plasmada nos respetivos contratos e na revisão do EVEF que se encontra em fase de aprovação.

O volume de negócios previsto para 2024, expurgado do rédito dos serviços de construção e desvios de recuperação de gastos, apresenta um valor superior ao verificado nos anos de 2022 e 2023, em resultado da aplicação da tarifa prevista na revisão do EVEF, atualizada a 2024, para o fornecimento de água e serviço de tratamento de águas residuais, bem como à entrada em operação de infraestruturas novas, reabilitadas ou intervencionadas. Em relação à venda de água, o aumento resulta igualmente da atualização das tarifas, conforme previsto em Contrato de Gestão, não sendo expectável grandes variações ao nível dos volumes previstos fornecer em 2024.

No que diz respeito às rubricas de gastos, prevêem-se para 2024 algumas alterações significativas cuja análise mereceu particular destaque na introdução e que seguidamente se clarifica.

O custo das vendas representa em 2024 um valor ligeiramente superior ao verificado nos anos de 2022 e 2023, uma vez que não se esperam variações significativas no processo produtivo. Porém, em resultado de variações de preços que se iniciaram em 2022, espera-se que o gasto total venha a ser superior aos anos anteriores, mas em linha com o previsto na revisão do EVEF.

No entanto, no que diz respeito aos fornecimentos e serviços externos, verificamos um aumento muito significativo, mais 60% do que o verificado em anos anteriores, mas que resulta essencialmente da previsão de aumento de custo com energia, no valor de 2,599M€ e justificado no ponto 3.9 do Capítulo VI. Caso não houvesse esta variação do preço de energia, em resultado do contexto geopolítico internacional a rubrica de FSE estaria em linha ao verificado nos anos anteriores, prevendo-se também o regresso a uma normalidade após 2024.

O ano de 2024 será ainda um ano de transição, na medida em que se perspetiva o término do contrato de *outsourcing* e a internalização total da atividade de saneamento, fator que justifica a necessidade de contratação de 29 trabalhadores e 16 viaturas. Esta transição está prevista para o último trimestre de 2024, data em que ocorrerá o término do contrato. Atendendo a este facto, não é esperado que em 2024 sejam geradas grandes economias, até porque será necessário garantir a transição da atividade, porém nos anos seguintes estima-se uma redução dos gastos anuais em cerca de 800 mil euros.

Acresce ser de referir que o elevado nível de incumprimentos ambientais, seja por limitações de acompanhamento de um *outsourcing* da O&M de SAR, seja pelo histórico de elevadas restrições do passado levaram à acumulação de um passivo de lamas que se estimou em cerca de 2 milhões de euros a recuperar ao longo de 4 anos, entre 2022 e 2025, com um esforço anual na ordem dos 0,5 milhões de euros, pelo que na rubrica de tratamento de resíduos e lamas foi registado o respetivo efeito. Este passivo está essencialmente

associado a um conjunto de 42 ETAR com processo de tratamento por lagunagem, cuja responsabilidade de exploração foi assumida entre 2010 e 2013. Da avaliação efetuada na altura, constatou-se que, na maioria das instalações, a acumulação de lamas já era muito significativa, resultante da ausência de qualquer intervenção de limpeza no passado, situação que se foi mantendo pelas restrições orçamentais e que agora, em risco sistémico de incumprimento ambiental, foi definido um plano de recuperação do passivo constituído, resultando deste facto um significativo aumento na referida rubrica.

No que respeita à componente de conservação e reparação, também esta representa a necessidade de implementação progressiva da função de manutenção planeada, onde um histórico de insustentáveis níveis de execução do plano de manutenção, traduzem-se hoje num esforço acrescido para recuperação do défice acumulado de conservação das infraestruturas em elevado estado de degradação, e que nos remetem para gastos anuais mais concordantes com o valor de ativos de substituição, cujo total se espera vir a ascender a 330 milhões de euros.

Neste sentido, importa destacar que para 2024 se prevê um desvio de recuperação de gastos positivo (défice tarifário), o que demonstra que os rendimentos totais não serão suficientes para cobrirem a totalidade dos custos, incluindo a remuneração acionista. Este facto deve-se essencialmente à variação do custo de energia. Prevê-se que para 2025 e 2026 se regresse à tendência de desvios de recuperação de gastos positivos (superavitário), desde logo pela aposta na energia fotovoltaica, bem como na necessidade de atualização tarifária, incorporando dos défices tarifários acumulados até então.

No que concerne à remuneração acionista, importa salientar que, nos termos dos Contratos de Parceria e de Gestão e respetivos aditamentos, a mesma corresponde à remuneração do capital social e reservas, a uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas. A remuneração do Capital Social é ainda acrescida de um máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Uma vez que para o triénio 2024-2026 não se prevê que venham a ocorrer fatores que reduzam o risco do capital social investido, foi mantido o prémio de risco de 3 pontos percentuais, prevendo-se uma remuneração acionista total de 6,11% em 2024, 5,85% em 2025 e 5,78% em 2026.

i. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL DE 2024 POR TRIMESTRES

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional de 2024 por trimestres.

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2023	2023	1ºT2024	2ºT2024	3ºT2024	4ºT2024	2024
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Vendas		13 506 873	13 881 149	14 114 826	3 153 162	3 635 741	5 788 112	4 761 215	17 338 229
Prestações de serviços		5 800 257	7 155 039	6 132 990	1 857 141	1 768 457	2 707 704	2 830 627	9 163 928
Rendimentos de serviços de construção		10 465 511	22 164 974	14 616 193	2 412 309	2 412 309	2 412 309	2 412 309	9 649 235
Défice/superávit tarifário de recuperação de custos		-727 301	8 080 829	3 031 950	1 710 867	2 287 697	-2 142 288	-1 174 514	681 762
Trabalhos para a própria entidade		814 673	1 116 953	763 085	156 112	183 514	206 702	203 391	749 719
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 107 892	-1 128 925	-1 175 191	-280 960	-300 443	-367 142	-301 170	-1 249 715
Gastos de serviços de construção		-10 465 511	-22 164 974	-14 616 193	-2 412 309	-2 412 309	-2 412 309	-2 412 309	-9 649 235
Fornecimentos e serviços externos		-8 597 855	-14 245 569	-10 672 369	-2 787 636	-3 521 685	-3 111 775	-2 841 968	-12 263 065
Gastos com pessoal		-4 522 315	-5 248 707	-4 847 782	-1 502 589	-1 490 919	-1 149 879	-1 602 170	-5 745 556
Outros rendimentos e ganhos		563 340	471 120	344 768	96 611	96 611	96 611	91 990	381 822
Outros gastos e perdas		-116 763	-121 160	-175 652	-27 424	-31 729	-47 810	-55 132	-162 095
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)		5 613 017	9 960 729	7 516 625	2 375 283	2 627 245	1 980 234	1 912 267	8 895 029
Gastos / reversões de depreciação e amortização		-7 519 888	-11 838 052	-8 178 906	-2 737 132	-3 071 110	-3 272 166	-2 763 718	-11 844 126
Subsídios ao Investimento		3 529 847	5 869 720	3 632 591	1 305 160	1 477 987	1 583 147	1 318 610	5 684 904
Resultado operacional (EBIT)		1 622 976	3 992 397	2 970 310	943 312	1 034 122	291 214	467 159	2 735 807
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor		1 622 976	3 992 397	2 970 310	943 312	1 034 122	291 214	467 159	2 735 807
Juros e rendimentos similares obtidos		286 453	198 618	378 523	115 609	110 325	102 582	130 985	459 501
Juros e gastos similares suportados		-1 100 244	-1 813 946	-2 105 531	-567 513	-582 890	-593 285	-576 988	-2 320 676
Resultado antes de impostos		809 185	2 377 069	1 243 302	491 408	561 557	-199 489	21 157	874 633
Imposto sobre o rendimento		-190 986	-1 603 020	-561 951	-310 788	-380 937	382 094	171 029	-138 602
Resultado líquido do período		618 199	774 049	681 351	180 620	180 620	182 605	192 186	736 030

I.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional para os anos de 2024 a 2026 e comparação com os anos 2022 e 2023.

RUBRICAS		2022	2023	2023	2024	2025	2026
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais							
Recebimentos de clientes		21 487 973	21 580 468	22 038 307	26 172 617	31 566 245	32 612 428
Pagamentos a fornecedores		-12 005 668	-18 000 413	-15 235 821	-15 880 403	-15 311 625	-13 197 992
Pagamentos ao pessoal		-4 346 229	-4 956 854	-4 689 273	-4 816 158	-5 559 794	-5 878 220
Caixa gerada pelas operações		5 136 076	-1 376 799	2 113 214	5 476 055	10 694 826	13 536 216
Outros recebimentos/pagamentos		75 218	2 418 528	-132 726	1 523 907	-1 671 924	-1 737 252
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		5 211 294	1 041 728	1 980 488	6 999 962	9 022 902	11 798 964
Fluxos de caixa das atividades de investimento							
Pagamentos respeitantes a:							
Ativos intangíveis		-9 163 257	-21 933 351	-16 787 809	-14 836 666	-34 834 895	-35 025 736
Recebimentos provenientes de:							
Subsídios ao investimento		3 065 827	14 060 280	6 578 213	9 456 542	18 881 779	18 985 222
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-6 097 430	-7 873 071	-10 209 596	-5 380 124	-15 953 116	-16 040 514
Fluxos de caixa das atividades de financiamento							
Recebimentos provenientes de:							
Financiamentos obtidos		22 500 001	7 549 591	7 774 273	3 080 908	8 801 187	7 983 304
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		698 600	909 765	1 580 960	1 881 445	1 831 420	870 570
Outras operações de financiamento		0	0	27 477	51 685	0	0
Pagamentos respeitantes a:							
Financiamentos obtidos		-20 454 546	-454 546	-454 546	-4 454 546	-1 099 707	-1 744 869
Juros e gastos similares		-852 215	-1 573 993	-2 118 545	-2 179 330	-2 602 685	-2 867 455
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		1 891 840	6 430 817	6 809 620	-1 619 838	6 930 215	4 241 550
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		1 005 704	-400 525	-1 419 488	0	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 268 785	1 407 025	2 274 488	855 000	855 000	855 000
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 274 488	1 006 500	855 000	855 000	855 000	855 000

A AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A. tem solicitado nos últimos anos à Secretaria de Estado do Tesouro a dispensa parcial do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, tendo como base de fundamentação a necessidade de algumas Empresas do Grupo Águas de Portugal terem de recorrer a linhas de financiamento de curto, médio e longo prazo.

Desta forma, o pressuposto subjacente ao presente plano de orçamento e atividades assenta no princípio de que em 2024 o regime de exceção será solicitado e que merecerá acolhimento pelo titular da função acionista.

As fontes de financiamento da empresa são constituídas por linhas de suprimento e apoio de tesouraria do acionista, Banco Europeu do Investimento, pela realização de capital próprio e, ainda, pela tarifa praticada aos utilizadores do sistema.

i. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL DE 2024 POR TRIMESTRES

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional de 2024 por trimestre e comparação com os anos 2022 e 2023.

RUBRICAS		2022	2023	2023	1ºT2024	2ºT2024	3ºT2024	4ºT2024	2024
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais									
Recebimentos de clientes		21 487 973	21 580 468	22 038 307	5 372 246	6 124 039	6 412 539	8 263 794	26 172 617
Pagamentos a fornecedores		-12 005 668	-18 000 413	-15 235 821	-3 449 160	-4 469 145	-4 245 286	-3 716 813	-15 880 403
Pagamentos ao pessoal		-4 346 229	-4 956 854	-4 689 273	-1 208 493	-1 208 506	-904 234	-1 494 925	-4 816 158
Caixa gerada pelas operações		5 136 076	-1 376 799	2 113 214	714 593	446 388	1 263 019	3 052 056	5 476 055
Outros recebimentos/pagamentos		75 218	2 418 528	-132 726	193 662	668 386	321 954	339 904	1 523 907
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		5 211 294	1 041 728	1 980 488	908 255	1 114 774	1 584 974	3 391 960	6 999 962
Fluxos de caixa das atividades de investimento									
Pagamentos respeitantes a:									
Ativos intangíveis		-9 163 257	-21 933 351	-16 787 809	-4 678 795	-4 020 543	-2 486 363	-3 650 965	-14 836 666
Recebimentos provenientes de:									
Subsídios ao investimento		3 065 827	14 060 280	6 578 213	4 465 896	2 491 831	1 082 410	1 416 405	9 456 542
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-6 097 430	-7 873 071	-10 209 596	-212 899	-1 528 711	-1 403 954	-2 234 559	-5 380 124

RUBRICAS		2022	2023	2023	1ºT2024	2ºT2024	3ºT2024	4ºT2024	2024
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa das atividades de financiamento									
Recebimentos provenientes de:									
Financiamentos obtidos		22 500 001	7 549 591	7 774 273	279 999	714 766	798 956	1 287 188	3 080 908
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		698 600	909 765	1 580 960	0	0	0	1 881 445	1 881 445
Outras operações de financiamento		0	0	27 477	13 281	13 041	12 801	12 561	51 685
Pagamentos respeitantes a:									
Financiamentos obtidos		-20 454 546	-454 546	-454 546	-227 273	0	-227 273	-4 000 000	-4 454 546
Juros e gastos similares		-852 215	-1 573 993	-2 118 545	-761 363	-313 869	-765 504	-338 595	-2 179 330
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		1 891 840	6 430 817	6 809 620	-695 356	413 938	-181 020	-1 157 400	-1 619 838
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		1 005 704	-400 525	-1 419 488	0	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 268 785	1 407 025	2 274 488	855 000	855 000	855 000	855 000	855 000
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 274 488	1 006 500	855 000	855 000	855 000	855 000	855 000	855 000

As variações das rubricas da demonstração de fluxos de caixa previsional resultam do processo orçamental que reflete a atividade corrente, de investimento e financeira projetada para 2024, não se prevendo variações significativas para além das variações justificadas no documento Plano de Atividades e Orçamento para 2024.

Ao analisar as rubricas com maior expressão podemos observar a estabilização dos recebimentos de clientes em resultado do cumprimento, pela maioria dos clientes, dos prazos de pagamento.

Conforme se pode verificar na rubrica de pagamento de ativos intangíveis, o triénio 2024-2026 continuará a ser marcado pela execução dos investimentos previstos em contrato de gestão. Em contrapartida, a AgdA prevê receber o respetivo subsídio comunitário, parcialmente abrangidos por contratos de financiamento já contratualizados com o PO SEUR e REACT-EU, partindo-se do pressuposto que o restante investimento venha a ser também este participado em pelo menos 70%.

É ainda de referir que para o ano 2024 e seguintes, foi previsto o aumento do Capital Social em 1,881 milhões de euros, 1,831 milhões de euros e 0,871 milhões de euros, de acordo com o previsto na revisão do EVEF, o que contribuirá para mitigar a necessidade de aumento do financiamento, uma vez que será necessário ainda recorrer a empréstimos para garantia da componente nacional do investimento previsto.

2. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS PARA O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Os pressupostos macroeconómicos utilizados foram indicados, sempre que aplicável, pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças através do Despacho 324/2023-SET de 3 de agosto de 2023, pelas recomendações da ERSAR na qualidade de entidade reguladora do Setor, aprovadas no seu Conselho de Administração de 18 de junho de 2023, pelos Acionistas AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A. e AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão de Água Pública do Alentejo e pela Comissão de Parceria na qualidade de órgão supervisor da Empresa.

Pressupostos Macroeconómicos	Estimativa 2023	Orçamento 2024	Projeção 2025	Projeção 2026
Taxas de Financiamento e Remuneração Acionista				
Euribor 1m	3,60%	3,20%	2,70%	2,70%
Euribor 3m	3,80%	3,40%	2,90%	2,90%
Euribor 6m	4,10%	3,70%	3,20%	3,20%
Euribor 12m	4,30%	3,90%	3,40%	3,40%
OT	3,09%	3,09%	3,09%	3,09%
Remuneração de Capitais Próprios ⁽¹⁾	6,24%	6,11%	5,85%	5,78%
Spread financiamentos bancários curto prazo	0,88%	0,88%	0,88%	0,88%
Spread apoios AdP SGPS curto prazo	1,60%	1,60%	1,60%	1,60%
Spread apoios AdP SGPS médio e longo prazo	1,70%	1,70%	1,70%	1,70%
Financiamentos BEI Existentes	0,623%	0,623%	0,623%	0,623%
Financiamentos BEI Novos	3,251%	3,251%	3,251%	3,251%
Juros de Mora				
Aplicáveis às dívidas dos Municípios	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Taxas de Atualização de Preços				
Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC)	5,20%	3,30%	2,10%	2,10%
Índice de Produtividade de Fatores ⁽²⁾	-0,74%	31,36%	2,00%	2,00%
Gastos com Pessoal				
Atualização salarial	Acordo Coletivo de Trabalho	Acordo Coletivo de Trabalho	Acordo Coletivo de Trabalho	Acordo Coletivo de Trabalho
Impostos				
Imposto sobre o Rendimento de pessoas Coletivas (IRC)	21%	21%	21%	21%
Derrama Estadual	1,35%	1,35%	1,35%	1,35%

⁽¹⁾ Calculado nos termos do Contrato de Gestão

⁽²⁾ Calculado nos termos do Contrato de Gestão e aplicado às tarifas após 01 de julho de cada ano

3. ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO 2024 A 2026

O cumprimento das Orientações Financeiras para o triénio 2024-2026 pode ser verificado de forma global no seguinte quadro resumo:

IEIPG	2023	2024	2025	2026
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO				
a) Volume de negócios	20 248	26 502	29 833	30 656
b) EBIT, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor	2 970	2 736	3 696	4 202
b)* EBIT Ajustado de Desvio de recuperação de Gastos	-62	2 054	4 947	3 870
c) Resultado líquido	681	736	860	974
c)* Resultado líquido Ajustado de Desvio de Recuperação de Gastos	-2 351	54	2 947	1 870
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	2%	1%	2%	2%
d)* Rentabilidade do Ativo (ROA) Ajustado de Desvios de Recuperação de Gastos	0%	1%	3%	2%
e) Rentabilidade dos RH	17 893x	12 550x	16 648x	18 675x
e)* Rentabilidade dos RH Ajustado de Desvios de Recuperação de Gastos	-371x	9 422x	26 610x	23 715x
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	5,03%	4,70%	4,69%	4,73%
f)* Rentabilidade do Capital Próprio (ROE) Ajustado de Desvios de Recuperação de Gastos	-17,34%	0,35%	16,77%	10,24%
g) Endividamento líquido de novos investimentos	77 325	76 504	69 457	82 442
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0
i) Volume de negócios (real)	20 248	26 502	29 833	30 656
ii) Gastos operacionais (€)	14 420	16 444	18 376	18 633
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS				
Gastos operacionais (corrigido do IPC)	14 420	15 980	17 998	18 267

3.1 ALÍNEA A) CRESCIMENTO DO VOLUME DE NEGÓCIOS E MAXIMIZAÇÃO DAS RECEITAS MERCANTIS

O volume de negócios resulta da aplicação de uma tarifa definida na revisão do EVEF para os anos de 2024 a 2026 que se encontra em fase final de aprovação pelos Parceiros e pela Comissão de Parceria. A tarifa compreende uma componente fixa, aplicada em função da População Potencialmente Servida e Alojamentos Potencialmente Servidos, visando tendencialmente o ressarcimento de todos os custos fixos da empresa, e uma componente variável aplicada aos volumes efetivamente fornecidos / tratados. Referir ainda que a atualização da tarifa é sujeita a parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

As tarifas compreendem uma componente fixa, aplicada em função da População Potencialmente Servida e Alojamentos Potencialmente Servidos, visando tendencialmente o ressarcimento de todos os custos fixos da empresa e, uma componente variável aplicada aos metros cúbicos efetivamente fornecidos / tratados.

Assim, as tarifas previstas em Plano de Atividades e Orçamento de 2024 são as que constam da revisão do EVEF, que se encontra em fase de aprovação, atualizadas pelo Índice de Produtividade de Fatores (IPF), nomeadamente:

Atualização da Tarifa de Acordo com Anexo IV do Contrato de Gestão (n.º I da Clausula 17.ª do Contrato de Gestão)				
As Tarifas são definidas no anexo III ao presente contrato, devendo ser anualmente atualizadas pela EGP, de acordo com o Índice de Produtividade de Fatores (IPF), vertido na fórmula constante do Anexo IV				
Formula de Atualização	$T_{n+1} = T_n \times IPF$			
	Componente Fixa AA	Componente Variável AA	Componente Fixa AR	Componente Variável AR
T n	28,5002	0,5245	26,6425	0,4747
IPF	31,3605%	31,3605%	31,3605%	31,3605%
Varição	8,9378	0,1645	8,3552	0,1489
T n+1	37,4380	0,6890	34,9977	0,6235

A quantidade de água fornecida e tratada depende de fatores de procura, externos à empresa, estimando-se que no ano de 2024 os volumes se venham a manter em linha com os anos anteriores. No que diz respeito à atividade de saneamento, importa referir que apenas a partir de 2016 a AgdA pratica a tarifa de saneamento para as infraestruturas construídas, remodeladas, e que não necessitem de investimento, sendo que às restantes infraestruturas, que são alvo de investimento por parte da empresa, é efetuado o ressarcimento dos gastos com a atividade operacional, sendo estes registados na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais.

Referir que a variação positiva que se verifica está relacionada com a conclusão de investimentos programados e, consequentemente, com o início da atividade operacional dessas infraestruturas, levando a que se comece a praticar a tarifa prevista, tendo-se iniciado a faturação das ETAR da Comporta, ETAR do Rosário e a localidade de Guerreão a partir da ETAR de São Teotónio, em 2022, e das ETAR de Campo Redondo, ETAR de Sabóia e ETAR de A-do-Pinto em 2023. Em 2024 prevê-se ainda a conclusão da ETAR de Cuba, no Concelho de Cuba. Ao nível do abastecimento, o serviço passará a ser garantido pela AgdA, nomeadamente no uqe se refere às localidades de São Miguel e Baiona, através da expansão em baixa do Município de Odemira (rede do Brejão), e Fazendas do Cortiço, São Geraldo, Silveiras, Lavre e Ciborro, pela integração destes lugares do Município de Montemor-o-Novo.

IEIPG	2023	2024	2025	2026	2024 vs 2023	2025 vs 2024	2026 vs 2025	Variação média anual do triénio	Cumpre 1ª ano			Cumpre Triénio		
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	N/A	S	N	N/A
	ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO													
a) Volume de negócios	20 248	26 502	29 833	30 656	31%	13%	3%	15%	S			S		

Pela análise do quadro acima, poderemos verificar que, quer no ano de 2024, com um crescimento de 31%, quer no conjunto dos anos do triénio, com um crescimento médio de 15%, o volume de negócios da empresa tem um crescimento gradual e superior ao crescimento do conjunto dos gastos operacionais, que se cifra em 9%, **cumprindo** com as orientações estratégicas.

3.2 ALÍNEA B) EVOLUÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL (EBIT)

No quadro seguinte será possível avaliar o cumprimento das orientações estratégicas quanto à melhoria do Resultado Operacional para o ano de 2024, bem como no triénio 2024-2026:

IEIPG	2023	2024	2025	2026	2024 vs 2023	2025 vs 2024	2026 vs 2025	Variação média anual do triénio	Cumpre 1ª ano			Cumpre Triénio		
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	N/A	S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO														
b) EBIT, líq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	2 970	2 736	3 696	4 202	-235	960	506	411	N			S		
b)' EBIT Ajustado de Desvio de recuperação de Gastos	-62	2 054	4 947	3 870	2 116	2 893	-1 077	1 310	S			S		

Conforme referido no ponto 1.1 do capítulo VI, as demonstrações financeiras da AgdA revestem-se de algumas particularidades que importam ajustar nos indicadores e rácios, tais como dos Desvios de Recuperação de Gastos, IFRIC 12 e Subsídios ao Investimento, cuja justificação de ajustamento foi devidamente já apresentada no referido capítulo.

Assim, no que respeita à evolução do resultado operacional importará avaliar o indicador ajustado. Neste contexto, a proposta de plano de atividades e orçamento para 2024 evidencia um crescimento de 2,116 milhões de euros face a 2023 e um crescimento médio no triénio de 1,310 milhões de euros **cumprindo** com as orientações estratégicas.

3.3 ALÍNEA C) EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

No quadro seguinte será possível avaliar o cumprimento das orientações estratégicas quanto à melhoria do Resultado Líquido para o ano de 2024, bem como no triénio 2024-2026:

IEIPG	2023	2024	2025	2026	2024 vs 2023	2025 vs 2024	2026 vs 2025	Variação média anual do triénio	Cumpre 1ª ano			Cumpre Triénio		
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	N/A	S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO														
c) Resultado líquido	681	736	860	974	55	124	114	98	S			S		
c)' Resultado líquido Ajustado de Desvio de Recuperação de Gastos	-2 351	54	2 947	1 870	2 405	2 893	-1 077	1 407	S			S		

Conforme referido no ponto 1.1 do capítulo VI, as demonstrações financeiras da AgdA revestem-se de algumas particularidades que importam ajustar nos indicadores e rácios, tais como dos Desvios de Recuperação de Gastos, IFRIC 12 e Subsídios ao Investimento, cuja justificação de ajustamento foi devidamente apresentada no referido capítulo.

Assim, no que respeita à melhoria do resultado líquido importará avaliar o indicador ajustado tendo em conta que o resultado líquido apresentado corresponde à remuneração Acionista. Neste contexto a proposta de plano de atividades e orçamento para 2024 evidencia uma melhoria do resultado líquido em 2,405 milhões de euros face a 2023 e um crescimento médio no triénio de 1,407 milhões de euros **cumprindo** com as orientações estratégicas.

3.4 ALÍNEA D) EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE DO ATIVO (ROA)

No quadro seguinte será possível avaliar o cumprimento das orientações estratégicas quanto à evolução da Rentabilidade do Ativo (ROA) para o ano de 2024 bem como no triénio 2024-2026:

IEIPG	2023 Estimativa	2024 Previsão	2025 Previsão	2026 Previsão	2024 vs 2023	2025 vs 2024	2026 vs 2025	Varição média anual do triénio	Cumprir 1º ano			Cumprir Triénio		
									S	N	N/A	S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO														
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	2%	1%	2%	2%	-0,2 p.p.	0,4 p.p.	0,1 p.p.	0,1 p.p.	N			S		
d)* Rentabilidade do Ativo (ROA) Ajustado de Desvios de Recuperação de Gastos	0%	1%	3%	2%	1,1 p.p.	1,7 p.p.	-0,5 p.p.	0,8 p.p.	S			S		

Conforme referido no ponto 1.1 do capítulo VI, as demonstrações financeiras da AgdA revestem-se de algumas particularidades que importam ajustar nos indicadores e rácios, tais como dos Desvios de Recuperação de Gastos, IFRIC 12 e Subsídios ao Investimento, cuja justificação de ajustamento foi devidamente apresentada no referido capítulo.

Assim, no que respeita à evolução da Rentabilidade do Ativo importará avaliar o indicador ajustado tendo em conta que para análise do indicador deverá ser utilizado o EBIT Ajustado. Neste contexto, a proposta de plano de atividades e orçamento para 2024 evidencia uma evolução positiva da Rentabilidade do Ativo em 1,1% face a 2023 e um crescimento médio no triénio de 0,8% milhões de euros **cumprindo** com as orientações estratégicas.

A este respeito importa esclarecer que os investimentos programados procuram: i) melhorias no processo operacional tendo em vista a melhoria do serviço prestado seja na qualidade de água fornecida, seja na redução de incumprimentos ambientais; ii) a otimização de gastos, como por exemplo a aposta na produção fotovoltaica que permitirá numa primeira fase reduzir a dependência externa e, consequentemente, a redução do custo energético e; iii) o alargamento do sistema com novas infraestruturas, permitindo começar a faturar novas infraestruturas de saneamento, como por exemplo, a ETAR de Cuba.

3.5 ALÍNEA E) EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE DOS RH

No quadro seguinte será possível avaliar o cumprimento das orientações estratégicas quanto à evolução da Rentabilidade dos Recursos Humanos para o ano de 2024, bem como no triénio 2024-2026:

IEIPG	2023 Estimativa	2024 Previsão	2025 Previsão	2026 Previsão	2024 vs 2023	2025 vs 2024	2026 vs 2025	Varição média anual do triénio	Cumpre 1 ^a ano			Cumpre Triénio		
									S	N	N/A	S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO														
e) Rentabilidade dos RH	17 893x	12 550x	16 648x	18 675x	-5 344x	4 099x	2 027x	261x	N			S		
e)* Rentabilidade dos RH Ajustado de Desvios de Recuperação de Gastos	-371x	9 422x	26 610x	23 715x	9 794x	17 188x	-2 895x	8 029x	S			S		

Conforme referido no ponto 1.1 do capítulo VI, as demonstrações financeiras da AgdA revestem-se de algumas particularidades que importam ajustar nos indicadores e rácios, tais como dos Desvios de Recuperação de Gastos, IFRIC 12 e Subsídios ao Investimento, cuja justificação de ajustamento foi devidamente apresentada no referido capítulo.

Assim, no que respeita à evolução da Rentabilidade dos Recursos Humanos importará avaliar o indicador ajustado, tendo em conta que para análise do indicador deverá ser utilizado o EBIT Ajustado. Neste contexto, a proposta de plano de atividades e orçamento para 2024 evidencia uma evolução positiva da Rentabilidade dos Recursos Humanos 9 794 euros/trabalhador face a 2023 e um crescimento médio no triénio de 8 029 euros/trabalhador **cumprindo** com as orientações estratégicas.

A este respeito importa ter presente que a estratégia de curto prazo passa pela otimização dos recursos humanos da empresa, com uma aposta na internalização total da atividade de saneamento. Importa ainda destacar que a empresa tem tido dificuldades na atratividade e retenção dos seus quadros de pessoal, porém a aposta na formação e capacitação dos trabalhadores mantém-se como uma das prioridades estratégicas da atuação da empresa, de forma a otimizar os seus recursos e por outro, procurar melhorias no processo produtivo que permitam uma maior eficiência operacional.

3.6 ALÍNEA F) EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO (ROE)

No quadro seguinte será possível avaliar o cumprimento das orientações estratégicas quanto à evolução da Rentabilidade do Capital Próprio (ROE) para o ano de 2024, bem como no triénio 2024-2026:

IEIPG	2023	2024	2025	2026	2024 vs 2023	2025 vs 2024	2026 vs 2025	Variaçã o média anual do triénio	Cumpre 1 ^a ano			Cumpre Triénio		
	Estimativ a	Previsã o	Previsã o	Previsã o					S	N	N/A	S	N	N A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO														
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	5,03%	4,70%	4,69%	4,73%	-0,3 p.p.	0,0 p.p.	0,0 p.p.	-0,1 p.p.	N			N		
f*) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE) Ajustado de Desvios de Recuperação de Gastos	-17,34%	0,35%	16,77%	10,24%	17,7 p.p.	16,4 p.p.	-6,5 p.p.	9,2 p.p.	S			S		

Conforme referido no ponto 1.1 do capítulo VI, as demonstrações financeiras da AgdA revestem-se de algumas particularidades que importam ajustar nos indicadores e rácios, tais como dos Desvios de Recuperação de Gastos, IFRIC 12 e Subsídios ao Investimento, cuja justificação de ajustamento foi devidamente apresentada no referido capítulo.

Assim, no que respeita à evolução da Rentabilidade do Capital Próprio importará avaliar o indicador ajustado, tendo em conta que para análise do indicador deverá ser utilizado o EBIT Ajustado. Neste contexto, a proposta de plano de atividades e orçamento para 2024 evidencia uma evolução positiva da Rentabilidade do Capital Próprio de 17.7% face a 2023 e um crescimento médio no triénio de 9,2%, **cumprindo** com as orientações estratégicas.

A este respeito importa destacar o crescimento do Capital Próprio previsto que permitirá mitigar o aumento de endividamento cumprindo com a estratégia de financiamento dos investimentos programados, nomeadamente com 5% de Capital Próprio, 5% com a constituição de Reservas Livres, 70% a fundos perdidos por participações comunitárias e o remanescente através de linhas de financiamento de médio / longo Prazo. Com esta realização tem sido possível a realização de investimentos que procuram evoluir positivamente o Volume de Negócios, assim como a redução de gastos em atividade comparável, melhorando o EBIT da Empresa.

3.7 ALÍNEA G) EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DE NOVOS INVESTIMENTOS

No quadro seguinte será possível avaliar o cumprimento das orientações estratégicas quanto à evolução do endividamento Líquido de Novos Investimentos para o ano de 2024, bem como no triénio 2024-2026:

IEIPG	2023	2024	2025	2026	2024 vs 2023	2025 vs 2024	2026 vs 2025	Variação média anual do triénio	Cumpre 1ª ano			Cumpre Triénio					
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	N/A	S	N	N/A			
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO																	
g) Endividamento líquido de novos investimentos					77 325	76 504	69 457	82 442	-821	-8 587	1 746	-2 554	S			S	

No que respeita ao endividamento, e conforme o quadro abaixo, com a estratégia prevista será possível em 2024 reduzir o endividamento, em termos reais, em cerca de 821 mil euros comparativamente com o ano de 2023 e, em termos médios, alcançar no triénio uma redução de 2,554 milhões de euros, **cumprindo** com as orientações estratégicas.

Subjacente a esta estratégia está a realização de investimentos da empresa apenas com recurso a financiamentos comunitários a fundo perdido, procurando mitigar o encargo associado às tarifas. A empresa procurará ainda recuperar todos os ativos convertíveis em tesouraria, nomeadamente no que respeita à dívida de clientes e recuperação de fundos comunitários.

Relativamente aos novos investimentos, é expurgado do cálculo do valor do investimento previsto em cada exercício, conforme identificado na tabela do ponto 4, capítulo IV.

Endividamento (fórmula)	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	10 422 795	11 332 560	11 332 560	13 214 005	15 045 425	15 915 995	1 881 445	17%
Financiamento remunerado	58 235 207	63 293 924	65 992 216	64 829 836	65 651 103	71 104 329	-1 162 380	-2%
(-) Novos investimentos com expressão material Líquido de subsídio				-1 540 194	-11 239 992	-4 578 038	-1 540 194	
Endividamento líquido de novos investimentos	68 658 002	74 626 484	77 324 776	76 503 647	69 456 536	82 442 286	-821 129	-1,1%
Endividamento líquido de novos investimentos, de acordo com o DLEO 2023	68 658 002	74 626 484	77 324 776	76 503 647	69 456 536	82 442 286	-821 129	-1,1%
Δ de endividamento		5 968 483	8 666 775	-821 129	-8 587 305	1 745 758		
Δ de endividamento (%)		8,69%	12,62%	-1,06%	-11,00%	2,16%	-13,7 p.p.	

3.8 ALÍNEA H) EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (ARREARS)

Em orçamento para 2024 verifica-se uma recuperação do prazo médio de pagamento em 11 dias face ao previsto para 2023, representando este último uma redução de 17 dias face a 2022.

No quadro seguinte apresenta-se o prazo médio de pagamento e as dívidas a fornecedores estimado para o ano de 2024 calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, atualizada pelo Despacho n.º 9870/2009.

Outros	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	57	56	40	29	29	29	-11	-28%

Segue abaixo o cálculo detalhado por trimestres relativo ao ano de 2024.

Outros	1ºT2024	2ºT2024	3ºT2024	4ºT2024	2024
	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Gastos (CMVMC + FSE + Outros + Investimento) (Euros)	5 508 329	6 266 165	5 939 036	5 610 579	23 324 109
Dívida a Fornecedores (Euros)	2 490 876	1 484 635	1 602 349	1 923 913	1 875 443
Prazo Médio de Pagamento	41	22	25	31	29

A AgDA não prevê a existência de pagamentos em atraso (*arrears*) e apresenta prazos médios de pagamento adequados e resultantes dos prazos de pagamento acordados com os seus fornecedores, pelo que são **cumpridas** as orientações estratégicas

IEIPG	2023	2024	2025	2026	2024 vs 2023	2025 vs 2024	2026 vs 2025	Variação média anual do triénio	Cumpre 1ª ano			Cumpre Triénio			
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	N/A	S	N	N/A	
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO															
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)					0	0	0	0	0			N/A			N/A

3.9 EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Para análise do indicador importa ter presente a evolução da atividade da empresa, uma vez que se encontra em fase de investimento e consequentemente com alteração de soluções tecnológicas em infraestruturas herdadas dos municípios já degradadas e com o arranque de novas infraestruturas, e ainda, sujeita a impactos climáticos muito relevantes que afetam particularmente a região Sul e interior do nosso País, concretamente o Alentejo, o que se traduz numa necessidade acrescida de resiliência dos sistemas, nomeadamente no que respeita à adequação de processos de tratamento pela degradação da qualidade de água bruta como pela escassez desta em determinadas regiões do Alentejo. Assim, não é completamente possível exercer uma comparabilidade entre os exercícios por, em cada um dos anos, a atividade não ser igualmente comparável não só pelo facto do investimento realizado trazer novas soluções técnicas e alterações ao *Modus Operandi* dos sistemas, mas também pelo facto de com a conclusão dos investimentos irem entrando em funcionamento novas infraestruturas. Para além disso, deve ser referida a alteração do quadro legal associado à qualidade da água para consumo humano, que, entre outros aspetos, apresenta novas disposições associadas à avaliação de conformidade, monitorização, avaliação de risco e disponibilização da informação.

Como referido anteriormente no relatório, tem-se verificado em certas partes do território do SPPIA Alentejo uma antecipação de determinadas condições climáticas previstas nos modelos climáticos apenas para meados do século XXI. A tendência decrescente dos níveis de precipitação, e consequentemente de escoamento, e crescente dos valores de temperatura, tem provocado, nos últimos anos, uma pressão acrescida na disponibilidade dos recursos hídricos, muitas vezes conjugada com o aumento da procura, o que obriga a uma gestão cada vez mais proativa e flexível. Apesar disso, a empresa sempre se mostrou sustentável, evidenciando nas suas contas anuais resultados positivos através da acumulação de desvios de recuperação de gastos negativos (*superavit* tarifário) devidamente auditados por entidade independente e vertidos nos Relatórios & Contas anuais da empresa. Devido às circunstâncias geopolíticas internacionais, com aumentos muito significativos no custo de energia e de aquisições de bens e serviços, prevê-se que esta situação se altere em 2023 e em 2024, com desvios de recuperação de gastos positivos (défice tarifário) pese embora se espere o regresso a uma normalidade já em 2025 e 2026, desde logo com a aposta em energias renováveis.

Merece também especial relevo a eficiência da empresa que, numa gestão financeira pautada pelo baixo custo, se preveem melhorias significativas no que diz respeito ao serviço de abastecimento de água e saneamento, com destaque para a qualidade de água para abastecimento e na qualidade de águas residuais tratadas.

É neste contexto que a empresa se propõe para o exercício de 2024 a manter o nível de serviço público prestado com estrito cumprimento pelas orientações transmitidas à empresa, mantendo elevados os padrões de qualidade e serviço público aos cerca de 250 mil habitantes, pese embora os resultados financeiros apresentados e que se esperam vir a ser corrigidos na sequência da revisão tarifária, conforme anteriormente referido.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do Plano de Redução de Gastos (PRC) da AgdA estimado para o ano de 2024 e seguintes corrigido de impactos decorrentes de fatores excecionais como o aumento do custo com energia em resultado do contexto geopolítico internacional, conforme ponto seguinte, devendo observar-se o resultado do PRC abaixo e que se cifra em 62,05% que compara com 71,22% de 2023 e num sentido de continua redução quando comparado com os anos anteriores.

Eficiência operacional	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-14 228 063	-20 623 200	-16 695 342	-19 258 335	-18 623 326	-18 905 713	-2 562 993	-15,4%
CMVMC	-1 107 892	-1 128 925	-1 175 191	-1 249 715	-1 251 229	-1 299 940	-74 524	-6,3%
FSE	-8 597 855	-14 245 569	-10 672 369	-12 263 065	-10 739 402	-10 593 205	-1 590 696	-14,9%
Gastos com pessoal	-4 522 315	-5 248 707	-4 847 782	-5 745 556	-6 632 694	-7 012 568	-897 773	-18,5%
Impactos decorrentes de obrigações legais	241 617	5 883 566	2 275 568	2 814 608	247 390	273 181	539 040	24%
Impacto Eventos Geopolíticos e Energia	0	5 638 850	2 054 267	2 636 184	0	0	581 917	0
Impacto de valorizações remuneratórias obrigatórias	241 617	244 716	221 301	178 424	247 390	273 181	-42 877	0
Gastos operacionais ajustados	13 986 446	14 739 634	14 419 774	16 443 728	18 375 936	18 632 532	2 023 954	14,0%
Volume de negócios	19 307 130	21 036 188	20 247 816	26 502 157	29 833 207	30 655 839	6 254 341	30,9%
Vendas	13 506 873	13 881 149	14 114 826	17 338 229	18 286 279	18 592 984	3 223 403	22,8%
Prestações de Serviços	5 800 257	7 155 039	6 132 990	9 163 928	11 546 928	12 062 855	3 030 938	49,4%
Volume de Negócios ajustado	19 307 130	21 036 188	20 247 816	26 502 157	29 833 207	30 655 839	6 254 341	30,9%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	72,44%	70,07%	71,22%	62,05%	61,60%	60,78%	-9,17%	

Da análise ao quadro anterior, a AgdA **dá cumprimento** à Eficiência Operacional na medida em que o rácio de Gastos Operacionais pelo Volume de Negócios tem vindo a seguir uma tendência de redução do rácio com ajustamento dos encargos suportados de energia e a seguir justificados, mas também pelo crescimento do volume de negócios da empresa com um aumento expressivo das tarifas praticadas aos utilizadores, previsto ocorrer em 2024.

i. AJUSTES AO PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS RELATIVOS AO CONTEXTO GEOPOLÍTICO E IMPACTO DE VALORIZAÇÕES REMUNERATÓRIAS OBRIGATÓRIAS

Para uma análise adequada à evolução do PRC entre exercícios importa corrigir os gastos operacionais e o volume de negócios de efeitos sem repetição, estabelecendo uma comparação entre exercícios. Nessa medida foram efetuados os ajustes decorrentes do contexto Geopolítico e Energia, bem como dos Impactos de Valorizações Remuneratórias Obrigatórias registados em 2022 e 2023. Assim, foram expurgados da proposta de PAO para o triénio 2024-2026 os gastos com associados com os aumentos do preço de energia e remunerações obrigatórias.

O aumento previsto para o preço de energia é consequência, segundo a ERSE, do “nível de preço anormalmente elevado nos mercados grossistas de eletricidade, que se tem verificado desde o final de 2021 e que se intensificou com o início da guerra na Ucrânia”. O setor da energia foi dos que teve mais impacto com o contexto geopolítico internacional.

O ano 2023 ficou fortemente marcado com um elevado aumento do gasto com aquisição de energia, no entanto estima-se que para 2024 o setor passará por uma fase em que esse aumento será mais moderado.

Porém, numa análise mais em detalhe, verifica-se que esse aumento é decomposto por duas parcelas (valor do kWh e a TAR) que têm variações com significativa materialidade e que é a soma algébrica de duas variações em sentido contrário que conduz a esta moderação, por um lado o valor do kWh com aumento e a TAR com uma redução.

Estima-se que em 2023 o resultado líquido destas variações tenha um impacto negativo nas contas de energia com aumento de 2,054 milhões de euros, comparativamente com 2022. Para 2024 estima-se que este aumento represente o valor de 2,636 milhões de euros comparativamente com 2022 e de 582 mil euros comparativamente com 2023.

Face ao exposto, o aumento extraordinário dos encargos de energia em 2023, é desconsiderado do cálculo do rácio de eficiência operacional o valor referente ao contexto geopolítico e energia que corresponde ao valor de 2,636M€.

No que respeita aos gastos com o pessoal, foram ainda expurgados os gastos que resultam de matéria legal como o acordo plurianual de valorização de trabalhadores e respetivos encargos sociais, no valor de 178 424 euros conforme justificado no ponto 3.11 do VI.

No âmbito do acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade (Acordo), celebrado em outubro de 2022, as empresas públicas integrantes do SEE devem continuar a assegurar uma política remuneratória, em consonância com o referido Acordo. Assim aconteceu durante o ano de 2022 e 2023, através dos despachos conjuntos do SEF e SET, datados de 15 de dezembro e de 12 de maio, respetivamente.

Assim será previsto também para o exercício de 2024, em cabimentação a ter lugar em sede de processo de elaboração dos PAO.

A valorização deverá corresponder a 4,8% dos gastos com pessoal do exercício de 2023 e corresponderá à melhor estimativa de fecho da empresa.

ii. NOTAS SOBRE AS RÚBRICAS DO PRC

I.1 CUSTO DAS VENDAS

A rubrica custo das vendas inclui os gastos com aquisição de água bruta, ou seja, matéria-prima e reagentes utilizados no processo de tratamento da água para consumo humano e do saneamento de águas residuais.

Prevê-se para 2024 o aumento do custo das vendas em 6,3% comparativamente com o ano de 2023 justificado essencialmente com a variação de preços dos reagentes. Esperam-se algumas melhorias nos processos operacionais que permitam acomodar o aumento de volumes estimados tratar em sistemas de águas residuais pelo arranque de novas infraestruturas de saneamento como a ETAR da Comporta e ETAR do Rosário que arrancaram em 2022 e as ETAR de Campo Redondo, ETAR de Saboia e ETAR de A-do-Pinto que arrancaram em 2023 sendo o custo anualizado apenas em 2024. Em 2024 irá ainda arrancar a ETAR de Cuba pelo que haverá, necessariamente, um aumento do encargo com reagentes para o tratamento de águas residuais.

I.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O quadro seguinte apresenta as maiores rubricas de fornecimentos e serviços externos no ano de 2024 e a sua comparação com os anos de 2022 e 2023.

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
FSE - Subcontratos	1 615 499	1 425 132	1 758 930	1 760 060	296 555	308 344	1 130	0%
FSE - Assistência Técnica	473 875	418 233	371 039	482 408	453 078	406 580	111 369	30%
FSE - Colheitas e Análise	592 862	522 517	565 650	587 241	625 506	628 251	21 591	4%
FSE - Tratamento de Resíduos e Lamas	732 231	907 071	635 676	714 442	676 940	681 238	78 766	12%
FSE - Administração e Gestão	434 410	473 314	455 576	596 299	603 747	599 756	140 723	31%
FSE - Outros Serviços e Trabalhos Especializados	147 856	141 314	216 360	244 864	113 479	118 722	28 504	13%
FSE - Publicidade e Propaganda	21 188	62 869	40 618	55 735	80 617	82 229	15 117	37%
FSE - Segurança no Trabalho	58 052	92 337	50 861	225 380	90 298	92 104	174 519	343%
FSE - Conservação e Reparação	1 239 144	1 622 284	1 563 345	2 088 278	2 039 863	2 090 535	524 933	34%
FSE - Materiais	92 430	45 548	40 083	63 984	71 356	72 810	23 901	60%
FSE - Energia e Fluídos	2 132 262	7 703 185	4 155 781	4 730 453	4 604 444	4 403 181	574 672	14%
FSE - Deslocações, Estadias e Transportes	195 640	97 872	75 101	80 624	131 576	134 207	5 523	7%

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
FSE - Rendas e Alugueres	483 308	358 447	338 480	406 176	481 094	490 716	67 696	20%
FSE - Comunicações	69 685	69 275	71 280	75 995	93 028	94 889	4 715	7%
FSE - Seguros	76 686	60 789	71 479	73 192	112 217	118 727	1 713	2%
FSE - Limpeza, Higiene e Conforto	52 119	55 802	49 786	60 163	129 403	131 991	10 377	21%
FSE - Outros Serviços	180 606	189 581	212 324	17 771	136 201	138 925	-194 553	-92%
TOTAL	8 597 855	14 245 569	10 672 369	12 263 065	10 739 402	10 593 205	1 590 696	15%

O montante previsto para 2023 na rubrica de FSE representa um aumento significativo quando comparada com a estimativa de 2023, cujo valor ascende a 1,591 milhões de euros cuja análise merece particular destaque.

Desde logo, e já amplamente abordado ao longo do documento, o contexto geopolítico continua a impactar na atividade da empresa com a continuidade do aumento do custo de energia que se estima em cerca de 525 mil euros face ao previsto em 2023, já representando este ano um aumento de 121% face a 2022.

Será ainda de destacar o aumento em 2022, 2023 e 2024 da rubrica tratamento de resíduos e lamas pelo acumulado de lamas deixado no passado e que dá origem a inúmeros incumprimentos e cuja resolução é urgente, e o aumento de 34% na rubrica de conservação e reparação pelo aumento de manutenção preventiva nas mais variadas infraestruturas.

Também a rubrica com segurança no trabalho merece particular evidencia pelo seu expressivo aumento tendo em conta a necessidade de regularização urgente de algumas situações que têm maior risco na segurança dos trabalhadores e infraestruturas tendo sido efetuado uma análise das situações mais críticas nas instalações.

Em oposição temos uma diminuição para 2023, mantendo-se para 2024 a rubrica de deslocações, estadas e transportes pelo cada vez menos necessário transporte de água por autotanque devido à conclusão de algumas empreitadas essenciais à resolução da escassez e qualidade de água para abastecimento a pequenos aglomerados pese embora se mantenham algumas situações de urgente resolução e outras novas que vão surgindo pelo colapso de alguns furos em operação em resultado por período de “Seca” sentido na região e que se tem prolongado ao longo dos anos.

No mesmo sentido importa destacar a redução da rubrica de outros serviços que maioritariamente resultam da necessidade de recursos a prestações de serviço em trabalho temporário. Com as contratações aprovadas em PAO 2023 será possível proceder à substituição de trabalhadores que denunciaram os seus vínculos profissionais com a AgdA a que acresce a resolução de baixas prolongadas que veio a ocorrer no último trimestre de 2023 com a aposentação de 2 trabalhadores e infelizmente com o falecimento de 1 trabalhador, tendo sido possível proceder à contratação direta em detrimento da utilização do trabalho temporário que se mostra mais dispendioso para a empresa.

1.3 DESLOCAÇÕES E ALOJAMENTO, AJUDAS DE CUSTO, ENCARGOS COM A FROTA AUTOMÓVEL E ENCARGOS COM CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA

O quadro seguinte apresenta os gastos com Deslocações, Ajudas de Custo, Alojamento, Encargos com a Frota Automóvel e Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria estimados pela AgdA para o ano de 2024 e seguintes e a sua comparação com os anos de 2022 e 2023.

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Deslocações e alojamento	16 308	13 572	16 274	15 124	14 897	14 673	-1 151	-7%
Ajudas de custo	1 250	1 212	1 244	1 206	1 237	1 200	-38	-3%
Associados à frota automóvel	690 530	555 526	674 892	709 619	709 619	709 619	34 728	5%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	38 986	39 610	92 323	67 000	65 995	65 005	-25 323	-27%
TOTAL	747 074	609 920	784 733	792 949	791 748	790 498	8 216	1%

A variação da rubrica está relacionada com o aumento do número de viaturas e consequente aumento de gastos com o aluguer operacional, combustíveis, seguros e outros.

Desde 2022 que a empresa tem vindo a integrar a atividade de saneamento, pretendendo-se que a integração total ocorra em 2024. Este fator tem vindo a ser motivo de aprovação de trabalhadores nos PAO 2022 e PAO 2023 solicitando-se a aprovação para a integração total de 29 trabalhadores em PAO 2024. Sem prejuízo, não será possível garantir a operacionalidade e mobilidade das equipas sem que estas disponham dos meios de deslocação necessários numa região com infraestruturas tão dispersas como é o caso da área abrangida pelo SPPIAAlentejo atuando em cerca de 17% do território nacional continental.

Neste contexto será necessário a empresa obter a aprovação expressa para a contratação de 16 viaturas operacionais bem como para os respetivos encargos conforme plasmado no ponto seguinte. Importa ainda referir que pese embora o aumento do encargo global previsto, a empresa manterá uma política de ajustamento dos seus encargos encontrando-se a variação justificada no referido ponto.

Acresce ser de referir que pese embora o aumento do número de viatura a empresa otimizará o rácio de viaturas por trabalhador, passando a dispor de 2,60 trabalhadores por viatura em vez que 2,44. Importa esclarecer que o ano de 2023 não será exemplificativo uma vez que apenas foram autorizadas as contratações pelo que a proposta de PAO 2024 inclui as viaturas solicitadas em PAO 2023.

Em face do que antecede, importa garantir a mobilidade das equipas operacionais uma vez que a empresa atua numa região muito extensa com grande dispersão de infraestruturas sendo garantido o cumprimento do rácio definido no Despacho n.º 1003/2021-SET pelo Sr. Secretário de Estado do Tesouro (2,38 trabalhadores/viatura) aumentando este para 2,60 trabalhadores/viaturas, melhorando em 2,2 décimas.

Frota automóvel	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Operacional - EUR	690 530	555 526	674 892	709 619	709 619	709 619	34 728	5%
Operacional - n.º de viaturas	68	75	68	84	84	84	16	24%
n.º de trabalhadores / viatura	2,44	2,37	2,78	2,60	2,65	2,69	0	-7%
Encargo Médio / Viatura	10 155	7 407	9 925	8 448	8 448	8 448	-1 477	-15%

Importa ainda destacar, que conforme referido no ponto seguinte, com a estratégia de substituição e contratação de viaturas será possível a empresa reduzir o encargo médio com viaturas, no qual inclui também a conversão de uma parte significativa da frota para viaturas elétricas.

3.10 FROTA AUTOMÓVEL

Numa primeira fase a pandemia por COVID-19 e posteriormente o contexto Geopolítico precipitaram transformações no setor automóvel que condicionaram a produção de viaturas e consequentemente a disponibilidade destas no mercado e a valorização de viaturas usadas. A falta de componentes eletrónicos a par com a transformação do setor para viaturas menos poluentes foram alguns dos motivos com forte impacto na atual condição do setor.

A par com o acima referido, a legislação em vigor para o setor empresarial do estado tem condicionada a substituição de viaturas da empresa assim como ao aumento da frota. É neste contexto que as viaturas operacionais da empresa se têm tornado cada vez mais obsoletas, com maior antiguidade e com maiores encargos das rendas e da própria manutenção condicionando a atividade operacional. Tem ainda ocorrido a necessidade de devolução de viaturas às locadoras por terem atingido a quilometragem técnica máxima e em simultâneo a necessidade de recorrer a *rent a car* para suprir as necessidades tornando mais dispendioso a gestão da frota operacional.

É neste contexto que a AgdA necessitará de proceder à substituição das seguintes viaturas nos exercícios de 2025 e 2026 em linha com a estratégia consolidada do Grupo AdP:

Substituição / Aquisição	Orçamento 2024	Orçamento 2025	Orçamento 2026
Viaturas a combustão a substituir por viatura elétricas	0	19	16
Viaturas a combustão a substituir por viatura a combustão	0	16	5
Novas viaturas	16	0	0
Total	16	35	21

Acresce que com a internalização total da atividade de saneamento será necessário a empresa dispor dos meios de deslocação de trabalhadores e meios materiais entre as instalações garantindo a continuidade das atividades de operação e manutenção nas infraestruturas. Importa esclarecer que estas viaturas se encontram contratualizadas no contrato de outsourcing que terminará em outubro de 2024 e que com a internalização total da atividade a AgdA passará a gerir todas as infraestruturas de saneamento. Também, conforme já anteriormente referido, com a internalização estima-se uma melhoria do Resultado Operacional, nos quais já se incluem os gastos com as viaturas e pessoal, pelo que a contratação das viaturas se torna imprescindível para levar a cabo a estratégia definida.

Em face do que antecede, é solicitada a aprovação para aumento da frota automóvel da empresa em 16 viaturas operacionais (que incorpora o pedido de autorização de 7 viaturas em PAO 2023) dos quais 3 serão elétricas e 13 serão a combustão por se tratar de viaturas tipo *pick-up* e sem equivalente em elétrico, representando o seguinte encargo anualizado:

Tipologia de viaturas	Orçamento 2024	Orçamento 2025	Orçamento 2026
3 novas viaturas operacionais elétricas	14 698	14 698	14 698
13 novas viaturas operacionais combustão	77 445	183 052	183 052
Total 16 novas viaturas	92 143	197 750	197 750

Importa ainda reiterar a dispersão territorial e de infraestruturas que a empresa opera sendo garantido o cumprimento do rácio definido no Despacho n.º 1003/2021-SET pelo Sr. Secretário de Estado do Tesouro (2,38 trabalhadores/viatura) aumentando este para 2,60 trabalhadores/viaturas, melhorando em 2,2 décimas.

Frota automóvel	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
n.º de trabalhadores / viatura	2,44	2,37	2,78	2,60	2,65	2,69	0	-7%
Encargo Médio / Viatura	10 155	7 407	9 925	8 448	8 448	8 448	-1 477	-15%

Com a estratégia definida será ainda possível a empresa reduzir o encargo médio com viaturas de 9 925 euros/viatura para 8 448 euros/viatura o que representará uma economia em cerca de 15% por viatura.

4. ENDIVIDAMENTO

Para 2024 a AgdA prevê que a execução do investimento programado seja financiada essencialmente através de fundos comunitários, alguns já contratados com o PO SEUR e REACT-EU em cerca de 85%, outros a contratar em pelo menos 70%, bem como pelo aumento de capital social em 1,881 milhões de euros a realizar em 2024.

Relativamente ao indicador de variação de investimento, foi considerado no ponto I do capítulo IV o valor dos novos investimentos, designadamente: i) Sistema de Abastecimento de Água de Minutos; ii) Implementação do Plano de Produção e Eficiência Energética; iii) Reabilitação de Sistemas de Tratamento de Águas Residuais de Alburno, Lancheira, Montes Velhos, Rio de Moinhos, Sete, São Pedro da Gafanhoeira, Igreja, Entradas, Sabóia, Almogrove, Cavaleiro, Zambujeira, Boavista Pinheiros; iv) Construção da ETAR Ermidas do Sado; e v) 2ª fase da Telegestão do SPPIAAlentejo, deduzidos dos apoios comunitários que se pretendem contratar em 70%.

Referir ainda que a empresa irá realizar outros investimentos, devidamente detalhados no mesmo e que totalizam em 2024 o montante de 8,108 M€ porém, não são considerados no cálculo acima por não serem caracterizados por Novos Investimentos, contribuindo no entanto para a variação das necessidades de financiamento.

O Conselho de Administração da AgdA irá propor à Assembleia-Geral a validação das responsabilidades totais da empresa, no âmbito do SPPIAAlentejo para o ano de 2024, relativamente a contratos de financiamento estimados em 70 milhões de euros, e que autorize uma utilização máxima estimada de 68,210 milhões de euros, que corresponde ao valor mensal de endividamento mais elevado ao longo do ano de 2024, apesar da previsão de fecho se situar em 64,830 milhões de euros como consta do quadro seguinte.

Endividamento (fórmula)	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	10 422 795	11 332 560	11 332 560	13 214 005	15 045 425	15 915 995	1 881 445	17%
Financiamento remunerado	58 235 207	63 293 924	65 992 216	64 829 836	65 651 103	71 104 329	-1 162 380	-2%
(-) Novos investimentos com expressão material Líquido de subsídio				-1 540 194	-11 239 992	-4 578 038	-1 540 194	
Endividamento líquido de novos investimentos	68 658 002	74 626 484	77 324 776	76 503 647	69 456 536	82 442 286	-821 129	-1,1%
Endividamento líquido de novos investimentos, de acordo com o DLEO 2023	68 658 002	74 626 484	77 324 776	76 503 647	69 456 536	82 442 286	-821 129	-1,1%
Δ de endividamento		5 968 483	8 666 775	-821 129	-8 587 305	1 745 758		
Δ de endividamento (%)		8,69%	12,62%	-1,06%	-11,00%	2,16%	-13,7 p.p.	

Apesar da indicação do endividamento financeiro total (bruto) estimado para o ano de 2024 importa ter presente que a AdP SGPS, S.A. tem solicitado, nos últimos anos, à Secretaria de Estado do Tesouro, a dispensa parcial do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, tendo como base de fundamentação a necessidade de algumas Empresas do Grupo Águas de Portugal terem de recorrer a linhas de financiamento de curto, médio e longo prazo.

Desta forma o pressuposto subjacente ao presente plano de atividades e orçamento assenta no princípio de que em 2024 o regime de exceção será solicitado pela AdP SGPS, SA, e que merecerá acolhimento pelo titular da função acionista.

Pese embora o referido, com a aplicação do cálculo a empresa dará cumprimento do indicador prevendo a redução do endividamento em 1,06%.

VII. - CONTRATO PROGRAMA / CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO / CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

No que respeita a Contratos Programa ou Contratos de Prestação de Serviço Público, a AgdA não celebrou nem prevê celebrar qualquer contrato-programa com o Estado Português, bem como não tem contratualizado qualquer contrato de prestação de serviço público.

Relativamente ao contrato de prestação de serviço público, e tendo por base o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral, devem elaborar e apresentar ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo sector de atividade, tendo presente o disposto na alínea d) do n.º 4 do artigo 39.º, "Definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização", propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis, modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento e critérios de avaliação e revisão contratuais, exceto quando a relação jurídica e administrativa seja titulada por contrato de concessão / parceria e nos mesmos se encontrem reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral.

Dispõe ainda que:

- As propostas a apresentar devem integrar parâmetros que permitam garantir níveis adequados de satisfação dos utentes, bem como assegurar a respetiva compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício;
- Às empresas públicas encarregadas de proceder à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral celebram obrigatoriamente, para esse efeito, com a entidade pública que lhes tenha confiado a prestação desse serviço, contrato respeitante à remuneração da atividade prosseguida, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto;
- As empresas públicas a que se refere o número anterior adotam metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes e ou utentes.

Conforme resulta do apresentado no Capítulo I, a AgdA executa duas atividades distintas, a saber:

- Atividade de Abastecimento de Água em Alta no SPPIAAlenentejo– suportada titulado pelo Contrato de Gestão e Aditamento celebrados respetivamente, em 25 de setembro de 2009 e 22 de dezembro de 2015, pelo período de 50 anos;
- junho de 2015, pelo período de 30 anos;
- Atividade de Saneamento de Águas Residuais em Alta no SPPIAAlenentejo – suportada titulado pelo Contrato de Gestão e Aditamento celebrados respetivamente, em 25 de setembro de 2009 e 22 de dezembro de 2015, pelo período de 50 anos;

Dando resposta ao indicado na página 5 do Despacho 324/2023-SET, dado que as duas atividades estão sujeitos às regras específicas do referido Contratos de Gestão e Aditamento são exercidos sob tutela setorial, entende-se que toda a atividade da AgdA tem como objetivo proceder à prestação de serviço público ou serviço de interesse geral - *a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público, bem como a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e de efluentes industriais, bem como a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas séticas e o respetivo tratamento e rejeição* - ao longo dos anos de execução do referido contrato.

Neste contexto, as atividades da AgdA têm por objetivos garantir:

- A qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações;
- A acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária;
- Contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário;
- O cumprimento dos objetivos relativos à adequação da interface com o utilizador, sustentabilidade da gestão do serviço e de sustentabilidade ambiental;
- Contribuir para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território.

Atendendo às especificidades do Contrato de Gestão da Empresa, cometidas pelo Parceiros através do Contrato de Parceria, foram definidos um conjunto de indicadores e objetivos de serviço público a que a entidade se encontra sujeita, vertidos também estes nesta proposta de PAO, concretamente no capítulo III e identificados como anexo VI-A do Aditamento ao Contrato de Gestão e que se anexam.

VIII. - QUADRO SÍNTESE COM AS AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS

Dando cumprimento ao Despacho 324/2023-SET, a AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. vem apresentar a síntese das autorizações requeridas ao longo do presente documento, solicitando a respetiva análise e ficando na expectativa de decisão favorável para esses pedidos:

Autorizações necessárias	Fundamentação	Normativo	Página do PAO
Delegação de poderes no CA para autorização da substituição de trabalhadores que cessem ou interrompam a prestação de trabalho por razões não imputáveis à Empresa Gasto associado = 0 euros	Operacionalização e agilização da Gestão da Empresa	artigo 132º do Decreto de Lei de Execução Orçamental de 2023	Pág. 68
Para contratação de 29 trabalhadores: i) 26 para a categoria de técnico operativo A; ii) 2 para a categoria de técnico B; iii) 1 para a categoria de técnico superior A Gasto associado em 2024 = 110 200 euros Gasto associado em 2025 e seguintes = 631 949 euros Melhoria do resultado operacional = 800 mil euros	Internalização de serviços com redução de FSE	alínea c) e d) do número 3, do artigo 131º do Decreto de Lei de Execução Orçamental de 2023	Pág. 68
Para aumento dos gastos com pessoal em 836 239 euros em 2024.	Em resultado dos recrutamentos a efetuar em 2024, das valorizações remuneratórias obrigatórias, da anualização dos recrutamentos e reclassificações de 2023.	alínea vi) do número 3, do anexo ao despacho n.º 324/2023-SET	Pág. 73; alíneas i), ii) e v)
Para contratação em AOV de 16 viaturas operacionais: i) 3 viaturas elétricas; ii) 13 viaturas a combustão tipo Pickup Gasto associado em 2024 = 92 143 euros Gasto associado em 2025 e seguintes = 197 750 euros Melhoria do resultado operacional = 800 mil euros	Em resultado da internalização de atividade subcontratada e da necessidade subjacente de operacionalização das equipas. Internalização de serviços com redução de FSE	NA	Pág. 108
Substituição de 35 viaturas operacionais em 2025 e 21 viaturas operacionais em 2026 Gasto associado = 0 euros	Manter a capacidade de desenvolver a atividade numa área de abrangência de 17% do território nacional continental e elevada dispersão de infraestruturas	NA	Pág. 108

IX. - CONCLUSÕES

A proposta de Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2024 foi elaborado com as melhores previsões, estimativas e informações à data e com base nas orientações constantes do Despacho n.º 324/2023, de 3 de agosto de 2023, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em cumprimento do n.º 6, do art.º 39, do Decreto-Lei n.º 133/2023, de 3 de outubro, e também com base na Lei 24-D/2022, de 30 de dezembro, e no Decreto-Lei n.º 10/2023 de 8 de fevereiro.

Com base no exposto, o Conselho de Administração irá propor aos acionistas que aprovem o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2024.

Beja, 12 de dezembro de 2023

Simone Ferreira Pío
(Presidente do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)

João Manuel Galhardo Maurício
(Vogal do Conselho de Administração)

X. - ANEXOS

AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.

Orientações Estratégicas Gerais e Específicas

A AgdA é uma empresa do setor empresarial do Estado, integra o Grupo Águas de Portugal e, no âmbito do Contrato de Gestão celebrado, tem por objeto a exploração e gestão dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas do Sistema Público de Parceria de Águas do Alentejo (SPPIAAAlentejo).

Os seus objetivos são integrados nos objetivos do Grupo AdP, os quais são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

Para o mandato de 2021/2023 foram definidas as orientações estratégicas gerais e específicas abaixo identificadas:

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da empresa deverá:

Orientações Estratégicas Gerais

- a) Assegurar o cumprimento da missão da empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- b) Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;

- f) Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- g) Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- h) Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Adotar sistemas de informação e de controlo interno, adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

- 1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - 1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - 1.2. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - 1.3. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
- 2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - 2.2. Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3. Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - 2.4. Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
- 3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - 3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;

- 3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
- 3.3. No caso de alguns utilizadores não-domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
4. Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 4.1. Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.2. Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - 4.3. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - 5.2. No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - 6.1. Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - 6.2. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - 6.3. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - 6.4. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

Indicadores de desempenho

Foram definidos os seguintes indicadores de desempenho:

			Ano 2024		Ano 2025		Ano 2026	
Tipo	Objetivo	Cálculo	Escala	Peso	Escala	Peso	Escala	Peso
Objetivos Setoriais (alínea b) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021)								
Sectorial	Qualidade da Água Fornecida	AQA	1. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA>=99,00%	10,00%	1. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA>=99,00%	10,00%	1. AQA <97,00% 2. 97,00% <= AQA <99,00% 3. AQA>=99,00%	10,00%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR	1. AQAR <90,00% 2. 90,00% <= AQAR <=95,00% 3. AQAR > 95,00%	10,00%	1. AQAR <90,00% 2. 90,00% <= AQAR <=95,00% 3. AQAR > 95,00%	10,00%	1. AQAR <90,00% 2. 90,00% <= AQAR <=95,00% 3. AQAR > 95,00%	10,00%
	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	3. N.º Ações executadas face ao previsto >=90,00% 2. N.º Ações executadas face ao previsto <= 80,00% <90,00% 1. N.º Ações executadas face ao previsto < 80,00%	10,00%	3. N.º Ações executadas face ao previsto >=90,00% 2. N.º Ações executadas face ao previsto <= 80,00% <90,00% 1. N.º Ações executadas face ao previsto < 80,00%	10,00%	3. N.º Ações executadas face ao previsto >=90,00% 2. N.º Ações executadas face ao previsto <= 80,00% <90,00% 1. N.º Ações executadas face ao previsto < 80,00%	10,00%
Objetivos estratégico (alínea a) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021)								
Estratégico	Eficiência de Gestão	PRC = [(GV+FSE+GP)/VN] Variação face ao PAO proposto	3. var < -0,10 pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 1. var > +0,10pp	20,00%	3. var < -0,10 pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 1. var > +0,10pp	20,00%	3. var < -0,10 pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 1. var > +0,10pp	20,00%
	Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	3. Nr dias n < Nr dias n-1 2. Nr dias n = Nr dias n-1 1. Nr dias n > Nr dias n-1	10,00%	3. Nr dias n < Nr dias n-1 2. Nr dias n = Nr dias n-1 1. Nr dias n > Nr dias n-1	10,00%	3. Nr dias n < Nr dias n-1 2. Nr dias n = Nr dias n-1 1. Nr dias n > Nr dias n-1	10,00%
	Água para Reutilização	Evolução face ao ano anterior	3. ApR >=102,50% 2. 97,50% >= ApR <102,50% 1. ApR < 97,50%	5,00%	3. ApR >=102,50% 2. 97,50% >= ApR <102,50% 1. ApR < 97,50%	5,00%	3. ApR >=102,50% 2. 97,50% >= ApR <102,50% 1. ApR < 97,50%	5,00%
	Plano de Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	5,00%	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	5,00%	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	5,00%
	Plano de Eficiência Energetica	Evolução face ao ano anterior em atividade comparável	3. X <97,00% 2. 97,00% <= X <100,00% 1. X>=100,00%	5,00%	3. X <97,00% 2. 97,00% <= X <100,00% 1. X>=100,00%	5,00%	3. X <97,00% 2. 97,00% <= X <100,00% 1. X>=100,00%	5,00%